UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA – PPGH

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG

Valtemir Evangelista de Souza

**O ACRE NA PORTA DE ENTRADA DA IMIGRAÇÃO
INTERNACIONAL: DO HAITI PARA O BRASIL
(Brasília - AC/2010 - 2016)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA – PPGH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DG

Valtemir Evangelista de Souza

**O Acre na Porta de Entrada da Imigração Internacional: do Haiti para o
Brasil (Brasília - AC/2010 - 2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia Humana do Departamento de
Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de Doutor em Geografia
Humana.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosa Ester Rossini

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S719a Souza, Valtemir Evangelista de
 O Acre na Porta de Entrada da Imigração
Internacional: Do Haiti para o Brasil (Brasiléia -
AC / 2010 - 2016) / Valtemir Evangelista de Souza
; orientadora Rosa Ester Rossini. - São Paulo, 2018.
232 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Migrações. 2. Haiti. 3. Acre. 4. Formação
socioespacial. I. Rossini, Rosa Ester, orient. II.
Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): **Valtemir Evangelista de Souza**

Data da defesa: **30/01/2019**

Nome do Profa. orientadora: **Rosa Ester Rossini**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/03/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: SOUZA, Valtemir Evangelista de.

Título: O Acre na Porta de Entrada da Imigração Internacional: do Haiti para o Brasil (Brasília/AC – 2010/2016).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais;

Valdomiro Evangelista Bezerra (*in memoriam*) e Zilda de Souza Bezerra;

Como reconhecimento do grande sacrifício, dedicação, ensinamentos e carinho a mim doado.

DEDICO ESTA TESE

Aos meus filhos Vivian, Valtefrank e Vanessa;

Aos meus irmãos Francisco das Chagas, Silvia e Maria (*in memoriam*);

Às minhas irmãs Graças, Valdenoura;

Socorro, Francisca das Chagas e Maria José;

À minha companheira Vaneida, por seu incentivo e compreensão.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela luz na realização deste fazer científico;

À Universidade Federal do Acre – UFAC, por oferecer condições necessárias à pós-graduação *stricto sensu*;

À Universidade de São Paulo – USP, por ter ofertado às condições indispensáveis para o bom desempenho das atividades acadêmicas e a conclusão de tão significativo Curso;

À Professora Doutora Rosa Ester Rossini, pela paciência e dedicação na orientação deste trabalho;

Ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, da UFAC, Área da Geografia, pela possibilidade de realizar atividades acadêmicas no Curso de Pós-Graduação;

Ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/ USP, pelo apoio constante;

À Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/USP;

Ao Serviço de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós/FFLCH, da Universidade de São Paulo/USP;

Aos imigrantes haitianos residentes no Acre, entrevistados, pela grandiosa colaboração e valiosas informações;

Ao Departamento de Polícia Federal no Acre;

À Delegacia de Polícia de Imigração no Acre – DELEMIG;

À Delegacia da Receita Federal no Acre – DRF/AC;

À Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Acre – SRTE/AC;

A Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/AC – SEJUDH;

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/AC – SEDS;

Aos professores, Wanderley Messias da Costa e Marcelo Martinelli, pelos preciosos ensinamentos;

Aos professores André Roberto Martin e Luís Antônio Bittar Venturi, pelo prazer do convívio;

Ao professor Jurandyr Luciano Sanches Ross, pela calorosa amizade;

À professora Maria Mónica Arroyo, pela grandiosa contribuição;

Ao professor Heinz Dieter Heidemann, pelos ricos ensinamentos;

Aos Colegas do Curso de Pós-Graduação de Geografia Humana da USP, pelo prazer de tê-los conhecido e pelo excelente convívio;

Ao Professor e colega da Geografia da UFAC, Adailton de Sousa Galvão, pelo valioso apoio e prazer do convívio e contributos, diários, na vida acadêmica;

Ao Prof. Fábio Dantas da Costa, colega e ex-professor do Departamento de Geografia da UFAC, pela grandiosa parceria em trabalhos de campo;

Ao colega Dídimo Matos, pela amizade e ensinamentos;

Ao colega Janio Souto, pela grandiosa contribuição e amizade;

Aos colegas Lucas Muzio, Fábio Brito, Tiago, Lúcia Lirbório, José Fonseca, Mateus Sampaio, Danton e tantos outros da Pós-Graduação do LABOPLAN, pela alegria do convívio diário;

À colega Ana Elisa (Aninha) do LABOPLAN, pelo grandioso apoio prestado;

Ao pessoal da Coordenação do Curso da PPGH, pela interação preciosa;

À colega Jurema, da Coordenação do Curso da PPGH, pelo apoio inicial;

À colega Rosângela, da Coordenação do Curso da PPGH, pelo grande apoio;

Ao colega Firmino, da Coordenação do Curso da PPGH, pelo contribuição prestada;

À colega Elisandra Lira, pelo excelente apoio prestado;

Ao colega Benedito Rosas de Oliveira (Bené), pelo incentivo e palavras de encorajamento;

Aos colegas José Augusto Queiroz, Carlos Teixeira Maia (Carlinhos), Ezequias de Oliveira, pelo prazer da amizade;

Ao colega Milton Veras, amigo das horas largas;

Ao primo Afonso Conceição D'ávila da Silva, pela certeza nesta caminhada;

Aos meus avôs e avós, tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas, pelo carinho, amizade e apoio familiar;

À Francisca Temóteo dos Santos, minha ex-companheira, pelo grandioso apoio, incentivo e contribuição, além da amizade e convívio familiar;

Ao Prof. Paulo Nazaré, por seus aconselhamentos e pela amizade;

Ao Sr. Raimundo Nonato, taxista, pelo enorme apoio nas horas precisas;

Ao Sr. José Ivaldo e sua esposa, pelo apoio e prazer da amizade;

Ao Sr. Mauro, taxista, pela generosidade de bem servir;

Ao José Lopes Coutinho, amigo de sempre;

Ao Rogério R. Alves, do Laboratório de Climatologia e Biogeografia da USP, pelo prazer da amizade e apoio prestado;

Aos ex-professores do Departamento de Geografia da UFAC, pela lições preciosas;

À Carminha, Francisca das Xagas, Juraci Pacheco, Francília Rodrigues, Maria das Dores Lustosa, Marilza Medin e Maria das Dores Lira, Sandra Elisa Contri Pitton, Mirna, professoras e colegas da Geografia, pelos grandes ensinamentos e pelo prazer do convívio;

Ao Prof. André Luiz Pinto, pelos ensinamentos preciosos;

Ao colega Fernando Luiz de Paula Santil, pela alegria do convívio;

Ao colega Prof. Jean Gonzaga e ao seu genitor, Manuel Gonzaga e demais familiares, pela amizade e confiança;

Ao colega de Curso, José Raimundo, pela parceria nas lutas acadêmicas;

Aos Prof. Orlando Valverde (*in memorian*) e demais membros da AGB/Nacional (1984/1986), pelo prazer da saudável e rica convivência;

Ao Miguel Scarcello e demais membros da AGB/Rio Branco/ACRE (1984/1988), pelo aprendizado e amizade na labuta acadêmica;

Aos colegas de turma da Graduação, Raimunda Bezerra, José Pinheiro, José Alves Costa, Joana e Emília Bessa, Elisanira Ribeiro Alves, Antonia Cilene, Maria Ieídina (além de Oldenor Gonzaga e Ozita Albuquerque – *in memorian*), e tantos outros, pelo convívio e prazer da grandiosa da amizade no transcorrer do curso;

Ao Dr. José Vicente Contatore e equipe, pelo prazer do atendimento;

Aos colegas Valdir Luna e Delcir Luna (Tiago), Luciano e demais componentes da equipe, obrigado pelo apoio prestado;

À Senhora Ana e esposo (fotocópias – Geografia/USP), além de equipe, na presteza do atendimento;

Ao Estevão e seus colegas de trabalho, o meu agradecimento;

Ao Raimundo Alves Brilhante (Dedé), seus pais, irmãos e demais familiares, obrigado pelo prazer da amizade e companheirismo;

Ao Aurino, Adalberto e José Maria (Rodrigues Casas), juntamente com os demais irmãos e familiares, nosso agradecimento pelo convívio da labuta diária;

Aos meus amigos de infância e amigos dos meus pais e familiares, na querida Boca do Acre-Amazonas, eterna gratidão;

A querida Professora Elizabete Cardoso e os demais colegas de República, o meu penhorado apreço.

Aos colaboradores diretos e indiretos, pelas ideias, discussões incentivos, informações, apoio e condições necessárias à realização deste estudo.

Louvor a BOCA DO ACRE – AMAZONAS, local onde tudo teve início, um retorno às origens

Boca do Acre – Amazonas – Caixinha de Surpresa

*Boca do Acre: caixinha de surpresa,
Surpresa bela: procissão de São Francisco,
Passando ela, abrimos a janela
De madrugada sem nenhum risco.*

*Históricas coisas temos pra contar,
Como o navio Sodemar
Que explodiu no Rio Acre
Onde hoje lá está.*

Já entardeceu, olhem lá no céu!

*O Genésio aviador!
Seu avião está vagaroso.
É uma cansada borboleta, muito já voou.*

*Rio Purus:
Grande navegador
Rio de encanto
Onde vive o boto sedutor.*

*Encontro das águas: Rio Acre e Purus.
Que beleza deslumbrante!
Temos também o Lago Novo.
Que beleza exuberante!*

*Minha mente flutua
No decorrer do dia-a-dia,
Nesta cidadezinha, vejo,
O povo tem uma mania.*

*Fala que Boca do Acre
É só bela beleza
Cheia de natureza
Esquecem-se da pobreza.*

*Ao ver isto,
Sinto vontade de chorar
Mas mesmo assim
É aqui que vou morar.*

Mateus de Souza Pinheiro
Aluno de 5ª Série “J” (6º ANO)

RESUMO

SOUZA, V. E. (2018). **O Acre na porta de entrada da Imigração Internacional: do Haiti para o Brasil (Brasília - AC / 2010 – 2016)**. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil.

O presente trabalho aborda recente e intenso processo migratório internacional do Haiti para o Brasil, ocorrido na cidade de Brasília, no Estado do Acre, no período de 2010 a 2016, como porta de entrada para o restante do território brasileiro. Brasileia, município pobre e distante dos grandes centros econômicos nacionais e culturais do Brasil contou com importantes atributos, na fronteira norte, porosa, separada, apenas, por rios, com frágil fiscalização, com intenso fluxo migratório de pessoas de diferentes nacionalidades, inclusive africana e até asiática, como o bengalês (16 diferentes nacionalidades no total), passando de um lado para outro, inaugurando uma rota internacional de migração, então organizados em redes de informações e transportes, impulsionados pela busca de melhores condições de vida. Os haitianos e outras gentes chegaram tangidos por grave catástrofe ambiental natural (terremoto de 7.3 na escala na *Richter*), que ceifou milhares de vidas, outros tantos amputados e deslocados, atingidos por graves questões político-econômicas e sociais internas, lançando-os a distantes paragens. As entrevistas realizadas, junto aos residentes locais e autoridades públicas, nas cidades de Brasília e Rio Branco, no Acre, demonstram as dificuldades enfrentadas nessa dramática travessia. Denotam, ainda, o acesso ao protocolo capaz de assegurar o conjunto probatório da legalidade interna, por meio do visto humanitário, com a inserção ao mercado de trabalho que, modo geral, nivelou todos no mesmo patamar, sem considerar formação e qualificação. De outra parte, havia a barreira linguística a ser superada. Dentro do contexto, ficou caracterizado que tal movimento migratório internacional, embora intenso, teve no território acreano, apenas uma passagem, contando com apoio institucional estatal, deslocou-se, via terrestre, para outras cidades, em diferentes regiões do país, como São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e outras localidades. Um fluxo intenso que movimentou a fronteira do Acre e instituições governamentais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações. Haiti. Acre. Formação Socioespacial

ABSTRACT

SOUZA, V. E. (2018). The Acre State at the door of International Immigration: from Haiti to Brazil (Brasileia – AC / 2010 – 2016). Doctoral thesis, Department of Geography, University of São Paulo (USP), Brazil.

The present work studied the recent and intense international migratory process from Haiti to Brazil, which used the city of Brasiléia, Acre, from 2010 to 2016, as a gateway to the rest of Brazil. Despite being a poor and distant region of the great national economic centers, it has important attributes, the porous northern border, separated only by rivers and even streets, with weak and permissive inspection, facilitates, attracts and feeds the flow of people of different nationalities including African and even Asian: Bangladeshi (16 different nationalities in total), moving from one place to another, opening an international route of illegal migration, organized in information and transport networks, driven by the search for better living conditions (earthquake of 7.3 on the Richter scale) with thousands of dead, amputees and internally displaced persons, aggravating domestic political and economic issues, heading for distant stops. The objectives achieved through interviews with residents, authorities and former public authorities in the cities of Brasiléia and Rio Branco in Acre State, demonstrating the difficulties faced along the way, as well as access to the protocol, guaranteeing the probative set for legality internment through a humanitarian visa, with the insertion in the labor market of low qualification, which, together with legal absence and lack of knowledge, level all the same, but even disqualified contributes to the reconstruction of their lives and more, with the sending of the remittances help family members in the country of origin. Meanwhile, the language barrier is overcome through support from educational institutions and government and religious bodies, civil society solidarity, and cultural approach. Within the context, it was characterized that such an international migratory movement, although intense, had only one passage in the Acre State territory, counting with state institutional support, traveled by road, reaching several cities in different regions, such as São Paulo, in the Southeast, in addition to states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, and other parts within the country.

KEYWORDS: Migrations. Haiti. Acre. Socio-spatial formation

LISTA DE SIGLAS

AC – Acre

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AG – Assembléia Geral da ONU

BASA – Banco da Amazônia S/A

BB – Banco do Brasil S/A

BR – Brasil Rodovia

BRABAT – Batalhão de Infantaria de Força de Paz

BRAENGCOY – Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz

CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe

CCOPAB – Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

CMMI – Comissão Global sobre Migrações Internacionais

CNIg – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPF – Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal

CSM – Conferência Sul-americana sobre Migrações

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

DG – Departamento de Geografia

DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigração

DPF – Departamento de Polícia Federal

DRF – Delegacia da Receita Federal

EB – Exército Brasileiro

EUA – Estados Unidos da América

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LABOPLAN – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental

MD – Ministério da Defesa

ME – Ministério do Esporte

MINUSTAH – Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti

MJ – Ministério da Justiça

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MSF – Médico Sem Fronteiras

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG's – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PF – Polícia Federal

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGH – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SEDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/AC)

SEJUDH – Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/AC)

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

SUDAM – Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

SUDHEVEA – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

UFAC – Universidade Federal do Acre

UNASUL – União de Nações Sul-americanas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

USP – Universidade de São Paulo

Índice de Fotos

Foto 1 - Os ditadores haitianos, Papa Doc e o filho Baby Doc (1957 – 1986)	73
Foto 2 - Milicianos Tontons Macoutes (1980)	75
Foto 3 - Luckner Cambronne, comandante dos Tonton Macoutes, segundo à esquerda, de óculos escuros.....	76
Foto 4 - Milicianos Tontons Macoutes em ação contra a queda de Baby Doc (1986).....	78
Foto 5 - Ex-padre Jean Bertrand Aristide – ex-Presidente do Haiti	79
Foto 6 - Frente para o Avanço e Progresso do Haiti - esquadrão da morte.....	80
Foto 7 - Haiti – Rio Transformado em Esgoto a Céu Aberto.....	93
Foto 8 - Haiti – Biscoitos de Barro.....	94
Foto 9 - Embaixador do Haiti e o Vice-Presidente da FIERGS	98
Foto 10 - Centro de BRASILÉIA (AC), presença de Imigrantes Haitianos.....	117
Foto 11 - FANEL JEUNE – 28 anos – Vive em Brasiléia/ACRE	118
Foto 12 - Myke Richardson Dorismond.....	121
Foto 13 - BETHEL DORVIL	123
Foto 14 - ONONDIEU ALCIN E FAMÍLIA (filho e a esposa)	124
Foto 15 - JEAN CLAUDE ALCIN	125
Foto 16 - Rua da Amizade (Amistad) – Fronteira: Brasil – Colômbia	127
Foto 17 - Soldados Brasileiros em Patrulha no Rio Solimões, nas proximidades da cidade de Tabatinga – Amazonas	128
Foto 18 - Posto Avançado da PF na fronteira Brasil-Peru-Bolívia, Assis Brasil (AC).....	133
Foto 19 - Iñapari, Cidade Peruana (Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia).....	140
Foto 20 - Iñapari, Saída para o Acre (Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia).....	140
Foto 21 - Rodovia Interoceânica, Sentido Acre (Fronteira–Brasil/Peru/Bolívia)	143
Foto 22 - Ponte da Integração, entre as cidades de Assis Brasil, no Acre/Brasil e Iñapari, Madre de Dios/Peru (Inauguração) – Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia.	143
Foto 23 - Ponte da Integração, Assis Brasil–Acre	144
Foto 24 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)	153
Foto 25 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)	153
Foto 26 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)	154

Índice de Figuras

Figura 1- Navio japonês Kasato Maru – 18/06/1908 – Porto de Santos/SP	29
Figura 2 - A Chegada dos europeus ao Haiti (1492)	49
Figura 3 - Colônia francesa de São Domingos – Futuro Haiti (1493 – 1793).....	51
Figura 4 - Regiões das áreas potencialmente agrícolas de São Domingos (atual Haiti) – Período Francês (1493 – 1793).....	53
Figura 5 - Escravos no Eito – Haiti (cana de açúcar), sob a supervisão do Feitor	58
Figura 6 - Escravos – Corte e transporte de cana, sob a supervisão do Feitor	59
Figura 7 - Escravos – Revolução Haitiana	62
Figura 8 - Revolução Haitiana – Batalha de São Domingos (Branco e Negro)	63

Figura 9 - Toussaint Louverture – Líder e Herói da Revolução Haitiana	64
Figura 10 - Encontro do Exército Britânico com Toussaint Louverture	65
Figura 11 - Toussaint Louverture (no primeiro plano) e Jean Jacques Dessalines. Principais Líderes da Revolução Haitiana	65
Figura 12 - Revolução Haitiana – Batalha de Creta-à-Pierrot (Branços e Negros).....	67
Figura 13 - Jean Jacques Dessalines – General Negro – Independência do Haiti.....	68
Figura 14 - Revolução Haitiana – Execução de Brancos por Negros	69
Figura 15 - Brasão Símbolo dos Tontons Macoutes - Haiti	74

Índice de Mapas

Mapa 1 - Estado do Acre	12
Mapa 2 - Cidade de Brasiléia onde aportaram os haitianos	12
Mapa 3 - ACRE - Microrregião de Brasiléia – Local da Entrada dos Migrantes.....	45
Mapa 4 - MAPA da Rota da Migração Haitiana com Destino ao Brasil (2010 – 2016)	129
Mapa 5 - MAPA da Rota Internacional da IMIGRAÇÃO Ilegal para o BRASIL.....	135
Mapa 6 - MAPA do BRASIL – Fluxo interno da Imigração Haitiana.....	151

Índice de Tabelas

Tabela 1 - ACRE – Dados Socioeconômicos da Microrregião de Brasiléia por municípios: Assis Brasil, Brasiléia, Epiaciolândia e Xapuri.	46
Tabela 2 - TOTAL DE ENTRADA DE IMIGRANTES (2010 até 26 Julho 2015)	134
Tabela 3 - Imigrantes (somente) Haitianos	136
Tabela 4 - Imigrantes de outras nacionalidades (a partir de abril de 2013)	136
Tabela 5 - ACRE: FLUXO DE ENTRADA DE IMIGRANTES	138
Tabela 6 - Imigrantes (somente) Haitianos	139
Tabela 7 - Imigrantes de outras nacionalidades (a partir de abril de 2013).	139

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	3
PROCEDIMENTOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS	8
CAPÍTULO 1: TRABALHO – MIGRAÇÃO E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO	13
1.1 O trabalho na vida orgânica do ser humano	13
1.2 A Migração e a perspectiva de construção de pontes entre países	24
1.3 A Descoberta do caminho do Haiti para o Brasil	34
1.4 Referencial Teórico Conceitual	36
CAPÍTULO 2: ACRE - A fronteira tríplice	43
2.1 Contextualização do Brasil e do Acre no espaço de fronteiras	43
2.2 O Acre: Localização Geográfica	44
2.3 Área de Estudo – Microrregião de Brasiléia	44
CAPÍTULO 3: HAITI, A ORIGEM – Retrospectos Históricos	49
3.1 Descoberta – A chegada espanhola	49
3.2 Tratado de <i>Ryswick</i> – A posse francesa.....	50
3.3 <i>Saint-Domingue</i> (São Domingos) – A Colônia Francesa.....	51
3.4 A Estrutura Produtiva da Colônia de São Domingos	53
3.6 O Processo de Independência do Haiti	61
3.7 A ocupação do Haiti pelos EUA, em 1915.....	70
3.8 A Ditadura Duvalier (1957 a 1986) e o apoio dos EUA	72
3.9 A Eleição de Jean Bertrand Aristide e seus Desdobramentos Políticos	79
CAPÍTULO 4: A MINUSTAH E O BRASIL	82
4.1 O Brasil nas Missões de Paz da ONU	82
4.2 MIF – Força Emergencial da ONU no Haiti	84
4.3 A Resolução 1.542 do CSNU e a MINUSTAH	88
4.4 Atuações em Território Haitiano	90
4.5 Questões de Infra-estrutura.....	91
4.6 O Terremoto e seus Desdobramentos	96
4.7 Procurando Superar as Dificuldades.....	98
CAPÍTULO 5: MIGRAÇÃO – BREVE HISTÓRICO – CONCEITO.....	102
5.1 Migração – Aspectos Gerais.....	102

5.2 Migração – Conceito.....	103
5.3 Algumas Teorias Migratórias	107
CAPÍTULO 6: MIGRAÇÃO INTERNACIONAL HAITIANA NO NORTE DO BRASIL	127
6.1 A Rota Norte – Tabatinga – Amazonas	127
6.2 Migração Internacional (Haitiana) Ilegal – O Acre na Rota.....	133
6.2 Migração Internacional – Conflitos com a Ordem Estabelecida	145
CAPÍTULO 7: MERCADO DE TRABALHO – INSERÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO – ELEMENTOS QUE ESTIMULAM OU RETRAEM O FLUXO MIGRATÓRIO.....	155
7.1 O Processo de Inserção	155
7.2 O Desenvolvimento e Transformação do Migrante.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
BIBLIOGRAFIA	166

APRESENTAÇÃO

O presente estudo, produzido a título de Tese de Doutorado em Geografia Humana, sob a orientação da Professora Doutora Rosa Ester Rossini, aborda o tema: O Acre na Porta de Entrada da Imigração Internacional: do Haiti para o Brasil (Brasiléia /AC – 2010 / 2016).

A necessidade de se estudar o tema nasceu da existência do fato concreto estar ocorrendo dentro do espaço territorial acreano, mais especificamente na cidade de Brasiléia – Acre, com o intuito de descortinar o porquê da escolha dessa rota para adentrar ao Brasil? É uma escolha que desperta curiosidade por tratar-se de uma região pobre e distante dos grandes centros econômicos do país. Logo nasce a pergunta: qual a motivação que tiveram os haitianos para optarem por essa trilha amazônica?

Ao pesquisar sobre o assunto, espera-se encontrar respostas capazes de aclarar quais os atrativos que fizeram do Acre local de fascínio para a imigração “irregular” de haitianos ao Brasil, uma rota que alimentou o fluxo migratório, com a participação de diferentes nacionalidades, inclusive africanas, que cruzaram as fronteiras do Peru com o Brasil, alcançando o território brasileiro do Acre, ali na cidade de Assis Brasil. Dali se deslocava até Brasiléia, no primeiro momento; no segundo, seguiam para Rio Branco, capital do Estado, por via terrestre, muitas vezes por ônibus fretado pelo governo estadual, em convênio com o governo federal, para depois alcançar outras cidades, em diferentes regiões do país, preferencialmente, São Paulo, no Sudeste, além de várias cidades e/ ou municípios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Sul, e outras partes dentro do território nacional.

Ressalte-se que ao tempo em que o processo hierarquiza áreas de domínios e influências, torna-se capaz de mobilizar e deslocar contingentes de forças produtivas para quaisquer das áreas componentes e necessitadas para continuar o processo de reprodução dentro do sistema. Nesse contexto, torna-se importante a observação e a análise do fenômeno, cujo fato está ocorrendo dentro do espaço territorial do Acre, mais especificamente na cidade de Brasiléia. Tem-se por objetivo identificar o porquê da escolha dessa rota para adentrar ao Brasil? Por que optaram por este caminho e não outro? Por que escolher o Acre como rota, considerando ser um local distante dos grandes centros

econômicos do país? Terá sido pelo apoio recebido do poder público? Facilidade de entrada na fronteira? Acesso fácil à documentação e consequente regularização? Rota sem muita fiscalização? Enfim, muitas perguntas sem respostas claras, o que justifica a realização da presente pesquisa de campo e da realização da presente tese: O Acre na Porta de Entrada da Imigração Internacional: Do Haiti para o Brasil (Brasília /AC – 2010 / 2016).

INTRODUÇÃO

Entende-se por migração o deslocamento populacional pelo espaço geográfico, de forma temporária ou permanente, praticada desde o início da humanidade, fator que tem contribuído para a sobrevivência do ser humano em todo o mundo. A pessoa que migra o faz por alguma razão e, muitas vezes, a sobrevivência de numerosos grupos sociais depende de seu deslocamento pelo espaço, como aconteceu, por exemplo, nos primórdios da civilização quando os primeiros seres humanos migravam em busca de alimento.

Dentre as principais razões para a migração estão as de origem:

- **Econômica** - quando o migrante sai em busca de melhores qualidades de vida, empregos, salários, etc. Motivo comum nas populações de países ou regiões subdesenvolvidas;
- **Cultural e religiosa** - quando grupos sociais migram para o local com o qual identificam, como sucedeu aos muçulmanos quando migram para Meca, no intuito de facilitar a prática religiosa;
- **Políticas** - ocorre durante crises políticas, guerras, ditaduras, nas quais vários contingentes políticos migram, de forma livre ou forçada, para evitar os problemas de sua terra natal. É o caso, por exemplo, dos refugiados sírios que deixaram seu país para fugir de uma guerra civil;
- **Naturais** - comum em lugares com a ocorrência de desastres ambientais, secas, frio intenso, calor excessivo etc.

Sabe-se, todavia, que a migração é parte de um processo da constituição da maior parte das antigas comunidades políticas, as quais se transformaram nos Estados atuais. Ao longo do tempo, os conflitos, as evoluções técnicas, associados ao crescimento demográfico, tornaram-se importantes fatores no favorecimento para o deslocamento de pessoas para diversas partes do planeta. De modo que os eventos migratórios contribuíram, sobremaneira, para a estruturação de diferentes eventos históricos, tais como: a expansão colonial, a industrialização e a criação do mercado de trabalho para o sistema capitalista de

produção, por meio da formação econômico-social e a conseqüente criação dos estados nacionais, conforme apontado por (CASTLES; MILLER, 2009).

Na atualidade, as migrações são tratadas como fenômeno global, pelo fato de a grande maioria dos lugares do planeta possuir interesse nos deslocamentos de pessoas, apesar de todos os problemas que, por ventura, possam causar internamente ao Estado nacional; Assim, as migrações internacionais trazem uma redefinição de conceitos e teorias no sentido de explicar a complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população em escala mundial, indicando para a crescente necessidade do entendimento de tais processos migratórios que estão submetidos às transformações transnacionais globais, marcando as relações sociais, econômicas e políticas, no atual momento, da mesma forma que as migrações do passado estiveram inseridas nos respectivos contextos históricos de outras épocas e operaram grandes transformações.

Ressalte-se que a filosofia do colonialismo embasou a dominação dos povos da Ásia, África e América Latina, desde o século XVI até o século XX, através da proclamada superioridade de povos sobre outros como caminho para o desenvolvimento e a modernização. Nessa linha se justifica a invasão e a dominação territoriais, bem como o julgo dos povos nativos. A dominação das colônias, mantidas através do deslocamento de indivíduos oriundos das metrópoles, nos sistemas coloniais, utilizaram, largamente, a mão de obra escrava, sobretudo africana, substituída, depois, por imigrantes europeus e, posteriormente, por asiáticos, especialmente japoneses, no caso particular do Brasil, para trabalhar nas colônias, principalmente de café e outras tantas culturas tropicais, nas regiões Sudeste e Sul do país.

Entretanto, durante o processo de industrialização, ocorreu afluência em massa de pessoas provenientes do campo, tornando possível grande disponibilidade de força de trabalho, favorecendo a criação de enorme exército de reserva de mão de obra, com mercado de trabalho capitalista, com a mobilização de trabalhadores. A desarticulação do sistema de produção feudal, com afastamento dos trabalhadores do vínculo com a terra, facilitou, sobremaneira, a estruturação do modo capitalista de produção, transformando o trabalho assalariado, porquanto uma vez livre das relações anteriores, poderia vender sua força de trabalho nas fábricas urbanas, inaugurando novas relações de trabalho, sem retorno da mercantilização da mão de obra, com sua transformação em mercadoria.

É dentro desse contexto conceitual que a migração internacional se apresenta, trazendo, no conjunto, a ideia de Estados nacionais e, com eles, as fronteiras políticas, como obstáculos a serem superados por aqueles que desejam realizar deslocamentos para locais diferentes dos lugares onde nasceram (CASTLES, 2009; SAYAD, 1998). Desse modo, as migrações internacionais só existem porque têm as fronteiras, conforme abordado alhures.

Entretanto, para a existência do Estado-nação é necessário que o mesmo seja formatado dentro do conjunto do sistema de Estados nacionais, erguido sobre a trilogia: governo, povo e território, onde o povo deve estar estabilizado, localizado em um território e sob um governo reconhecido pelo ordenamento jurídico, com o seu conjunto de regramento de poder sobre um determinado território. Desse modo o ser migrante é membro originário de um Estado que se desloca para outro lugar (território) e, ao fazê-lo, submete-se à jurisdição do outro Estado para o qual se deslocou.

Apesar de todo esse conjunto de regramento revelador do caráter excludente do Estado-nação, cada vez menos as diferenças entre os nacionais e não-nacionais é justificada pela internacionalização dos direitos humanos, que institucionaliza a regulamentação internacional dos migrantes, especialmente, a partir da segunda Guerra Mundial. Assim, as lógicas da globalização abrem as portas para a construção de novas relações entre universalidade e diferença nas estruturas políticas, baseadas nas próprias idéias modernas de liberdade e igualdade (LINKLATER, 1998).

Nesse contexto aconteceu o recente e intenso movimento migratório haitiano para o Brasil, que utilizou o Estado do Acre como porta de entrada na rota de passagem para o restante do país. Ali chegando, as pessoas aguardavam um tempo para prosseguir com a viagem, deslocando-se para várias cidades situadas nas diversas unidades da federação brasileira, localizadas nas principais regiões, especialmente, no Sudeste e Sul, particularmente São Paulo, mas também para cidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho é buscar os fatores explicativos desse recente movimento migratório de haitianos para o Brasil, via Acre, a partir de 2010 até o ano de 2016, especificamente na microrregião de Brasília, pois antes o país nunca havia sido a preferência dos imigrantes de origem haitiana. Esse fluxo migratório de

haitianos para o Brasil surge como algo novo. Por isso, pretende-se entender por que optaram pelo Acre para adentrar ao Brasil.

Para tanto, breve retrospecto histórico¹ sobre o Haiti, destacando momentos do processo de sua formação histórica espacial, tendo como ponto de partida a chegada do europeu ao Continente Americano, simbolizado pela conquista da Grande Ilha de *Hispaniola*, na região do Caribe, pela Coroa Espanhola, representada pelo navegador genovês Cristóvão Colombo, em 1492. Recorde-se, ainda, da formação econômico-social², com o longo e doloroso processo de independência e constituição, ou formação do Estado Nação, como Haiti.

Após, transcorridos aproximadamente dois séculos, os espanhóis perdem 1/3 do território para a Coroa Francesa, com a assinatura do Tratado de *Ryswick* (1697), pondo fim a Guerra dos Nove Anos, quando, então, foi implantada a próspera colônia de *Saint-Domingue* (São Domingos), atual Haiti, para a produção de produtos tropicais, tais como café, cacau e, principalmente, açúcar, além de outros produtos agrícolas. A outra parte do território, da atual República Dominicana, permaneceu com a Espanha.

Neste sentido, o trabalho será constituído em sete capítulos.

No primeiro capítulo consta a proposta teórica que norteia o estudo, encaminhando-o a uma reflexão acerca do **TRABALHO – Migração e a (re) produção do espaço**, enquanto relações de classes e da articulação existente entre as formas de subordinação em que se apresentam tais relações e a (re)produção da totalidade social e do arranjo espacial engendrado.

No segundo capítulo, apresenta-se a contextualização do Acre, situação do Brasil na região de três fronteiras, sob o título; **Acre – A fronteira tríplice**. Faz-se descrição da localização geográfica do Estado do Acre e da Microrregião de Brasileia, sob variados olhares.

¹ CRUZ, MC da. *O Conceito de formação espacial: sua gênese e sua contribuição para a Geografia*. Biblos, Rio Grande, 15: 51-67, 2003. Definição Estruturalista de modo de produção relacionada com a categoria F. E. S. com o conceito de formação espacial.

² SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como Método*. Boletim Paulista de Geografia. AGB-São Paulo. 54, jun. 1977.

O terceiro capítulo contém breve histórico do país, Haiti, sob o título: **Da origem ao ano de 2004**, no qual, em seu desenvolvimento, avista-se os antecedentes históricos, aspectos econômicos, políticos, sociais e ambientais, além das intervenções externas e suas implicações ao longo do tempo.

O quarto capítulo se desenvolve sob o título: **A MINUSTAH e o Brasil**. Aborda questões relacionadas à política externa brasileira, as missões de paz no âmbito do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), com referência particular à Resolução 1542, que institui a MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti). Além disso, neste capítulo, também se fala sobre o processo de constituição da missão de paz em território haitiano, visando à estabilização interna, sob a responsabilidade do CSNU, em atendimento a solicitação do então presidente do Haiti (Bonifácio Alexandre), sendo destinada ao Brasil a responsabilidade do Comando da Força, composta por membros de dezenove países de diversas partes do mundo, incluindo além de pessoal, militar e civil, membros da própria ONU.

O quinto capítulo desenvolve-se sob o título: **MIGRAÇÃO – Breve Histórico – CONCEITO**. Fazem-se considerações de aspectos históricos e legais, além de conceitos, em conformidade com acordos internacionais e, também, segundo a legislação brasileira concernente ao tema. Alarga-se a discussão acerca de diversos órgãos internacionais e nacionais envolvidos no atendimento ao conjunto de apátridas necessitados e dos diversos serviços de apoio. Enfatiza-se o tratamento do Brasil dispensado aos haitianos, através da legislação (estatuto do estrangeiro), estimulando o ingresso e permanência no território brasileiro.

No sexto capítulo: **IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL HAITIANA NO NORTE DO BRASIL** procura-se, no seu desenvolvimento, identificar, mapear e analisar as possíveis rotas da origem ao destino nos territórios haitiano e brasileiro, visando compreender as articulações e as motivações que justificam e produzem os deslocamentos populacionais, observando-se as características sociais, econômicas e culturais, grau de instrução e a condição de inserção no mercado de trabalho.

Finalmente, no sétimo capítulo, sob o título: **MERCADO DE TRABALHO – Inserção – Desenvolvimento e Transformação – Elementos que Estimulam ou Retraem o Fluxo Migratório**, observar-se-á o comportamento no mercado de trabalho,

destacando-se as áreas que favorecem a inserção dos migrantes, avaliando o desenvolvimento e transformações que influenciam no estímulo ou retração do fluxo migratório.

PROCEDIMENTOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

A presente pesquisa se justifica na medida em que procura analisar a situação do recente processo migratório haitiano para o Brasil, utilizando o Acre como uma das portas de entrada em território brasileiro. Tal ocorrência se apresenta como algo novo, iniciando-se em 2010 e se intensificando nos anos seguintes e continuando até princípio de 2016.

Tomando como ponto de partida o entendimento de conceitos que fundamentam e norteiam o assunto, diz-se que o objetivo deste trabalho é buscar os fatores explicativos do recente movimento migratório de haitianos para o Brasil, via Acre, no período de 2010 (início) até 2016, especificamente no município de Brasiléia, onde se localiza a porta de entrada e rota de passagem desses imigrantes. Essa migração haitiana é considerada o maior fenômeno migratório da década no país.

Para assegurar as possíveis probabilidades de escolha desse portal de entrada migratória, será importante compreender:

- As políticas migratórias adotadas pelo Brasil em relação ao Haiti, através da legislação relativa ao estímulo, ao ingresso e à permanência desses migrantes em território brasileiro, segundo estabelece o estatuto jurídico para estrangeiros e as singularidades dos haitianos no país;
- Procurar fazer mapas de possíveis rotas da origem ao destino nos territórios haitiano e brasileiro, visando analisar a distribuição territorial e estudar as motivações que justificam e produzem os deslocamentos populacionais dessas gentes;
- Avaliar as atitudes socialmente criadas em relação ao papel do (s) estrangeiro (s) na divisão social do trabalho nacional.

É fato conhecido, mundialmente, que a República do Haiti sofreu, no dia 12 de janeiro de 2010, imenso abalo sísmico, cujo epicentro se deu próximo da capital, Porto Príncipe.

As consequências foram catastróficas e, segundo a Cruz Vermelha, 3 milhões de pessoas foram afetadas pelo terremoto. Nesse número contabiliza-se 316 mil mortes. É um número absurdamente devastador porquanto a população do Haiti em 2010 era 9.896 milhões de habitantes e o terremoto teria impactado um terço da população do país. Trata-se de um impacto sem precedentes para a população haitiana. Daí decorre mais um interesse desse estudo: por que tanta gente optou para migrar para o Brasil via Acre, cidade de Brasileia?

Avista-se, nesse ambiente de tanto impacto migratório, o fato de o Brasil desde 2004 ter liderado a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti – MINUSTAH. Além do mais, o motivo pelo qual os haitianos vieram para o Brasil não pode ser reduzido, somente, ao acontecimento do terremoto, ainda que esta hipótese possa servir de amparo ao estudo, porquanto essa aproximação faz sentido para explicar a imigração de haitianos ao Brasil, bem como todo um conjunto de vulnerabilidades, tais como a instabilidade política, as mazelas sociais e econômicas e, por fim, as catástrofes ambientais frequentes.

A escolha pelo Estado do Acre deveu-se, certamente, por ser uma porta de entrada mais barata. Considerando que não possuíam dinheiro para o trâmite em outros consulados mais distantes. Então, optaram por percorrer o trajeto: Haiti, República Dominicana, Panamá, Equador, Peru, para entrar no Brasil na região da tríplice fronteira e, ali, fazer uma solicitação de refúgio, ao invés de pagarem 200 dólares em consulados. Foi mais simples buscar a Polícia Federal para emitir o Protocolo de Registro, um documento que assegura direito de circular por todo território nacional sem correr o risco de deportação, e que permite obter CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social.

É este estudo de natureza dedutiva, método qualitativo e quantitativo, tendo por base teórica os documentos e estudos produzidos nesse período de 2010-2016, com foco nos objetivos acima propostos, no intuito de encontrar respostas capazes de justificar essa escolha migratória pela região da tríplice fronteira do Acre.

Sendo a migração um fenômeno social, amplo e complexo. O fluxo migratório haitiano para o Brasil surge como algo novo. Por tal razão, o estudo para entender melhor por que os haitianos optaram pelo caminho irregular (sem ser via consulados) para adentrar ao Brasil? E por que escolher o Acre como rota, se o mesmo está localizado distante dos grandes centros econômicos do país? Será pelo apoio recebido do poder público?

Facilidade de entrada na fronteira? Acesso fácil à documentação para regularização? Rota sem muita fiscalização? Este fluxo migratório iniciado em 2010 e perdura até princípio de 2016, após um terremoto de 7.3 na escala *Richter*.

Neste sentido, houve como ponto de partida, para a realização desta pesquisa, a seleção de uma série de documentos oficiais que foram coletados nos seguintes órgãos e instituições: Secretarias de Estado no Acre, SPF/AC (Superintendência da Polícia Federal) no Acre; DME/AC (Delegacia do Ministério do Trabalho e Emprego) no Acre; Delegacia da Receita Federal no Acre; nos Comitês, Conselhos, ONG's (Organizações Não Governamentais). Ainda em agências permanentes nacionais e internacionais, tais como: CONARE/MJ - Comitê Nacional para os Refugiados; Ministério da Justiça, CNIg/MTE Conselho Nacional de Imigração; Ministério do Trabalho e Emprego; ACNUR Auto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; Entidades religiosas; Dissertações, Teses e também publicações em livros, revistas, jornais, planos de governo, leis e estatutos sobre imigração etc.

Todas as fontes supracitadas foram analisadas e interpretadas, a fim de compor a construção dos capítulos do documento final (tese). Além disso, foram realizadas entrevistas, *in lócus*, com membros da população migrante, incluindo breve história de vida de haitianos, residentes no Acre, na cidade de Rio Branco, capital do Estado e em Brasília/AC, além de visitas em Assis Brasil/AC, cidades localizadas na fronteira com os países da Bolívia e Peru, onde se visitou a cidade peruana de Iñapari. Ali se entrevistou, informalmente, os transportadores participantes do processo de deslocamento dos migrantes, em parte do solo peruano.

Descortinou-se, dessa conversação, que num primeiro momento, ao entrarem em território nacional, os imigrantes ficaram instalados em abrigos na cidade de Brasília, à espera do visto de entrada e outros documentos, para regularizarem-se e, a partir daí, se deslocarem pelo Brasil afora. Entretanto, houve o fechamento de tal abrigo. Com isso foram deslocados para a cidade de Rio Branco, onde foram alojados, emergencialmente, no Parque de Exposições, depois os abrigaram na Chácara Aliança, local mais apropriado, com capacidade para 200 pessoas aproximadamente. Foram atendidos com 03 (três) refeições diárias, lazer aos finais de semanas, com jogos de futebol e também atividades religiosas. Da cidade de Rio Branco seguiam igualmente de ônibus fretado pelo governo

do Acre, em convênio com o governo Federal, para diversas cidades, localizadas nas diferentes regiões brasileiras, particularmente na região Sudeste e Sul do Brasil. Entretanto, a cidade de São Paulo, no Sudeste, foi a mais preferida. Uma vez chegando a São Paulo/SP, a maioria procurava abrigo ou apoio e proteção na Missão Paz, entidade religiosa vinculada a Igreja Católica, fundada pelos Scalabrinianos, no ano 1887, que desenvolve política de atendimento aos diversos migrantes, em cerca de mais 40 países pelo mundo afora.

Para realizar a pesquisa de campo contou-se, também, com apoio da UFAC e outros órgãos públicos responsáveis pela gestão deste objeto de análise. Nessa etapa, solicitou-se autorização legal junto aos organismos envolvidos com a temática para permitir acessar os dados contidos nos arquivos internos de tais organismos e poder realizar as pesquisas necessárias ao desenvolvimento e efetiva realização do trabalho.

Além das atividades acima relatadas, também foram desenvolvidas diversas outras, tais como:

Levantamento e seleção de material bibliográfico, leitura, análise e fichamento de obras, artigos científicos, matérias de jornais e revistas e legislação relacionada com a temática em tela;

Visita aos órgãos e entrevistas com autoridades e ex-autoridades do governo estadual que estiveram envolvidos no assunto em pauta;

Preparação e elaboração de material para atividade de campo, nas cidades de Assis Brasil (AC) / Iñapari (Peru), Brasiléia / Epitaciolândia (AC) e Rio Branco, capital do Estado do Acre;

Análise do material coletado com elaboração de bases cartográficas das rotas migratórias até o Brasil/Acre e internas no território brasileiro;

Elaboração e análise de tabelas e gráficos referente ao movimento populacional dentro do Estado do Acre;

Elaboração e análises de Mapas e cartogramas, relacionados com o assunto em estudo.

Abaixo, dois mapas importantes:

Mapa 1 - Estado do Acre

Fonte: elaboração própria com base em IBGE. Digitalização: Frank Arcos - UFAC

Mapa 2 - Cidade de Brasília onde aportaram os haitianos

Fonte: elaboração própria com base em IBGE. Digitalização: Frank Arcos - UFAC

CAPÍTULO 1: TRABALHO – MIGRAÇÃO E A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO

1. TRABALHO

1.1 O trabalho na vida orgânica do ser humano

Diante da necessidade de reprodução na vida orgânica e social o ser humano, enquanto espécie, transforma a primeira natureza em natureza humanizada, imprimindo-lhe a sua marca, como pegadas na areia, transformando, modelando e modificando a paisagem do entorno, ajustando às necessidades humanas. E nessa trajetória, utiliza como instrumento o seu trabalho como ferramenta para modificar o ambiente, através das suas formas e mediações, que vão sendo transformadas e ajustadas ao momento histórico vivido, assim também, vai sendo atualizada a qualidade do espaço que é modificado.

A relação homem/natureza sofreu muitas alterações ao longo da história, mas foi partir de Kant (1987) 2001, que o dualismo se cristalizou sob a ideologia burguesa, com natureza e unidade diferenciada, pensamento que colocou o trabalho no centro do debate. Enquanto na relação homem/natureza, visão de Marx (1875), é importante mergulhar em fundamentos filosóficos, a fim de discutir o desenvolvimento do capitalismo, a ideia da separação entre sociedade e natureza, tudo colocado como desafio imposto pelo próprio capitalismo.

Então, esse processo de transformação e troca entre as pessoas e a natureza, ocorre por meio do trabalho, que é a caracterização mais simples, ou menos complexa, o elo entre o projeto e o objeto, a ideia e a matéria, a formatação e a realização. Sendo uma ação consciente, teleológica, através da qual o ser humano modifica a matéria, transformando-a em algo útil, ajustando-as às suas necessidades. Dentro desse processo age com inteligência, racionalidade, usando a razão, diferentemente do animal irracional, que age por repetição, por puro instinto de sobrevivência.

Para melhor compreender esse processo de espaço/natureza, busca-se amparo no professor David Harvey, em Espaços de Esperança, 2011, 4ª edição, p. 262 e 263, onde ele faz uma comparação entre arquitetos e abelhas. Com tal exemplo, procura-se demonstrar o

quanto é importante a racionalidade do trabalho humano na transformação da natureza e no desenvolvimento das relações das forças produtivas:

[...] o arquiteto participa e promove profundamente os processos de construção e organização dos espaços ao longo da história, na produção e na geração de ideais utópicos, molda espaços socialmente úteis, com significados humanos e estéticos/ simbólicos, pois o arquiteto plasma e preserva lembranças sociais de longa duração e dar forma material aos anseios e desejos de indivíduos e coletividades. O arquiteto procura abrir espaços para novas possibilidades e futuras formas de vida social. Karatani (1995, p. XXXV), destaca a “vontade de arquitetura” como “vontade de criar”, constituindo o “alicerce do pensamento ocidental”, concepção sustentada por Platão. Leibniz, afirmou que “Deus como arquiteto satisfaz plenamente a Deus como legislador”. Seguindo a toada, pode-se dizer que somos “arquitetos de nosso próprio destino, ou de nossa própria sorte”, adotar a metáfora do arquiteto, é dizer que somos agentes de nossas práticas cotidianas e, através delas, efetivamente preservar, construir e reconstruir nosso mundo da vida. (HARVEY, 2011, p.262 e 263)

Esse mesmo olhar pode ser percebido em Marx, no primeiro volume de “O Capital” (1967, p.177/178):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o Homem e a Natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação inicia, regula e controla seu intercâmbio material com a Natureza [...] Assim agindo sobre a natureza externa e modificando-a, ele ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e as submete ao seu domínio [...] Pressupomos o trabalho sob a forma que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha executa operações que parecem as do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que o arquiteto concebe na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. Ao final do processo do trabalho obtém-se um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o começo. Ele não apenas transforma o material sobre o qual opera como imprime ao material o projeto [...] (MARX, 1967, p. 177/178).

Sob esses olhares procura-se compreender o processo de desenvolvimento compreendido pelo ser humano, no espaço, ao longo do tempo, atualizando as transformações através da organização e execução do trabalho pensado, idealizado e realizado, em diferentes espaços e tempos históricos, sempre em transformação da natureza primeira, em natureza humanizada, com atualização de ferramentas e técnicas, alcançando

resultados para o atendimento das necessidades sociais, conforme o momento vivido, dentro do grau de compreensão da organização e desenvolvimento de relações das forças produtivas, o que equivale dizer que o pior trabalho humano, é sempre trabalho superior ao melhor da abelha, pois o trabalho da abelha ou mesmo da aranha, apesar de bem realizado, será sempre uma ação instintiva, apenas de sobrevivência da espécie, por mais perfeito, sempre uma repetição ao longo da existência desses seres.

No princípio essa ação era limitada, pouco eficaz ao imprimir suas marcas à paisagem, porém, com o tempo, evolui ao adaptar-se às condições naturais (comunidades primitivas) para a transformação destas, segundo a disponibilidade de tecnologia mais avançada e de capital existente naquele local. (ANDRADE, 1984, p.16).

Desta feita, o movimento dialético, na produção do espaço, é ao mesmo tempo, resultado e condição de reprodução da totalidade social, com uma conformação própria em cada modo de produção. Por isso, somente analisando o contexto da formação econômico-social cada elemento (objeto) espacial ganha significado.

Como pode ser notado, o ser humano é movido pela necessidade da vida gregária (em sociedade). O elemento humano coloca em movimento suas habilidades físicas e mentais, combinando trabalho com matéria fornecida, dadivosamente, pela natureza, que é transformada em objetos, suprimindo, assim, suas necessidades. E, dessa maneira, vai se apropriando dos recursos da natureza, criando valores de uso, dotando o meio circundante de novas formas humanizadas. E o faz sobre uma base concreta de condições naturais e sociais diferenciadas. O resultado dessa ação é o espaço geográfico, onde a natureza deixa de ser primeira para transforma-se numa natureza humanizada, cada vez mais produto do trabalho, resultado da dinâmica social.

Neste sentido, é como diz Silva (1985, p. 50) sobre a criação do trabalho e a essencialidade dele para a vida humana:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do ser humano – qualquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de elevar e efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, manter a vida humana. (SILVA, 1985, p.50).

Portanto, dentro deste contexto, compreende-se que o espaço geográfico é resultado da ação humana e, como tal, assim pode se observar, no estudo, que no princípio era apenas a Natureza, posteriormente, à medida que as necessidades se multiplicam, o ser humano passa a transformá-la em algo útil, para, finalmente, torná-la mercadoria, com valor de uso e valor de troca. Como mostra a equação N-H-E, quando se procura refletir sobre a relação ser humano-meio ou ser humano-espaço, travando uma relação dialética de reciprocidade de influência evolutiva, mas falta o elo que vincula o ser humano a natureza e/ou ao espaço, como um todo conjunto estruturado, a natureza, o espaço e tempo (da história), neste sentido, Moreira define a questão em três fases ou momentos históricos da produção do espaço geográfico:

Na primeira fase, a geografia é vista como ciência da descrição da paisagem. É a forma dos gregos, que permanece até meados do século XIX, a paisagem é arrolada por meio de semelhanças e diferenças, formando grupos de identidade. A descrição.

Na segunda fase, ocorre maior rigor de método, a partir do conceito de espaço, adquirindo um sentido mais analítico, incluindo o método comparativo e o olhar mais holístico. Neste momento, há um deslocamento do plano da paisagem para o plano processual da relação ambiental do homem com o meio. Com o propósito de levar ao conhecimento da relação do homem com o meio. Dois acontecimentos do período estão na origem dessa mudança: a demanda da relação colonial da indústria e o nascimento da biologia.

A terceira fase estuda a organização da sociedade pelo espaço. A fonte é o desenvolvimento da indústria, sua mobilidade e presença ubíqua no mundo. Daí a necessidade do conhecimento da localização do estabelecimento industrial no espaço do ponto de vista da racionalidade da economia do mercado, orientada no parâmetro de que a geografia quantitativa e a economia política marxista do espaço (geografia crítica) são os reversos da medalha, a face afirmadora e a face crítica, respectivamente. O foco é deslocado para a relação do espaço com a economia e a sociedade humana, através das necessidades da racionalidade locacional das indústrias e das atividades econômicas a elas relacionadas. (MOREIRA, 2006, p. 120/121).

Para corroborar e melhor contribuir com uma exemplificação pode-se dizer que a evolução e o desenvolvimento da organização dos arranjos na produção dos espaços produtivos, qualitativamente diferenciados, dentro da conformidade da racionalidade econômica, surgem às teorias de localização de atividades industriais, no âmbito da ciência econômica, a saber: teoria dos anéis agrários (Von Thünen, 1926); da localização industrial (Alfred Weber, 1909); da estrutura interna da cidade (Park e Burgess, 1920); dos lugares

centrais (Walter Christaller, 1933); da difusão de inovações (Hagerstrand, 1953) e a teoria dos pólos de crescimento (François Perroux, 1961). Apenas para ilustrar, no conjunto de estudiosos há dois geógrafos (Christaller e Hagerstrand), dois sociólogos (Park e Burgess) e os demais são economistas. (MOREIRA, 2006, p.121).

Nunca é demais observar que o motor da história é impulsionado pela necessidade de se viver em sociedade, fato que leva o ser humano a desenvolver habilidades físicas e mentais que, combinando com o trabalho e matéria ofertada (primeira natureza), consegue, assim, moldar os objetos dos quais necessita. Dentro desse contexto, os recursos naturais são apropriados e transformados em objetos úteis para o atendimento de necessidades sociais, como valores de uso, de conformidade com o meio circundante (espaço), na atualização de novas formas humanizadas ao longo do tempo (história).

Neste mesmo sentido, Santos fala sobre a evolução da história do ser humano no espaço, dizendo que:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 2006, p.62).

E continua Santos, que qualifica o espaço como:

Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único que a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história (tempo), vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial funcione como uma máquina. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade. (SANTOS, 2006, p.63).

Nesse sentido, após a Segunda Guerra Mundial, pode ser observado o surgimento de novo momento na expansão do capitalismo, na esteira da reconstrução e com a reorganização econômica da Europa, aliada a disputa da “guerra fria”, promovendo maior

concentração de capital e avanço técnico, permitindo ampliação das grandes corporações então existentes.

Tal expansão traz, ainda, a derrocada dos impérios coloniais, a partir dos anos 60, afetando, sobremaneira, a organização social e as formas espaciais criadas pelo ser humano, favorecendo uma nova divisão social e territorial do trabalho, introduzindo e difundindo novas culturas, como industrialização, urbanização e outras relações espaciais. As regiões antes elaboradas são desfeitas e, ao mesmo tempo, as relações do grande capital destroem e constroem novas formas espaciais, tais como: grandes eixos rodoviários e ferroviários, hidroelétricas, redes de comunicações, enfim, novos espaços urbanos, extensos campos agrícolas despovoados, com intensa utilização de modernos insumos (tratores, sementes selecionadas, inseticidas, pesticidas, etc.), além de *shopping centers*, dentre outros, causando uma grande e intensa mudança nos limites e conteúdos do arranjo espacial regional criado pelo ser humano. Deste modo, o espaço alterado é fruto de novas decisões ocupacionais.

Nessa perspectiva, o espaço nacional brasileiro é reorganizado com a construção de Brasília, capital da República, e nessa direção os espaços regionais são quase todos reelaborados. E, assim, a Amazônia brasileira, na qual está o Acre, é reestruturada, capturada, transformada e modernizada por várias dessas formas de arranjo econômico territorial. A construção de grandes eixos rodoviários (BR's), rede de comunicações, industrialização (Distritos Industriais nas principais cidades), processo de urbanização (construção dos conjuntos residenciais), oferta de energia por hidroelétricas, assistência técnica e creditícia, dentre tantos outros serviços urbanos mudam o perfil das cidades e os hábitos de vida da população.

Assim, dentro desse contexto, está a Zona Franca de Manaus, criada para alavancar o desenvolvimento regional e, no bojo dela, veio o grande e intenso processo migratório em direção à capital, como pode ser observado no trabalho coordenado por Mário Lacerda de Melo e Hélio A. de Moura (1990), o qual mostra a importância da situação geográfica e histórica do sítio urbano de Manaus dentro do espaço regional, especialmente (em tempos anteriores) na marcha para ocupação e expansão do oeste brasileiro, como por exemplo, a conquista do Acre. Na atualidade há uma ação de maneira inversa, assumindo papel de principal pólo industrial de atração regional, tornando-se uma metrópole no interior da selva, na Amazônica Ocidental. Com isso fomenta a emigração no meio rural e a imigração

no meio urbano, promovendo a formação do mercado de trabalho, criando um exército de reserva de mão de obra.

Tal processo conduz a um fenômeno de super-urbanização, sobretudo pelo crescimento explosivo da cidade de Manaus, com o esvaziamento de pequenos núcleos urbanos, distribuídos ao longo dos rios amazônicos, uma vez que, em toda sede de seringal sempre havia um pequeno vilarejo, sobrando algumas nucleações pontuais. Seguindo o mesmo roteiro, à cidade de Rio Branco, (na década seguinte - nos anos 70 do século XX), sede administrativa do Acre, localizada às margens do rio de mesmo nome, vai exercer forte atração sobre a população dispersa na zona rural, o que reduz, imensamente o número de indivíduos até então residentes no interior. Tal fato causa profundo impacto nas relações socioeconômicas dentro do espaço territorial e político do Estado, aceleração do crescimento urbano, como pode ser observada no capítulo relativo ao Acre. A partir da migração campo-cidade da população, buscando trabalho e melhores condições de vida, surgem os primeiros bairros operários, para, em seguida, apresentar problemas de insalubridade e falta de infraestruturas. O conceito embasa-se num enfoque dos países periféricos integrados ao capitalismo internacional como unidades nacionais, no decorrer da realização de seu tipo estrutural, idêntico ao das sociedades colonizadoras ocidentais.³

As posições ocupadas no âmbito coletivo são objetos de sentimentos, tais como: afetivos, materiais, profissionais dentre outros, reafirmando a identidade pessoal e coletiva, que “aliadas a compreensão de qualidade de vida, fornece novos parâmetros para a construção de uma filosofia de Cidade Hospitaleira”. (MATHEUS – In: DIAS, 2002, p.64).

Entretanto, o inchaço das cidades busca ações sociais urbanas (sociologia) cada vez maiores, nos setores públicos, e uma reorganização do espaço nem sempre realizados com sucesso (CASELLA, 2006). As consequências são graves, como abaixo descritas:

[...] criando-se um cenário urbano com espaços desordenados, com esgotos e lixões a céu aberto, poluição das águas e solo, ocupação de encostas e áreas de mananciais, favelização, enchentes, aterros clandestinos, verticalização, concentração e irregularidade das construções, descaso com os espaços públicos e sua privatização etc. (CASELLA, 2006, p.3).

³ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ACKERMANN, Maria das Graças Grossi. Considerações sobre o fenômeno urbano no Brasil. **Rev. adm. empres.** [online]. 1973, vol.13, n.1, pp.83-90. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901973000100008>.

Deste modo, observa-se que o espaço geográfico é um produto da ação do ser humano, que transforma sempre o espaço em que vive e, nesta transformação, modifica a própria natureza, fazendo dos obstáculos naturais diferentes dos obstáculos da natureza modificada pela ação humana. Por isso, é importante observar que a ação humana não ocorre de forma uniforme no espaço e no tempo, variando mais intensamente em determinadas áreas e momentos históricos, com o emprego de tecnologia mais avançada, com disponibilidade de capitais do que naqueles lugares que dispõem de menores recursos e conhecimentos.

Daí decorre a necessidade de se compreender o processo histórico, evolutivo linear, como obstáculos às mudanças, capazes de barrar ou desviar o percurso então que se vinha seguindo. Esse processo pode ser algo considerado muito importante na compreensão das leis de movimentos das Formações Espaciais, bem como de seu conteúdo histórico. Pois o processo de desenvolvimento da história dos seres humanos é, também, um processo de acumulação.

Ao entender a formação econômico-social como um conjunto complexo e organizado de modos de produção, e o modo de produção traduzido pelas formas de relações produtivas entre as classes sociais, fica mais evidente compreender que o conceito desse modo de produção traz, em seu conteúdo, uma realidade social então constituída de estruturas, tais como: Econômica, Jurídico-político e Ideológica. Com a predominância da estrutura econômica que é sempre determinante, em última análise. Tendo em vista que o modo de produção é um objeto abstrato, enquanto a Formação Social trata-se de uma totalidade social concreta, historicamente determinada.

Neste sentido, é importante observar a articulação dos três conceitos como as categorias gerais fundamentais da dialética para a análise do espaço: concreto-abstrato, espaço-tempo e continuidade-descontinuidade.

Portanto, quando se observa a linha do tempo, percebe-se que as formações sociais foram se constituindo conforme o arranjo social do momento histórico. No caso haitiano, que antes era uma colônia francesa, de grande sucesso, que liderava a produção mundial do açúcar, além de outros produtos tropicais, gerando grandes benefícios e lucros à Coroa da França houve a derrocada decorrente de abalos sísmicos. De outra parte, adotando um sistema de casta, com rígida organização socioeconômica, em cuja base produtiva foi usada

a mão de obra do escravo negro africano, fato que fez do Haiti um líder no Caribe, daí denominado “Pérola do Caribe”, tamanha era sua produção e participação ao sistema produtivo mundial naquele momento histórico.

Essas considerações descritivas demonstram que os arranjos espaciais variam no tempo conforme as relações socioespaciais que são a totalidade de formas e processos sociais. Esses, sem dúvida, são objetos do arranjo espacial no seu todo, com tudo que é produzido e acumulado no decurso contínuo do processo de reprodução, evolução e mudança social-econômica.

Então, considerando que a relação homem-meio, no modo de produção capitalista, é mediada por uma ampla divisão social do trabalho projetada no espaço, por meio de uma grande complexidade de formas, cuja variação depende do domínio do capital sobre todos os segmentos da atividade social, associando-se as suas diversas e diferentes frações, como diz Moreira (1982, p. 54) “um espaço de relações intra e intercapitais e entre capital e trabalho, comandadas pela lei do desenvolvimento desigual e combinado pela lei da acumulação capitalista”, cuja expressão geográfica é a segmentação do espaço em porções ou frações, onde “as diversas porções de espaço que atuarem como *locus* da acumulação, [...], serão aquelas onde a riqueza mais se centralizará; enquanto aquelas porções de espaço que atuarem como *locus* de produção e expropriação de excedentes serão as que empobrecerão”. Portanto, o arranjo espacial demonstra, de maneira clara, a estrutura de classes.

Nesse contexto, falar dos haitianos é uma tarefa difícil, por ser um povo formado a partir de múltiplas origens étnicas no continente africano. Apesar de o Haiti está no Ocidente, o povo possui visão de mundo bem diferente em relação à população ocidental. Conforme pode ser observado em Jean Casimir (2012) e Cotinguiba (2014), que “as elites haitianas não conseguem se libertar de seu *alter ego* para pensarem em si mesmos como autônomos”. E continuando, com a visão do autor, assim como os povos nativos das Américas, “os haitianos nascem no processo de resistência ao genocídio e ao etnocídio. São inventados no seio do Ocidente e jamais existem por si só” (p.06). Sendo aproximadamente 95% de sua população constituída por negros e mulatos, letrados e não letrados, porto princenses e camponeses, falantes do *kreyól* e falantes do francês. (ROSA, 2006).

Então, visando entender melhor o processo de produção do espaço geográfico torna-se imprescindível a utilização dos conceitos largamente aceitos nas ciências sociais, como os de modo de produção, que são categorias generalizadoras e abstratas, enquanto formações econômico-sociais são mais concretas e próximas à realidade de cada pedaço do espaço, posto que as mesmas (formações econômico-sociais) estruturam-se da base econômica (modo de produção), dando origem a superestrutura social e política, provocando a divisão da sociedade em classes, possibilitando o surgimento de uma segunda estrutura com base em princípios, ideias e crenças, justificando as formas sociais organizadas que são: superestruturas culturais e ideológicas.

A expressão “modo de produção de bens materiais”, segundo Marx e Engels (2001), é uma expressão descritiva. Enquanto a expressão “bens materiais” é um conceito teórico que inclui o modo de produção (nível econômico), além de outros níveis da realidade social, jurídica, política e ideológica. Assim, o conceito de modo de produção permite pensar e conhecer uma realidade social.

Desta maneira, pode-se dizer que o modo de produção é composto de uma estrutura global e três regionais, onde há sempre o domínio de uma sobre as outras. A estrutura econômica, em última análise, é sempre determinante, para o desenvolvimento social, pois as condições econômicas determinam qual estrutura regional terá o papel dominante. Enfim, o que caracteriza o modo de produção é a contínua reprodução das suas condições de existência, que explicam as características da articulação das distintas estruturas regionais de cada modo de produção e qual delas será dominante.

Como dito alhures, o modo de produção é algo abstrato, enquanto, a formação econômico-social diz respeito a uma totalidade social concreta, historicamente determinada, composta de estruturas econômicas, ideológicas, jurídicos-políticos e, portanto, uma estrutura complexa, composta de estruturas regionais complexas articuladas a partir da estrutura de relações de produção.

Nesse cenário, a disputa pelo poder político é também a disputa pela dominação econômica, compreendida como sacrifício que uma classe ou fração dela, que se desenvolve para apropriar-se do subproduto criado pelo restante da sociedade, resultando um tipo de espaço que serve para assegurar os interesses da classe dominante.

Sendo assim, pode-se observar em Jean Paul de Gaudemar (1977), o que diz Marx (1994), sobre a transformação do trabalho em mercadoria. Ele a qualifica como “tripla característica: a) valor de uso; b) valor de troca; c) presença no mercado”. Para tanto, é invocada a tese clássica de Smith, no tocante a ideia de utilidade que é tratada como condição de existência do valor de uso da mercadoria, mas não a sua medida. Porém, no valor de troca Marx se separa de Smith ao dizer que a utilidade cria apenas valor de uso da mercadoria. Enquanto, o valor de troca é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de qualquer mercadoria.

Assim, quem controla o espaço, controla as “condições de reprodução”, seja como primeira natureza, como água, solos, jazidas minerais e cobertura vegetal, ou na forma de “segunda natureza”, como rodovias, redes de transmissão de energia, instalações industriais, armazéns, sistemas de irrigação, campos cultivados, etc. (MOREIRA, 1982, p. 49), dádiva da natureza ou edificadas com o trabalho social, mas desigualmente apropriadas pela sociedade.

Essa desigual apropriação do espaço geográfico tem sua expressão formal na apropriação desigual da terra. Na atividade agrícola, o controle da terra, ao mesmo tempo, que expõe o tamanho do controle das demais condições de produção, determina a dimensão do controle em que as diferentes frações da sociedade se apropriam do trabalho que se dá na terra.

Desta feita, na medida em que o arranjo espacial reproduz as relações de classe da formação econômico-social, somente no contexto dessa totalidade cada elemento do arranjo espacial, e ele próprio, adquirem significado. Desempenhando papel ativo na reprodução da totalidade social, o espaço interage dialeticamente com as classes sociais, tendo o Estado como mediador, representando os interesses dos grupos dominantes, propiciando a eles, dominantes, os meios para alcançarem seus objetivos.

No presente caso, a questão remonta às raízes da ocupação francesa, realizada na colônia de São Domingos (atual Haiti), da qual (colônia) era importante membro do capital comercial europeu, produtora e exportadora de produtos tropicais, agrícolas, e importadora de força de trabalho (mão de obra) constituída principalmente de escravos africanos, como forma de suprir a ausência de braços na lavoura açucareira, dentre outras, nas grandes fazendas.

A articulação e participação de cada porção do espaço (sociedade ocupante), intermediado e promovido através de inúmeros mecanismos, em conjunto com as outras demais partes do espaço global, o capital determina a possibilidade de cada parte na apropriação do sobre trabalho gestado dentro e fora de seus domínios. Conforme se observa nas afirmações de Rossini⁴ (2009).

Se o processo de produção do espaço é um processo de trabalho, as partes do espaço global se articulam e se integram a partir do papel que cada um terá no processo de trabalho geral (...) estabelece-se, a partir daí, uma diversidade de relações com intensidade desiguais, que vão produzir o espaço global através da produção de partes espaciais menores. (ROSSINI, 2009, p. 10).

Como se pode observar, a articulação entre os diversos fragmentos do espaço global configura uma enorme teia de relações de dominação/subordinação que são sustentadas na divisão social e territorial do trabalho, própria de cada etapa do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Desta maneira, o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho, sob o capitalismo monopolista, encontra-se na base das transformações, mudanças e avanço nas relações recentes no mundo do trabalho, promovendo deslocamentos e necessidades para o atendimento da produção e reprodução na dinâmica do capitalismo, nas mais diversas partes e dimensões.

1.2 A Migração e a perspectiva de construção de pontes entre países

A migração é um fenômeno amplo, complexo e de difícil conceituação, o ser humano, desde os tempos mais remotos, vem fazendo uso de tal expediente, e o faz motivado pelas mais diferentes razões. Por motivos de guerras, fome, conquistas territoriais, desentendimentos políticos, conflitos religiosos, problemas econômicos, ambientais e tantos outros. Tendo como pano de fundo, “melhores condições de vida”.

Desde os Impérios Romano, Otomano, passando por Gengis Khan (2011), com suas conquistas nas estepes asiáticas, e outros, tais como as viagens para o ‘Além Mar’, as quais

⁴ ROSSINI, Rosa Ester. In: A Produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.4. n.8 p. 5-28, ago. 2009.

trouxeram a descoberta das Américas, além de tantas outras incursões do passado são bem diversas e mais amplas as motivações atuais.

Ressalte-se, neste tema, que um dos primeiros estudos dedicados a temática migratória, na perspectiva científica, cabe ao geógrafo germano/inglês Ernst George Ravenstein (1834 – 1919). Ele produziu dois trabalhos dedicados aos migrantes, em 1885 e 1889, sendo olhados os clássicos na área. De conformidade com João Peixoto (2004), Ravenstein (1885) é “o único autor considerado ‘clássico’ sobre o tema” e, além disso, é “invariavelmente, o decano das referências bibliográficas da teoria migratória, citado em trabalhos oriundos de diferentes ciências sociais” (p.04). Os dois trabalhos apresentam características complementares; “o primeiro apresenta análise empírica dos fenômenos migratórios, com os procedimentos metodológicos; o segundo estuda os conceitos com a classificação dos tipos de migrantes, com as regiões de atração e repulsão, distância e ação de estímulos econômicos”. (p.05).

Alargando mais o assunto, diz-se que tendo a Inglaterra como *locus*, da abordagem de Ravenstein (1885), sobre os fluxos internos e internacionais, no conjunto da Europa e da América do Norte, no final da segunda metade do século XIX, essa literatura é indispensável na referida Tese. Pois, segundo o autor, são sete as leis da migração, a saber: a) majoritariamente os migrantes percorrem curtas distâncias e os fluxos migratórios buscam centros comerciais; b) o processo atrativo para lugares em rápida expansão se inicia pelas áreas de entorno e se estende para lugares mais distantes; c) na migração, o processo de dispersão ocorre inversamente ao da atração; d) cada corrente mais representativa no fluxo migratório gera uma contracorrente, o que sai é compensado com o que entra; e) quem migra de lugares longínquos tem preferência pelos centros comerciais; f) o fluxo migratório é preponderante nas populações rurais em relação aos citadinos; g) as mulheres migram mais que os homens.

O autor faz uma série de observações sobre as migrações, destacando alguns espaços de preferência e setores de ocupação, sempre à procura de ocupação profissional, por exemplo, os moradores da zona rural buscam a cidade, os espaços de exploração mineral. O maior emprego é de a mão de obra masculina, seja para trabalhos siderúrgicos ou minas de carvão mineral, enquanto a corrente migratória feminina é direcionada para cidades maiores ou para os distritos manufatureiros, de indústrias têxteis ou similares, onde a demanda por mão de obra é bastante elevada, além das atividades de copa e cozinha. Por

isso as mulheres migram mais que os homens e os centros urbanos atuam como pólos de atração de correntes migratórias, segundo o autor.

Como se observa, avançando no tempo, as migrações sempre estiveram ligadas ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho, no desenvolvimento das atividades produtivas, iniciando pelo deslocamento mais próximo do local da residência do migrante. Porém, à medida que ocorre o esgotamento das ocupações, os deslocamentos vão se distanciando, variando também as características das atividades ocupacionais. Às vezes buscam suprir a demanda de atividades que os locais nativos se recusam a realizá-las. Isso ocorre em sociedade com estágios mais desenvolvidos em relação às outras.

Todavia, no olhar de Vilém Flusser, citado por Charles Feitosa, na Revista Polichinelo, 05/09/2011, diz que:

O imigrante é para o enraizado alguém ameaçador, pois expõe a fragilidade do lar sagrado. O arrivista é alguém que já está no lugar, mas não inteiramente, é um aspirante à residência, taxado de recém-chegado pelos locais, para que estes possam se sentir mais seguros na sua moradia. Com a chegada dos migrantes surge um polêmico diálogo que tanto pode gerar um pogrom⁵ ou um enriquecimento da pátria, ou ainda uma libertação do enraizado de suas raízes. (FLUSSER *apud* FEITOSA, Charles, 2011)

E continua o autor mostrando, discutindo a questão, estabelecendo outras bases em sua análise, deslocando do problema concreto (socioeconômico) para o mundo da subjetividade (ontológico), ao relacionar patriotismo dentro de lógica estética. Segundo Flusser (2011, p.66), “toda casa é para seu morador algo bonito, sente-se seguro, tranquilizado, não muda, permanece. Enquanto o que vem de fora é inabitual, estranho, incômodo”. A lógica estética torna tudo belo quando incorporado à casa, mas torna tudo feio quando algo é expelido, banido ou expulso.

Neste sentido, as migrações internacionais são movimentos envolvendo a travessia de uma ou mais fronteiras, às vezes, entre Estados vizinhos, como também de um continente para outro, sendo teoricamente e facilmente distinguível por serem

⁵ **Pogrom:** Palavra de origem russa. Movimento organizado visando o extermínio de certas coletividades, em especial dos judeus. Chacina de judeus.

Fonte: <https://www.dicio.com.br/pogrom/> Acesso em, 06/08/2018.

estatisticamente controladas nos postos de passagens, pois deixam traços registrados em ambos os lados das linhas de fronteiras, conforme afirma, J.B. Garnier (1974, p.201). A autora aborda, também, que houve várias transferências populacionais para diversas partes, como exemplo trágico, “no passado, o comércio de escravos e o movimento forçado de mão de obra para satisfazer às necessidades de trabalho da Península Ibérica, com expansão para as Américas, envolvendo os ingleses, no ‘comércio triangular’. Além de outras tantas transferências, por motivos de “guerras e desacordos internacionais, produziu migrações voluntárias e forçadas”, por exemplo, os árabes e judeus, com destino a América do Norte e do Sul (Argentina e Brasil), como destacado por Carlos Póvoa (2007).

E mais, a migração é algo que faz parte do processo da formação do território brasileiro no seu todo, além de historicamente ser utilizado como instrumentos de políticas públicas, inicialmente, no fornecimento de mão de obra para as fazendas de café do Sudeste, e, também, na formação do exército interno de reserva de mão de obra, especialmente, em momentos recentes da sociedade brasileira, quando da implantação e desenvolvimento da chamada “modernização da agricultura”, o avanço da fronteira agrícola e crescimento urbano, bem como a mobilidade do trabalho, inclusive com a incorporação da Amazônia ao interior do processo, como pode ser observado em vários autores, dentre eles: MARTINS, 1980; NETO, 1986; OLIVEIRA, 1988; BECKER, 1990, isto para citar alguns.

Ao longo de toda história brasileira sempre houve pré-disposição em receber grande quantidade de imigrantes, de diversas origens e também por múltiplas causas e problemas, sob o manto da política nacional de colonização, com ocupação das terras devolutas, com pequena propriedade familiar, em contraposição a grande propriedade escravista, desde o século XIX, o Sul do país, recebeu grande quantidade de imigrantes europeus, onde a questão racial fica implícita, como observado em: SEYFERTH, 2002; DOMINGUES, 2002; SILVA, 2007; GIAROLA, 2010. Mas o leque da composição migratória que aporta ao país abrange populações de todos os continentes: África, Europa, Oriente Médio, Extremo Oriente, além do Americano, seja de países da América do Sul, Central ou do Norte.

Neste sentido, ao final século XIX, o governo brasileiro dissemina a política de branqueamento, estimulando a imigração europeia, com base na teoria do darwinismo social e eugenia racial como fator de desenvolvimento econômico e social do país. Fato

apoiado pela elite nacional conservadora, que considerava a raça branca superior e o negro e índios ‘sub-raças’. Daí decorre a política de imigração de origem alemã, italiana e outras nacionalidades européias. Essa política visava melhorar a composição qualitativamente da população brasileira. (COSTA, 2010).

Em outro momento, da história do Brasil, no início do século seguinte (século XX - como ilustração), o país abre novamente as fronteiras para receber outra grande leva de imigrantes: os japoneses. Aportaram por aqui em meados (18 de junho) do ano de 1908, no navio japonês Kasato Maru (Figura, 01), com o intuito de trabalhar nas fazendas de café, radicando-se, principalmente, no interior do estado de São Paulo e, também, do Paraná, além de outras partes do país. Na capital paulista fundaram inclusive um bairro, denominando-o com um nome bem sugestivo, ‘liberdade’, numa clara demonstração do grau de importância da cultura oriental, nipônica, em todo território nacional brasileiro. Como se pode observar, a importância da migração na construção de pontes entre os diversos Estados Nacionais é bem evidente no Brasil.

Figura 1- Navio japonês Kasato Maru – 18/06/1908 – Porto de Santos/SP

Fonte: IPCDIGITAL⁶

É importante observar Sayad (1998), na ótica de natureza temática, ao classificar e separar, qualitativamente, o processo migratório em: emigração, o movimento de saída do seu local de nascimento, enquanto a imigração é o movimento de chegada em outro lugar, sendo considerado forasteiro. Ele chama para a reflexão os diversos momentos, ao longo do itinerário (a trajetória), ou caminho dentro de outra ótica. Portanto, do ponto de vista conceitual, a migração internacional está vinculada, terminantemente, à ideia de Estados Nacionais, que se materializam através do cruzamento das fronteiras políticas de tais Estados, conforme sustentam: Sayad, 1998; Castles, 2009; *apud* Baraldi (2014). Neste sentido, “as migrações internacionais só existem porque existem as fronteiras”. Portanto, é na própria observação de Baraldi (2014) que se encontra o complemento a definição da qualificação do que vem a ser um migrante internacional:

[...] aquilo que deveria ser uma exceção no sistema de Estado nação, construído sobre a tríade: governo, povo e território, em que um povo localizado em um território definido, é ligado a um governo com um ordenamento jurídico, com poder sobre aquele território. O migrante é aquele membro de um Estado que se desloca para outro território e

⁶ Disponível em: <http://www.ipcdigital.com/internacional/navio-que-levou-japoneses-ao-brasil-sera-resgatado/>

portanto, se coloca sob a jurisdição deste outro Estado. (BARALDI, 2014, p.16).

Com isto, a intenção é deixar clara a ideia que ao se falar de migração significa estabelecer-se em outro país. Então, seguindo as observações de Sayad (1998), o mesmo procura chamar atenção para outros aspectos da migração que são os trajetos. E dentro dos percorridos caminhos, as relações que se desenvolvem, sejam as relações de obstáculos, sejam elas de facilidades, porém, para alcançar o outro território, é certo que há uma travessia a se cumprir, pelos migrantes, no caso particular, os haitianos, que procuram chegar como destino ao território brasileiro. Neste sentido, para corroborar com o assunto em pauta, se faz constar algumas reportagens realizadas por diversos veículos de comunicação, nas quais os migrantes relatam algumas situações experimentadas por eles, ao longo do percurso.

Em verdade, o movimento migratório é um fenômeno de grande complexidade e diversidade no processo de redistribuição da população, em nível global, indicando a crescente necessidade da governança das migrações internacionais. A inserção das localidades na lógica mundial, tendendo a intensificar as migrações transnacionais, na mesma velocidade da mobilidade do capital na atualidade, com a redefinição no papel da migração na constituição e desenvolvimento do mercado no país de destino e origem. (BAENINGER, 2016).

Observa-se, portanto, uma crescente diversidade nas situações migratórias e modalidades de deslocamentos populacionais, dentro do contexto do processo de reestruturação produtiva, com diferentes interpretações, em função de suas articulações escalares. As mudanças provenientes da reorganização do processo produtivo vão alterando, significativamente, a relação das cidades, na economia internacional (SASSEN, 1988), *apud* Baeninger (2016, p.15), por isso, a necessidade/demanda por força de trabalho para essa etapa de dinâmica econômica dependerá da ligação dos espaços da produção na economia globalizada. Deste modo, os efeitos sociais da reestruturação produtiva alcançam cada vez mais espaços nacionais, que inserem diferentes espaços locais, na resposta de demandas internacionais, (BAENINGER, 2012), desenvolvendo mecanismos de desencaixe (GIDDEENS, 1991) do contexto global e local na sociedade destino.

Entretanto, no entendimento de Barros Gonçalves (2007), “as migrações internacionais não são uma invenção do séc. XX ou da modernidade, ao contrário fazem parte da história da humanidade”. O fato tem apresentado significativo aumento, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial (1945) e ampliado em meados dos anos 80, no que corrobora com Patarra (2006), que acrescenta a importância das contribuições teóricas e empíricas, atestando a diversidade, seus significados e suas implicações, especialmente, com reflexão das grandes transformações econômicas sociais, políticas, demográficas e culturais em andamento no âmbito internacional. As mudanças se situam no processo de reestruturação da produção, implicando novas modalidades de mobilidade do capital e da população, em diversas partes do mundo. E, ainda, segundo Simmons, (1987), “os padrões da migração, na atualidade, refletem duas importantes dimensões: instabilidade e nova estrutura de oportunidades econômicas, surgidas com a acumulação flexível”. Dentro desse contexto, as migrações internacionais, atualmente, são temporárias, circulares, globais e reguladas.

E, portanto, continuando com as observações de Barros Gonçalves (2007), ele diz que na atualidade o processo migratório não é reduzido a um simples fluxo de pessoas ou trabalhadores, ao contrário, faz parte de importante intercâmbio de bens materiais e simbólicos, como os recursos econômicos, culturais, sociais e políticos, entre os territórios de origem e o de acolhimento. O desenvolvimento dos meios de transporte e novas tecnologias da informação tornam os migrantes não “enraizados”, eles incorporam as remessas econômicas e sociais as suas terras de origem, impulsionando as mudanças. Esta nova vertente da migração internacional, no limiar do século XXI, é pautada pela construção de pontes entre distintas sociedades, utilizando-se as novas tecnologias da comunicação e informação. Desse modo, movem-se num espaço interfronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais, conforme Glick e Schiller (1997). Levit (1998), fala “que são estratégias de vida bi ou multinacionais e bi ou multiculturais, como reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades. Estes migrantes no mundo transnacional e global estão envolvidos na construção da nação de mais de um Estado”.

E mais, continuando com as observações de Patarra (2006), afirma que o debate evidencia posturas ideológicas e visões de mundo que se confrontam no enfrentamento das contradições e crise da ordem capitalista hegemônica na atualidade do desenvolvimento sustentável, modelo institucionalizado do pós-guerra fria a expansão da acumulação

flexível de capital, alinhando os países desenvolvidos e em desenvolvimento, colocando em xeque as possibilidades aos não pertencentes ao banquete dos ricos, industrializados, desenvolvidos e felizes, contra os pobres, gerando os novos contornos da pobreza e exclusão, novos pequenos “oásis” internos de dinamismo econômico limitando ações políticas do “Estado do bem estar e proteção social”.

Isto posto, torna-se imprescindível que se considerem o contexto de luta e os compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e da efetivação dos direitos humanos dos migrantes, sendo necessário discutir quais os grupos sociais contemplados nas políticas oficiais, com base em direitos humanos, reconhecendo o contexto dos movimentos migratórios internacionais, que representam a contradição entre os interesses de grupos dominantes na globalização e os Estados nacionais e a ótica de sua soberania. E, por fim, considerar que os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global.

Por isso, a análise das diásporas, na era global, deve ter em conta aspectos relevantes, tais como: mudanças rápidas e densas na economia mundial e a relação com subsetores (comunicação, transporte, divisão internacional do trabalho, corporações internacionais, comércio liberal e fluxos de capital), vinculando-se às formas de migração internacional, por suas relações de permanência temporariedade e cidadania. O desenvolvimento das “cidades globais” como New Iork, nos EUA, Londres, na Inglaterra, ou São Paulo, no Brasil só para exemplificar, retratam essa realidade.

Isto posto, altera transações, interações e a concentração de segmentos do mundo econômico em determinadas cidades, passando a conviver o cosmopolitismo e o localismo, causando a desterritorialização da identidade social, desafiando a hegemonia do Estado nação, com a sobreposição da permeabilidade e múltiplas formas de identificação. Com o pensamento na direção da migração internacional atual, que considera o fenômeno pelo conjunto de variáveis no processo de integração global, conforme observado em Castles & Miller, *apud* Patarra, (1998), “a migração internacional é causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado”. Portanto, não sendo uma invenção do século XX ou da modernidade, mas sim como parte da história da humanidade, nos últimos tempos, aumentado de volume e significância a partir de 1945, ampliado ainda mais, em meados dos anos 80. (PATARRA, 2006).

De um modo geral, pode-se dizer que as cidades globais exercem uma função de coordenar as dinâmicas econômicas, políticas e burocráticas, em todo o mundo, ou em regiões específicas, pois em seu interior carregam, consigo, serviços especializados, como: centros tecnológicos, sedes de grandes empresas e bancos, bolsas de valores, etc. Por exemplo, a cidade de São Paulo, no Brasil, exerce grande influência nos serviços, estruturas e negócios em toda América do Sul. Enquanto, Nova Iorque, nos EUA, realiza a mesma influência em âmbito global.

Corroborando com seu olhar teórico e enfoque disciplinar, Sayad (1998), “um analista do inconsciente”, traz novas dimensões aos processos de transferências de grupos e culturas de mundos diferentes para o seio da civilização ocidental. Em trabalhos realizados entre 1975 e 1988, trata da reprodução de emigração, do retorno como elemento constitutivo da condição do migrante e a reinserção como afirmação da identidade nacional do país de origem. Sayad diz que emigração e imigração são movimentos complementares, considerado idênticos por quem os vê de fora e de longe, sem buscar entendê-los.

É importante dizer que a imigração é um fato social completo, única característica concordante na comunidade científica. Todo o itinerário do imigrante é epistemológico, no cruzamento das ciências humanas e sociais de inúmeras disciplinas, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até das ciências cognitivas, antropologia, nas diversas formas (social, cultural, política, econômica, jurídica etc.), linguística e sociolinguística, ciência política. A imigração é um deslocamento de pessoas no espaço físico, relacionada, com ciências que procuram conhecer a população e o espaço, como a demografia e a geografia, principalmente, ao tratar da ocupação de territórios e da distribuição da população, isto em parte, uma questão dos geógrafos e, em parte, dos historiadores. Porém, o espaço do deslocamento é qualificado socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente, sobretudo, nas realizações da língua e da religião.

Mesmo sendo a migração um fenômeno complexo e de difícil conceituação, o movimento migratório da atualidade, na observação de Dieter Heidemann⁷, (2003), não

⁷ HEIDEMANN, Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. Seminário “Migrações: novas formas de discriminação e alternativas de resistência dos migrantes” III Fórum Social Mundial. Porto Alegre, janeiro de 2003. (Professor do Dep. De Geografia – DG/FFLCH – e do Instituto de Estudos Brasileiros –IEB – e colaborador do SPM.)

pode ser confundido com os deslocamentos populacionais do passado, pois não é nenhuma condição humana ontológica, comum em qualquer momento ao longo da história da humanidade. E mais, na visão de Heidemann:

[...] a sociedade moderna se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para funções do trabalho e a guerra, dois imperativos do processo da modernização, o ímpeto do capital de valorizar toda força de trabalho não-rentável se cansou, porém, milhões desenvolvem o ímpeto de migrar para os centros que provocaram sua miséria (...)os migrantes sempre encontram o mesmo terror da economia, no entanto, na atualidade existem mais migrantes do que no século XIX, do “fazer a América”. (HEIDEMANN, 2003, p.28).

1.3 A Descoberta do caminho do Haiti para o Brasil

Neste sentido, o movimento migratório (composto de emigração e imigração) no seu processo de deslocamento, ao longo de seu trajeto, desde a origem ao destino (país de nascimento e o país do acolhimento), produz relações e, conseqüentemente, espaços com diversos matizes qualitativos. A participação dos vários atores, com diferentes interesses dos envolvidos no processo, incluindo a escolha e seleção da melhor rota, ou seja, aquela com mais facilidades e menores obstáculos oficiais, como forma de despender menos energia para atrair candidatos aos deslocamentos.

Para tanto, no caso em estudo, os haitianos usaram alguns caminhos (rotas), sem muitos obstáculos, visando alcançar o objetivo, entrar em território brasileiro e ganhar a proteção do Poder Público no Brasil, no primeiro momento, também conta com a emoção da sociedade receptora, utilizando-se do discurso de vítima do terremoto nos apelos de solidariedade.

Para se ter ideia da escolha da rota mais comum utilizada pelos imigrantes com documentação irregular, teria que passar necessariamente pelos países que não exigem visto de entrada em seus respectivos territórios. Os países componentes da rota são: República Dominicana, país que divide o espaço físico territorial com o Haiti, usado como base de lançamento. De onde se deslocam em direção ao Panamá, país situado na parte continental da América Central, de onde seguem com destino ao Equador, país localizado na parte noroeste da América do Sul. Até esse ponto, usava-se, geralmente, a via aérea

(avião) como meio transporte, porém, algumas vezes, também, fizeram uso da via marítima (navio) no transporte de alguns grupos de migrantes. O Equador faz fronteira com o Peru, que faz fronteira com o Brasil. No trajeto entre o Equador e o Brasil, passava pelo território peruano, o transporte terrestre foi largamente utilizado para entrar em território brasileiro, primeiramente, pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, localizada numa tríplice fronteira, Brasil – Peru – Colômbia (Tabatinga, Iquitos e Letícia) respectivamente.

A cidade de Tabatinga – Amazonas, localizada no extremo oeste amazonense, na região do Alto Solimões, com uma população de aproximadamente 63.635 habitantes, em 2017, dados do IBGE, distante 1.105km de Manaus, o trecho pode ser realizado de avião, com tempo aproximadamente de 02h50min. Custando, aproximadamente, R\$1.000,00 (Um, Mil Reais), por pessoa, ou por via fluvial, com aproximadamente, três dias, descendo o rio (Tabatinga – Manaus). No sentido contrário, são seis ou sete dias de viagem (Manaus – Tabatinga), inexistindo estradas, custando cerca de R\$350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais), cada pessoa.

Portanto, a cidade de Tabatinga, no Amazonas, a localização é um fator limitador, além de vários outros, tais como: dificuldades administrativas, como a emissão do Protocolo e outros documentos, ausência de apoio do poder público, estadual e municipal aos imigrantes, maior apoio da igreja católica (Pe. colombiano Gonzalo Franco), foi fundamental na assistência social, e em Manaus, contaram com apoio da Paróquia de São Geraldo (Pe. Gelmino Costa), além de outras instituições religiosas e organizações sociais. É importante dizer que os padres são membros dos Scalabrinianos, Congregação fundada em novembro de 1887, cuja missão básica é apoiar os migrantes em diversas partes do mundo, hoje presente em cerca de 40 países. Esse conjunto de dificuldades contribuiu para a mudança do local de entrada pela Amazônia brasileira. Apesar de Manaus ser um grande centro regional e na época a Arena da Amazônia estava em plena construção.

Diante dos problemas supracitados, os imigrantes haitianos passaram a entrar pelo Acre, onde no primeiro momento houve grandes dificuldades, conforme as reportagens tão bem descrevem.

1.4 Referencial Teórico Conceitual

É importante e fundamental alguns conceitos básicos para a organização das idéias expostas neste trabalho, particularmente os referentes à região, território, fronteira, migração (emigração e imigração). É importante trazer ao estudo suporte essencialmente na produção teórica do professor e geógrafo Milton Santos, através de categorias e método para atingir o objetivo proposto, usando alguns elementos fundamentais para o pleito.

1.4.1 Espaço geográfico e formação socioespacial

Uma categoria fundamental de análise é o espaço geográfico. Como uma categoria básica da geografia, um híbrido, forma conteúdo (SANTOS, [1996], 2009), que envolve a materialidade do mundo no tocante as organizações, ações, sistemas de vida que necessitam da materialidade para se reproduzir, produzindo-a. O entendimento do espaço geográfico amazônico atual, enquanto paisagem humanizada, historicizada, passa, necessariamente, pelo estudo da história dessa vasta região, de sua economia e sociedade, em relação à formação social e territorial tanto brasileira quanto haitiana.

Para Santos (1979, 2008) o “modo de produção, formação social, espaço, são categorias interdependentes” (p.27), ou seja, a noção de formação social deve conter o complexo das diferentes formas técnicas e organizacionais do processo produtivo, que correspondem às diversas relações de produção existentes, não podendo ser concebida sem referência ao espaço. “Os diferentes lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (*Ibid.*, p.28). Os modos de produção se concretizam sobre uma base territorial historicamente determinada. Sendo assim, as formas espaciais são uma linguagem dos modos de produção, implicando condicionantes geográficas que carregam os lugares de especificidades. Conforme mencionado anteriormente.

1.4.2 Estado, Território e População

O estudo da ciência geográfica inclui diversas categorias de análise e, dentre elas, inclui o Estado. Ele é produto das relações humanas realizadas, sendo dotado de extrema complexidade, podendo ser analisado sob diversos enfoques, como político, jurídico,

sociológico, etc. O termo Estado é proveniente do latim, que significa estar firme, foi usado pela primeira vez por Maquiável, em “O Príncipe”, em 1513. O Estado é uma instituição política, social e jurídica organizada, ocupa um território definido e normalmente possui uma Constituição escrita. Liderado por um governo soberano, reconhecido interna e externamente, responsável pela organização e controle social, detendo o monopólio da força e da coerção.

O conceito de Estado mais utilizado, segundo Manuel Gonçalves Ferreira Filho, é o que estabelece “uma associação humana (povo), radicada em base espacial (território), que vive sob o comando de uma autoridade (poder) não sujeita a qualquer outra (soberania). Desta maneira, se encontram assentados os elementos do Estado, quais sejam, povo, território, poder e soberania.

A concepção moderna de Estado consiste de uma situação durável de convivência de uma sociedade politicamente organizada, conforme o conceito doutrinário, o “Estado é a Nação politicamente organizada”. Na visão de Georg Jellinek, “o Estado, enquanto ser social é uma realidade histórico-cultural; enquanto objeto do Direito, ser jurídico, é uma abstração ideal”, possuindo uma personalidade social e uma personalidade jurídica.

Na observação de Alexandre Groppali, encontra-se a definição de Estado como “uma organização jurídica, na qual um complexo de normas gerais e coercitivas regula os órgãos e os poderes do Estado, bem como as relações dos cidadãos entre si e as deles com o mesmo Estado”. Neste aspecto, o Estado atua como limitador das liberdades individuais e da própria atuação, impondo normas coercitivas e obrigatórias.

Pinto Ferreira (1975) define o Estado em cinco fases de evolução sócio-culturais: “a) o Estado latente, em potencial, na organização tribal; b) o Estado primitivo de conquistadores; c) o Estado feudal; d) o Estado absoluto; e) e o Estado democrático e constitucional”.

Contudo, na observação de Clóvis de Carvalho Júnior, “dá como marco inicial o Império Romano à época dos Antoninos, sua disseminação deu-se, em termos europeus, a partir dos Tratados de Westphalia, em 1648”.

Os ingleses Hobbes (1651) e Locke (1689) são considerados precursores da Teoria Clássica da concepção de Estado. Thomas Hobbes, em sua obra *Leviatã* traz duas

categorias de Estado – O Estado racional, originário da razão humana e o Estado real, baseado na força, ele justifica que o homem não é naturalmente sociável, ao contrário, o homem é o maior inimigo do homem. Enquanto, John Locke (1689), introduziu a Teoria do Estado um novo conceito, o de ideal da liberdade burguesa, sendo considerado o precursor do liberalismo na Inglaterra. Caberia ao Estado regular as relações da vida social, reservando ao homem os direitos inerentes à personalidades humana, as liberdades fundamentais e o direito à vida, direitos estes, por definição, anteriores e superiores ao próprio Estado.

O Estado Moderno implica “centralização do poder”, no “princípio de territorialidade, da obrigação política” e da “progressiva aquisição da impessoalidade do comando político”, como “forma de poder historicamente determinada, interiormente homogêneas, de organização de poder”.

O Estado Social de Direito pode ser definido, de forma simplista, como aquele que assegure aos seus cidadãos, alimentação, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, proteção contra a violência, uma série de direitos sociais e políticos, que oneram os cofres públicos, traz a ideologia social democrata, traz um compromisso com a democracia, em bases políticas liberais e no livre mercado, visando a ascensão e a organização das classes sociais menos favorecidas, constituem a maioria da população.

1.4.2.1 Território e População

Entendendo-se por território a extensão apropriada e em uso e a expressão territorialidade como sinônimo de pertencimento, àquilo que nos pertence, sentimento de exclusivo, ultrapassando a raça humana, prescindindo da existência do Estado, estendendo-se aos próprios animais, como área de vivência e de reprodução. Porém, a territorialidade humana implica a preocupação com o destino, a construção do futuro, dentre os seres vivos, o homem é o privilegiado. O território é um nome político para o espaço de um país, por isso a existência de um país pressupõe um território, mesmo admitindo a territorialidade sem Estado, mas praticamente impossível a existência de um Estado sem território.

O território é uma questão central da história humana de cada país, constituindo pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e da atualidade (SANTOS, 1996;

SILVEIRA, 1999a), podendo ser definido o uso do território pela implantação de infra-estruturas, utilizando sistemas de engenharias, além do dinamismo da economia e da sociedade, proporcionando o movimento da população, distribuição agrícola, industrial e dos serviços, bem como o arcabouço legal, civil, fiscal e financeira, no alcance e a extensão da cidadania, configurando funções do novo espaço geográfico (SANTOS, 1987; SILVEIRA, 1997).

1.4.3 Fronteiras e Limites

Outro conceito básico na articulação do problema são as fronteiras e os limites, cuja noção vem adquirindo novos significados através da história, mas guardando uma essência genética. Ambos estão intimamente relacionados ao conceito de território. Os termos sofreram alterações significativas a partir da constituição da teoria do Estado Moderno e por isso perduram dificuldades em caracterizá-los (MACHADO, 2005).

A expressão fronteira (front) relaciona-se, historicamente, ao que sua etimologia indica: o que está à frente. A história da palavra fronteira mostra que seu significado não nasceu associado a um conceito político ou intelectual, mas ao fenômeno da vida social que indicava a margem do mundo habitado. À medida que as civilizações se desenvolveram a fronteira tornou-se o local de comunicação entre uma e outra adquirindo um caráter político, sem uma conotação de zona ou área, com limites definidos, segundo uma unidade política, remetendo seu entendimento mais ao começo do Estado do que o fim (MACHADO, 1998).

E, continuando, sobre a história das fronteiras, Meira Mattos (1990) lembra que “os povos primitivos não tinham necessidade de fronteiras” (p.13), pois se constituíam de grupos esparsos pelo planeta. O aumento gradativo da população alterou as relações sociais, surgiram conflitos de interesses por áreas e daí a necessidade de se estabelecer limites ou linhas de fronteira. O aparecimento do conceito de nação, no período pós-revolução francesa, fez com que as fronteiras passassem a ter maior importância devido à formação dos estados nacionais.

A noção de limite, por sua vez, está relacionada historicamente aos limites do Estado, que eram os antigos limites do reino. Com a instituição do Estado moderno, a

palavra limite, de origem latina, evoluiu para designar o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial, recebendo conotação política e nos remetendo ao conceito de soberania, que corresponde ao processo de territorialização absoluta. Tal conceito foi forjado nos séculos XVIII e XIX como sendo o território sobre o qual o Estado exerce poder de autonomia. Os Estados se constituíram como formas territoriais de organização política, somente no final do século XVIII quando os limites das potências europeias começam a ser demarcadas.

De conformidade com Lia Osório Machado (1998, p. 42), apud Euzébio (2011), a fronteira está orientada “para fora” enquanto o limite está orientado “para dentro”. A fronteira é sempre algo em construção, sob “ameaça”, e o limite é uma definição legal do Estado, uma abstração, um polígono intelectualizado. Um “marco”, por exemplo, representa um símbolo visível do limite, sem necessariamente representar os desejos daqueles que habitam na fronteira.

A partir da Segunda Guerra Mundial em função das grandes transformações geográficas e políticas ocorreram mudanças na concepção de fronteiras e limites. Autores franceses defendiam que não fazia mais sentido o significado imperialista atribuído às fronteiras, evoluindo essas à noção de zonas fronteiriças, pouco rígida, unificante e integradora. Sobre esse assunto tratam autores como: Frederick Jacson Turner (1893), Friedrich Ratzel (1898), Camille Vallaux (1914), Jacques Ancel (1936), Ghichenot e Raffestin (1974), Claude Raffestin (1980), Michel Faucher (1986), Carlos de Meira Mattos (1990), Antonio C. R. Moraes (1990), Wanderley Messias da Costa (1992), Lia Osório Machado (1998), Rebeca Steiman (2002), dentre outros.

Por outro lado, como a fronteira está em constante mutação, pode ser um fator de integração ao significar uma zona de interpenetração mútua, permitindo a construção de estruturas sociais, culturais e políticas. Enquanto o limite é o contrário, indicando separação, obstáculo fixo, disjuntor, como por exemplo, da presença de elementos físicos, geográficos, históricos e culturais comuns.

1.4.4 Cidades Gêmeas na Faixa de Fronteira

No aspecto legal, o conceito jurídico de fronteira de faixa e fronteira se encontram intimamente relacionados, especialmente quando se aplica ao território brasileiro, remetendo-se, inclusive, ao período da primeira República, com a Lei de nº 601, de 18 de setembro de 1890, a qual cria a faixa de fronteira de 66km ou 10 léguas ao longo dos limites fronteiriços dos países vizinhos (STELMAN, 2002), apud EUZÉBIO (2011). Sendo ampliada pela Constituição de 1934, em seu artigo 66, para 100 km, e novamente ampliado em 50%, indo para 150 km, pela Constituição de 1937, no artigo 165. Enquanto, a regulamentação vai ocorrer através da Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, juntamente com o Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980 e, por fim, o parágrafo 2º em seu artigo nº 20 da Constituição de 1988 denomina que: “a faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão regulamentados por lei” (BRASIL, [1988], 1990, p.27).

O território brasileiro faz fronteira com dez países da América do Sul, com aproximadamente 27% do país, incluindo 11 Estados, 588 municípios, envolvendo cerca de 10 milhões de habitantes. Sua faixa de fronteira é configurada como uma região economicamente pouco desenvolvida, historicamente abandonada pelo poder Estatal, marcada por enormes dificuldades no tocante ao acesso a serviços e bens públicos. (EUZÉBIO, 2011).

Neste sentido, Machado (2005), afirma que desses 588 municípios, cerca de 80 são cidades que se situam nessa faixa de fronteira, incluindo os municípios, vilas e povoados, que das quais 49 são consideradas como sendo cidades. E mais, muitas delas estão próximas ou interligadas a outras cidades nos países vizinhos e, portanto, são chamadas de cidades gêmeas.

No trabalho desenvolvido por Lia Osório Machado (2005) é organizada uma tipologia das interações transfronteiriças sobre as cidades gêmeas, relacionando as aglomerações urbanas da categoria cidades pelo lado brasileiro, como cidades e/ou povoados existentes ao longo do limite internacional com os países vizinhos ao Brasil. De acordo com tal tipologia, as cidades de Tabatinga e Letícia, em territórios contínuos e as demais cidades Assis Brasil e Iñapari, Brasília/Epitaciolândia e Cobija, unidas por meio de pontes, dentre outras na fronteira com intensa interação, com “trocas entre as

aglomerações urbanas, apoiadas ativamente pelos Estados contíguos (infraestrutura de articulação, mecanismos de apoio e regulamentação ao comércio) ” (MACHADO, 2005, p.275), *apud* (EUZÉBIO, 2014, p.21), são cidades gêmeas.

1.4.5 O conceito de Região dentro do contexto

O termo região, do latim *regione*, que dependendo do contexto pode ser, por exemplo, uma grande extensão territorial que se distingue das demais, por suas distintas características. Assim, o conceito geográfico de região confere maior grau de importância no que é fundamental aos estudos propostos. De conformidade com o senso comum, o termo região é utilizado sem expressar limites, além de poder compreender vários significados, por meio de recorte inteligível. E, ao ser usado com propriedades geográficas, o conceito científico mostra restrições, além de ser bem delimitado. Portanto, o conceito de região é tradicional em Geografia, um elemento de identidade, vem sendo empregado desde o fim do século XIX, apresentando uma ideia unificadora entre Geografia Física e Geografia Humana, bem como, da integração do Ser Humano com a Natureza.

Assim, de acordo com Corrêa (1999) e Sousa (2002) a Região é uma função da superfície terrestre, distinta de outras por uma homogeneidade interna e heterogeneidade em relação com as demais. Desse modo, o ser humano busca responder quem e o que gera tal homogeneidade, o que causa a agregação, o que reúne características, para se definir uma determinada região. Portanto, para se definir uma região, faz-se uso do conceito matemático da teoria dos conjuntos. Que conforme o autor, em função das distintas correntes epistemológicas, há várias classificações, ou possibilidades de seu conteúdo, por homogeneidades diferentes.

Para tanto, Moraes (1985), diz que dependendo da corrente do pensamento geográfico, o termo região possui conceitos diferenciados. Entretanto, o conceito de região está basicamente ligado à noção fundamental de diferenciação de área. Ainda, de acordo com conceito elaborado por Hartshorne, a área seria uma parcela da superfície terrestre, diferenciada conforme o observador, que delimita por seu caráter, ou seja, distingue-a das demais. Tal delimitação faz parte da escolha do observador, que seleciona os fenômenos que deseja focar. Ou, em função dos dados selecionados e da abrangência desigual, as áreas serão delimitadas diferentemente.

CAPÍTULO 2: ACRE - A fronteira tríplice

2.1 Contextualização do Brasil e do Acre no espaço de fronteiras

O processo de ocupação e conquista do Território do Acre, ocorre por volta de meados do século XIX, quando se tem início a ocupação territorial e mais tarde tornar-se parte do Brasil. Para uma melhor compreensão dos fatos que culminaram com a incorp

ação das terras acreanas ao território brasileiro. É importante lembrar que foram organizadas diversas viagens de cunho exploratório, inclusive geográfico, com a finalidade de conhecer as verdadeiras potencialidades dos recursos naturais, da região dos altos cursos dos rios, denominadas de drogas do sertão. A crescente valorização da borracha estimula a procura pela árvore do látex, tornando ingrediente importante na disputa pela região de contato entre os dois países (Brasil e Bolívia).

No decorrer do tempo de ocupação e exploração do látex, o Acre é incorporado ao território brasileiro no ano de 1903, pelo Tratado de Petrópolis e, até, hoje, permanece como integrante da federação brasileira de modo, com uma tríplice fronteira localizada entre Brasil, Peru e a Bolívia, formando um núcleo de populações vizinhas entre Iñapari (Peru) e a cidade de Bolpebra (Bolívia) e Assis Brasil (Brasil). Este último lugar é servido pela rodovia BR-317 (Rodovia Transoceânica), que é a única rodovia que liga o Brasil ao Peru.

A determinação dos nossos limites territoriais - tanto os que separam internamente os estados, quanto os que marcam a separação do Brasil de seus vizinhos - é definida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) desde o ano de 1944. A partir de 1991, com a modernização da tecnologia, os limites passaram a ser determinados por satélites de posicionamento, com o auxílio de GPS (Sistema de Posicionamento Global).

Toda essa fronteira terrestre representa cerca de 68% de toda a extensão dos limites territoriais brasileiros, fato que coloca o Brasil em contato com dez outras nações sul-americanas. Com exceção do Chile e do Equador, todos os países da América do Sul fazem fronteira com o Brasil: Ao norte: Suriname, Guiana, Venezuela e um território pertencente à França, a Guiana Francesa. A noroeste: Colômbia. A oeste: Peru e Bolívia. A sudoeste: Paraguai e Argentina. Ao sul: Uruguai. Os mais de 15.000 km de fronteiras continentais

abrangem terras de três grandes regiões brasileiras, sendo a maior delas a Região Norte, que corresponde a cerca de dois terços de toda essa extensão. Peru: 2.995 km de fronteira, sendo no Amazonas (1.565 km) e Acre (1.430 km);- Bolívia: 3.126 km de fronteira, sendo no Acre (618 km), Rondônia (1.342 km), Mato Grosso (780 km) e Mato Grosso do Sul (386 km). Sendo, ao final, no Acre, 1.350km com o Peru e 618km com a Bolívia. São áreas frágeis e sem segurança. Nessa fronteira decorreu a grande entrada de haitianos no Brasil, um fluxo migratório que atingiu o Brasil.

2.2 O Acre: Localização Geográfica

O Estado do Acre está situado entre os paralelos 07°07'S e 11°08'S e meridianos 66°30'W e 74°WGr. Situado inteiramente na bacia Amazônica, sua superfície territorial é de 164.221,36 km² (16.422.136 ha). Sua extensão territorial é de 445 km no sentido norte-sul e 809 km entre seus extremos leste-oeste. O total da população atualmente é de 733.559 habitantes aproximadamente 72,6% está concentrada em áreas urbanas e apenas 27,4% encontra-se na zona rural do Estado (IBGE, 2010), porém, a última estimativa, publicada em agosto/2018, a população total do estado alcançou: 869.265 e a cidade de Rio Branco, com 401.155 pessoas, sendo 46% do total dos habitantes do Estado, seguida de Cruzeiro do Sul, com 87.673, depois, Sena Madureira com 45.177 e outras 02 (duas): Tarauacá, com 41.976 e Feijó, com 34.675 pessoas. Sendo que, a primeira e a terceira cidades (Rio Branco e Sena Madureira respectivamente), estão situadas na mesma Mesorregião, Vale do Acre. Localiza-se na Amazônia Ocidental a SW do Estado do Amazonas, faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, com os Estados brasileiros do Amazonas e Rondônia.

2.3 Área de Estudo – Microrregião de Brasília

O território do Estado do Acre está localizado no extremo Sudoeste da Amazônia brasileira, correspondendo a 4% da área da Amazônia brasileira e a 1.9% do território nacional brasileiro. Atualmente o Estado é composto por 22 (vinte e dois) municípios, sendo a cidade de Rio Branco (401.155 habitantes, IBGE estimativas, 2018), sua capital,

com uma população total estimada, em 2018, de aproximadamente 869.265 habitantes (segundo estimativas do IBGE, 2018). O mesmo encontra-se dividido em 05 (cinco) microrregiões conforme estabelecidas pelo IBGE.

A microrregião de Brasília, conforme o IBGE, em 2018, estimou sua população em 70.318 habitantes, sendo Brasília o município mais populoso com aproximadamente 25.848 habitantes total (urbana e rural). Todos os municípios, assim como os demais de todo o estado, apresentam IDH médio, sendo que a população de Eptaciolândia é a que apresenta o melhor IDH da região. E Brasília é o único município com mais de vinte mil habitantes, enquanto todos os outros apresentam quantidades populacionais menores.

Mapa 3 - ACRE - Microrregião de Brasília – Local da Entrada dos Migrantes

Fonte: elaboração própria com base em IBGE. Digitalização: Janio Q. Souto

O PIB da microrregião em 2015 foi de R\$416.758, conforme dados estimados pelo IBGE. Sendo Brasília o município com o maior PIB com R\$155.597, com uma área total da ordem de 3.916 km². Porém, o município de maior área territorial é Xapuri, com 5.347 km².

Os municípios dessa regional se caracterizam por se localizarem na Bacia do Alto rio Acre, além de apresentarem características bastante diferenciadas, entre si, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1 - ACRE – Dados Socioeconômicos da Microrregião de Brasiléia por municípios: Assis Brasil, Brasiléia, Eitaciolândia e Xapuri.

Município	Área Km²	População (2016)	PIB (IBGE, 2016)	PIB per capita (IBGE, 2016)	IDH (PNUD, 2010)
Assis Brasil	4.974	6.863	54.375,889	10.985,35	0,588
Brasiléia	3.916	24.311	174.720,651	14.608,24	0,614
Eitaciolândia	1.654	17.038	127.947,833	15.596,52	0,653
Xapuri	5.347	17.894	129.949,450	11.385,49	0,599

Fonte: elaboração própria com base nos dados de IBGE (2016)

2.3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE BRASILÉIA

O Estado do Acre, segundo o IBGE, é constituído de 02 (duas) Mesorregiões, a saber: Vale do Acre, subdividido em 03 (três) Microrregiões: Brasiléia, Rio Branco e Sena Madureira; enquanto, o Vale do Juruá é subdividido em 02 (duas) Microrregiões: Cruzeiro do Sul e Tarauacá. Então, a microrregião de Brasiléia, sendo parte da subdivisão da Mesorregião do Vale do Acre, é composta de 04 (quatro) municípios, assim denominados: Assis Brasil, Brasiléia, Eitaciolândia e Xapuri.

2.3.2 ASSIS BRASIL

Assis Brasil é um município brasileiro do Estado do Acre, localizado na tríplice fronteira entre o Brasil, o Peru e a Bolívia, formando uma pequena conturbação de populações vizinhas com as cidades de Iñapari (Peru) e a cidade (cidadela) boliviana de Bolpebra. O município é atendido pela rodovia BR-317 (Rodovia Transoceânica), a única ligação rodoviária entre os territórios dos dois países: Brasil e Peru.

2.3.3 BRASILÉIA

Brasiléia é um município brasileiro localizado no sul do Estado do Acre, 237 km distante de Rio Branco, situado à margem direita do rio Acre, na fronteira com a Bolívia. Faz limites com os municípios de Epitaciolândia, Assis Brasil, Sena Madureira e Xapuri. Mesmo sendo instituída como área de livre comércio, ainda não foi regulamentada. Na atualidade, observa-se forte dependência comercial com o vizinho município boliviano de Cobija. De conformidade com o IBGE/2016, o município ocupa o sexto lugar em número de habitantes, com 24.311 habitantes, destes 64,22% vivem na zona urbana, 15.612 habitantes; 8.699 habitantes na zona rural, sendo destes 1060 às margens do rio Acre., perfazendo 35,78% da população.

2.3.4 EPITACIOLÂNDIA

Epitaciolândia é um município brasileiro do interior do Estado do Acre, limitando-se na parte norte com o município de Xapuri, ao sul e a leste com o vizinho país da Bolívia e a oeste com o município de Brasiléia. Tendo como principais atividades econômicas o comércio, que atende os brasileiros residentes, enquanto os bolivianos se dedicam à pecuária. Há vários hotéis, que servem como ponto de apoio aos brasileiros provenientes de outras paragens, principalmente de Rio Branco, que afluem à cidade para fazer compras na Zona Franca de Cobija, especialmente nos finais de semanas e feriados.

Na realidade, as economias das três cidades são complementares. A cidade de Epitaciolândia se destaca por possuir uma agência do Banco do Brasil, o maior da região. Na cidade de Brasiléia seus habitantes buscam serviços de correios e saúde (Hospital Regional), além do campus avançados da UFAC. Enquanto Cobija se destaca pelo intenso comércio na Zona Franca e pela Universidade, onde inclusive ganhou muita procura pela oferta de vagas no curso de medicina, o que tem atraindo muitos brasileiros, tanto do Estado do Acre como de outros estados da federação. Esse fator contribui para fortalecer a economia local.

2.3.5 XAPURI

Xapuri é um município brasileiro localizado no interior do Estado do Acre. É uma cidade considerada histórica, por ser o berço da Revolução Acreana e hoje considerada

símbolo do movimento ambientalista mundial. Além disso, é a cidade conhecida por ser o local onde o seringueiro e líder sindicalista rural Chico Mendes viveu durante toda a sua vida e travou muitas lutas em prol das causas ambientais e sociais.

A economia do município é basicamente voltada para o setor primário e a pecuária, destacando-se o extrativismo vegetal. A borracha e a castanha ainda são os principais produtos do município. Na atualidade, a cidade vive a tendência para a industrialização de produtos florestais (borracha, castanha e madeira). Em 2008 foi instalada a primeira fábrica de preservativos naturais do mundo, a Natex, que utiliza a borracha natural retirada das reservas extrativistas da região e utilizada na fabricação dos preservativos.

O município de Xapuri é rico de locais e monumentos históricos, recebendo assim muitos turistas de vários estados brasileiros e outras partes do mundo. Dentre eles, a saber: Igreja de São Sebastião, Museu Chico Mendes e o Seringal Cachoeira, cuja sede do Assentamento Agroextrativista Chico Mendes se localiza a 40 minutos do centro da cidade.

Sendo assim, pode-se observar que cada município tem sua particularidade, história, econômica e suas vivências. É importante destacar que nesta região, Vale do Acre, guarda fortes lembranças do Ciclo da Borracha e da luta contra o domínio estrangeiro boliviano. As cidades gêmeas de Brasiléia e Epitaciolândia limitam a fronteira internacional com o vizinho país da Bolívia, onde do outro lado do rio se situa a cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando. Caminhando em direção ao Oeste se encontra a cidade de Assis Brasil, localizada na tríplice fronteira com Bolívia e Peru, por onde passa a rodovia BR-317, que integra esta região do Brasil aos vizinhos sul-americanos e ao Oceano Pacífico.

Desta maneira, pode-se ressaltar a extensa fronteira porosa e monitoramento permissivo, atuando como elemento facilitador na entrada por Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, de haitianos no país, em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, assistência médica e o auxílio necessário que no país de origem não havia mais condições de oferecer após o desastre natural que ocorreu. Depois do terremoto, as condições de vida no Haiti se deterioraram muito, bem como a degradação socioambiental e econômica do país.

CAPÍTULO 3: HAITI, A ORIGEM – Retrospectos Históricos

3. HAITI – A Origem

3.1 Descoberta – A chegada espanhola

A história do atual Haiti tem seu início por volta de 1492, com a chegada do navegador genovês Cristóvão Colombo (Figura, 03), que a serviço do Reino de Espanha, ao continente americano, na grande ilha, então denominada de Hispaniola, habitada por índios Aruaques e Caraíbas -- que poucas décadas depois estavam extintos -- e continua pelo tempo e tem maior repercussão quando ocorre os fortes abalos sísmicos que extermina milhões de pessoas.

Figura 2 - A Chegada dos europeus ao Haiti (1492)

Fonte: Home Security⁸

O sucesso alcançado com as conquistas do Império Espanhol, fez despertar a cobiça dos impérios adversários, especialmente, francês, inglês e até mesmo o holandês, que também se lançaram ao “Além-Mar”, ocasionando intensas e grandiosas disputas, quando atacavam às fragilidades imperiais das colônias,. Era uma forma de interromper ou

⁸ Disponível em: <https://homesecurity.press/quotes/when-did-columbus-find-america.html>

dificultar o uso das fontes de financiamento pela Coroa, particularmente dentro da Europa. Tendo em vista que a prioridade era sempre a exploração de metais preciosos, em especial o ouro e a prata, deixando em segundo plano a produção de produtos tropicais.

Face às dificuldades enfrentadas, o império espanhol entra em declínio, em função das grandes e longas guerras travadas dentro do continente europeu e, também, fora dele, contra as coroas adversárias (internas e concorrentes na corrida do além mar), em busca da conquista de novos territórios, na formação de domínios territoriais das colônias, projetando os conquistadores com maior prestígio e poder.

Dentro destas circunstâncias, a conquista da ilha de Hispaniola ficou um pouco abandonada, permitindo com que os piratas fizessem abrigo. Junto com eles chegaram os franceses, que passaram a disputar com os espanhóis a posse da grande ilha e termina perdendo uma parte dela. Assim, o império pioneiro espanhol vê-se obrigado (por força da assinatura de acordos) a dividir a posse com o império francês, que a partir de então resolve instalar e desenvolver importante projeto de produção agrícola de produtos tropicais e subtropicais.

3.2 Tratado de *Ryswick* – A posse francesa

Neste sentido, por volta de 1625, a França, que entrara em disputa contra a Espanha pela posse da ilha de Hispaniola, consegue assegurar a posse de 1/3 na parte Ocidental (onde instala a Colônia de São Domingos), por meio do Tratado de *Ryswick*, em 1697 (Figura, 04). Enquanto a parte restante de 2/3, do lado Oriental da grande ilha, ficou com o Império Espanhol, que doravante passa a dividir aquela que fora o marco da conquista europeia em território americano e caribenho. Dentro deste contexto de intensos conflitos, disputas e guerras, que é implantado e desenvolvido pela Coroa Francesa, nasce o ambicioso e intenso projeto de produção de produtos tropicais agrícolas, tais como: cacau, café, e especialmente, açúcar, todos apreciados em toda a Europa, além de outros produtos de menor valor comercial. (JAMES, 2010, p.56).

Figura 3 - Colônia francesa de São Domingos – Futuro Haiti (1493 – 1793)

Fonte: Wikipedia⁹

3.3 *Saint-Domingue* (São Domingos) – A Colônia Francesa

Para desenvolver o projeto naquela ilha caribenha a França organiza e implanta moderno e intenso sistema de irrigação, associado a estudo de fertilidade e análise de solo, com seleção de áreas de cultivos de produtos agrícolas específicos (figura 05). Para fazer funcionar o sistema produtivo, importou negros africanos para servir como mão de obra escrava, com trabalho forçado dentro de um padrão organizacional hierárquico e divisão social e territorial do trabalho. Refletindo uma rígida hierarquização da divisão, sócio, político, econômica e administrativa, presente naquela então colônia francesa. Tal modelo produtivo vai tornar a colônia francesa, de *Saint-Domingue*, doravante denominada São Domingos – parte francesa, o futuro Haiti, altamente produtivo e lucrativo, que recebe a denominação de “Pérola do Caribe”. Tão significativa referência, prende-se ao fato de sua alta produtividade, pois aquela pequena colônia francesa, sozinha produzia mais que todas as outras colônias dos impérios concorrentes juntas. (JAMES, 2010).

Para se ter uma ideia do tamanho do sucesso da colônia francesa de São Domingos (algo que causava enorme inveja aos concorrentes), era tão grande que por volta de 1789 recebia em seus portos algo em torno de 1587 navios, sendo que a França usava 750 navios,

⁹ Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/SaintDomingue.360.jpg>

com 24 mil marinheiros, para o comércio com São Domingos, que era o grande mercado do Novo Mundo, número maior do que Marselha, na França, considerado o maior porto do comércio mediterrâneo e oriental, com doze refinarias de açúcar, graças à boa relação com São Domingos. Entretanto havia outras cidades francesas que participavam do processamento da produção da colônia caribenha, que a partir da metade do século XVIII, todos os anos, dezesseis fábricas refinavam dez mil toneladas de açúcar, consumindo quatro mil toneladas de carvão de lenha, além de amplo comércio com diversas partes, tais como: flamengos, alemães, holandeses, irlandeses e ingleses. Os principais centros burgueses da época, as cidades de Nantes, Marselha e Bordéus que desenvolvia amplo comércio com outras cidades estrangeiras, de várias nações, a escravidão e o comércio colonial eram a grande fonte. Além do açúcar e derivados, também florescia a indústrias de algodão, couro e outros produtos. (JAMES, 2010).

Ironicamente, a grande riqueza produzida por meio do comércio de escravos e a escravidão, serviram de elementos contribuintes para a liberdade e emancipação humana e a derrocada daquele próspero negócio. Para ilustração dos fatos, em 1666, foram embarcados, em 108 navios, na costa Guiné, aproximadamente, 37.430 escravos, ao custo de 37 milhões, com rendimentos de quinze a vinte por cento do valor investido. (JAMES, 2010).

A prosperidade era a razão de São Domingos, no ocidente jamais houve tamanha pujança econômica, antes da guerra dos Sete Anos (1756-1763). Por volta de 1754 havia quase 600 fazendas de açúcar e mais de 3.300 de anil. Durante o conflito com os britânicos, no qual sucumbiu a Marinha francesa, impossibilitando o abastecimento da colônia, em razão da escassez de gêneros alimentícios, milhares de escravos morreram vítimas de fome, o que comprometeu o aumento da produção. Porém, após o Tratado de Paris (1763), a produção colonial voltou a crescer. Tanto que em 1767 exportou 35 mil toneladas de açúcar bruto e 25 mil toneladas de açúcar branco, quinhentas toneladas de anil e mil toneladas de algodão, além de couro, cacau, melado e rum. Apesar de todo esse sucesso, a burguesia local da colônia conflitava com o Governo da ilha. (JAMES, 2010).

Toda essa riqueza, proveniente do comércio colonial era muito grande para a burguesia francesa. Por isso, a burguesia britânica também participava do banquete, melhor sucedida no tráfico negreiro, contrabandeava e vendia milhares de escravos, todos os anos,

para os fazendeiros franceses, particularmente de São Domingos, que progredia sob a preocupação e inveja dos britânicos.

Figura 4 - Regiões das áreas potencialmente agrícolas de São Domingos (atual Haiti) – Período Francês (1493 – 1793)

Fonte: Blog Cadorim¹⁰

3.4 A Estrutura Produtiva da Colônia de São Domingos

A hierarquia colonial ditava o pertencimento do extrato social baseado na cor da pele, na liberdade e na propriedade, mesmo permeada por questões como local do nascimento, grau de adaptação ao regime de *plantation*, conversão ao cristianismo, dentre outros. Entretanto, havia entre uma minoria branca, livre e proprietária (nascida na França), uma ampla maioria negra, escrava e propriedade – por ser um produto do mercado – (nascida na África, conhecida como “boçais”) existiam entre os dois extremos, categorias intermediárias, compostas por negros escravos nascidos na colônia e adaptados à dinâmica da plantation (chamados “*creoles*”), e negros e mulatos libertos (chamados “gentes de cor” ou “afrancesados”), também nascidos na colônia, proprietários, falantes do francês e inclinados aos costumes europeus. Essa divisão dual de categorias intermediárias é “permitida” pela elite hegemônica. Conforme se observa em Fanon “a infraestrutura econômica é também superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é

¹⁰ Disponível em: <https://cadorim.wordpress.com/page/3/?app-download=nokia>

branco, alguém é branco (ou menos negro) porque é rico” (FANON, 2010, p.56, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015).

Nesse contexto ser negro e escravo implicava viver sob o *Code Noir* (código legislativo francês de 1685 para as colônias, extinto completamente, apenas em 1848), que legalizou a escravidão, inclusive o tratamento de seres humanos como propriedade móvel, além da marcação a ferro, a tortura, a mutilação e o assassinato de escravos que porventura ousassem questionar a condição humana a qual eram submetidos (BUCK-MORSS, 2011, p.136, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015).

Para corroborar com análise de importante visão e continuando ainda com as observações do código negro, em 1685 James diz que o mesmo autorizava “o casamento entre o branco e a escrava de filhos com ele; a cerimônia libertava a mãe e as crianças, fato que dava ao mulato e ao negro livre, direitos iguais ao dos brancos” (JAMES, 2010, p. 48). O casamento inter-racial colaborou para se constituir considerável força aos mulatos, que desde o fim do século XVIII, até os dias de hoje, influenciam o país. A convivência dessas classes dentro da sociedade haitiana, como se desenvolveu a revolução, além da influência dos traços atuais do Haiti, como por exemplo, a sua pirâmide social e a forma de trabalhar a terra.

A Revolução Haitiana serve para mostrar uma insurreição fundada na organização e violência extrema, na qual pode se aplicar a compreensão de Sartre, sobre contextos coloniais, onde “abater um europeu é matar dois coelhos com uma só cajadada, suprimindo, ao mesmo tempo, um opressor e um oprimido: restando um homem morto e um homem livre”, apesar da radicalidade da compreensão é isto o que se quer dizer.

O ambiente propício para a transformação do etnocentrismo europeu em racismo científico parece que foi desenvolvido no contexto colonial. Sem perceber a má consciência em relação aos negros escravizados, “naturalmente distintos” e inferiores aos brancos, cuja hegemonia era considerada irrefutável. Trouillot (1995, p.74-83, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015). No que é complementado por Fanon (2010, p.59, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015) quando diz que a desumanização imposta ao colonizado, no limite, é um processo de animalização: “a linguagem do colono, em relação ao colonizado, é uma linguagem zoológica. Com alusão ao mau cheiro, à proliferação, às emanções”. E continua

Trouillot (1995, p.79, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015), é um “bestiário impermeável à ética, à estética e aos valores”, equiparáveis a cavalos e mulas.

E continuando com as observações sobre o processo que pode contribuir com o contexto colonial, onde foi gestada e executada, culminando com a Revolução de 1791. Em “Os condenados da Terra”, Fanon (2010, *apud*, MARQUES e ANJOS, 2015), retrata, de maneira forte e visceral, a estrutura colonial, com “um mundo cortado em dois”. No qual ele diz:

A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio de exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados (...) A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia negra, a Medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado por homens mal afamados. Ali nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada, de pretos, de turcos. (FANON, 2010, p. 55-56).

Apesar da existência do “Código Negro”, ali se fazia de tudo e algo mais para se evitar, ao máximo, o direito à cidadania. Daí a implantação de classificação de 128 variações na divisão de mestiçagem, entre brancos e negros, de maneira a negar a ascensão social dos descendentes, mulatos e seus filhos, separando os brancos dos homens de cor. Na época, era tão impregnado o preconceito racial, tanto que os mulatos e os escravos negros se odiavam em razão do preconceito dos brancos dispensado aos negros, por isso era muito vantajoso ser branco. Assim, o grau de desprezo variava conforme a cor da pele, quanto maior o grau de negritude, mais intenso o nível do desprezo sofrido. Portanto, o homem quase branco desprezava o homem de cor meio branca e assim por diante, percorrendo todos os matizes. Com isso um mulato escravo sentia-se superior ao negro, preferindo morrer que ser escravo de um negro liberto (JAMES, 2010).

Neste sentido, vale observar James (2010), quando cita Karl Marx, em “O 18 de Brumário”, de Luis Bonaparte, (JAMES, 2010, p. 54-55):

Sobre as diversas formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência como fundamento existe uma superestrutura edificada de sentimentos variados e característicos, ilusões, hábitos de pensamento e perspectivas sobre a vida em geral. A classe, como um todo, cria e molda essa superestrutura fora dos fundamentos materiais dela mesma e a partir das correspondentes relações sociais. O indivíduo, no qual ela aparece através da tradição e da educação, pode presumi-los como verdadeiros determinantes, a origem real das suas atividades. (JAMES, 2010, p.54-55).

Talvez por esses motivos, o levante que desemboca na Revolução Haitiana não pôde ser previsto pelos colonos franceses, que desconheciam profundamente os colonizados, sua língua, suas práticas e, principalmente, a sua força e capacidade de mobilização.

Para tanto, é importante destacar a efetiva intensidade da utilização dos trabalhadores escravos negros africanos dentro do empreendimento francês no Caribe, que chegou a importar mais de 800 mil escravos. Porém, em 1790, ao se iniciar a Revolta, havia aproximadamente 480 mil pessoas de cor. Destes, 452 mil escravos e 28 mil composto de mulatos e negros livres, distribuídos, conforme citado por (MATIJASCIC, 2009).

É importante observar a divisão da estrutura social haitiana, antes do processo de independência. Essa estrutura era constituída de 05 (cinco) grupos, segundo Eric Williams. Na parte superior encontravam-se os “grandes brancos”, representados pelos grandes proprietários e comerciantes de monoculturas. O segundo grupo era constituído pelos funcionários da monarquia francesa. No terceiro grupo estavam os “brancos pobres”, os pequenos comerciantes, professores e artesãos, gente de baixa renda. Estes três grupos alcançavam uma soma de aproximadamente 40 mil pessoas. Em seguida, o quarto grupo, era constituído de gente livre de cor (os negros e mulatos), esse grupo somava aproximadamente 28 mil pessoas. Era gente livre, mas que não desfrutava da plena cidadania, nem social, nem política, igual a dos brancos. E, por último, vinham os escravos africanos negros, uma camada social destituída de qualquer direito. Porém, constituía o maior grupo, reunindo mais de 452 mil pessoas, sendo o mais numeroso dos grupos sociais internamente, que somado aos negros e mulatos livres formavam um grande exército, um verdadeiro “barril de pólvora” no olhar de James (2010) e Marcelo Grondin (1985), que faz a seguinte reflexão:

Considerando-se, por um lado, que no sistema escravista de São Domingos a taxa de mortalidade era mais alta que a de natalidade e, por outro lado, que 200 mil escravos haviam sido trazidos nos dez anos anteriores à independência (280.000 nos trinta últimos anos) pode-se deduzir que uma parte considerável, talvez a maioria dos escravos presentes no Haiti naquela época [refere-se ao início da rebelião], havia nascido na África. (GRONDIN, 1985, p.36).

Portanto, perceber o Haiti como um lugar de exploração e de um povo não é tarefa tão difícil, especialmente quando se busca estudos sobre o país e avista-se um lugar de desigualdades históricas. À época, a colônia de São Domingo, como todas as demais, era declaradamente um lugar em que as relações sociais e produtivas eram estabelecidas segundo uma hierarquia, que se baseava nos critérios raciais que determinavam a posição de cada um e, também, indicava a condição econômica. Conforme pode ser observado em Eliesse dos Santos T. Scaramal (2006):

[...] em meados do século XVIII, a composição social de *Saint Domingue* (São Domingo) tornara-se engenhosa. Essa engenhosidade postava-se sob um arranjo de classes, cuja formação e cujos limites eram norteados por considerações de natureza tanto econômica quanto racial” (SCARAMAL, 2006, p. 20).

A observação de Scaramal (2006) também procura demonstrar a hierarquia social na colônia de São Domingo, denominando cada nível da pirâmide hierárquica social, os *mulâtres* e os *sang-malés* (libertos), resultados de relações sexuais entre brancos e negras. A eles, *mulâtres*, lhes era permitido o direito de possuir escravos, em contrapartida, ficavam obrigados a fazer parte da “milícia encarregada de perseguir os negros fugitivos, chamados de marrons” (SCARAMAL, 2006, p.22). Sendo os *mulâtres*, altamente discriminados, sem direitos civis, sendo vetados dos ofícios de médicos, advogados, além de não poderem participar de nenhum cargo do Estado. E mais tarde, também, foram proibidos, juntamente com seus filhos, de entrar na metrópole. Esses fatos contribuíram sobremaneira, para o acirramento do ódio em relação aos *blancs*.

Figura 5 - Escravos no Eito – Haiti (cana de açúcar), sob a supervisão do Feitor

Fonte: Fine Art America¹¹

Outro autor que aborda a questão do escravismo na América e Caribe é Robin Blackburn (1988), em *A queda do escravismo colonial: 1776 – 1848*. Em sua abordagem ele faz distinção entre a escravidão praticada na América espanhola e a portuguesa, como diferente daquela desenvolvida no Caribe. Ele fala que a escravidão empregada como mão de obra, por ingleses e franceses, no sistema de *plantations*, em suas colônias no Novo Mundo, era muito mais intensa e cruel, pois o regime de trabalho era duríssimo e bastante bem coordenado, tanto nos campos como na linha de produção, nos engenhos. Que em face à organização produtiva intensa e continua de mercadorias, sob certos aspectos, faz lembrar uma planta industrial moderna. Enquanto os espanhóis e portugueses, no início do processo de escravidão, mantinham uma organização branda e difusa, uma “escravidão acessória”, usavam seus escravos em trabalhos de criadagem, em diversos serviços complementares,

¹¹ Disponível em: <https://fineartamerica.com/featured/slaves-harvesting-sugar-cane-everett.html>

realizados em fazendas, nos serviços de hotéis, no interior das residências e tantos outros serviços complementares.

Nesse sentido, alguns autores marxistas distinguem muito bem, “a escravidão do Novo Mundo do regime de produção generalizada de mercadorias”, inclusive, Jacob Gorender, diz que as *plantations* dispunham de uma “reserva” de economia natural, como capacidade de sobreviver aos tempos de guerra, reunindo condições de afastar-se do mercado, por algum tempo, sem perder sua capacidade de empreender, posto que a manutenção de todos do estabelecimento não dependia exclusivamente do mercado. Porém, em fase expansão, procurava recursos fora da propriedade como forma de garantir o atendimento do mercado, ficava limitado apenas quando incapaz de adquirir novos escravos. Portanto, o proprietário de uma *plantation* escravista era um empreendedor capaz e motivado para responder pressões do mercado, pois a expansão da mesma só dependia de limpar a terra, comprar novos escravos e equipamentos, além de pagar supervisores assalariados.

Figura 6 - Escravos – Corte e transporte de cana, sob a supervisão do Feitor

Fonte: U.S. History Images¹²

¹² Disponível em: <http://ushistoryimages.com/images/slavery-in-america/fullsize/slavery-in-america-4.jpg>

Aliás, o escravo era propriedade econômica e a razão de possuir escravos era a exploração econômica, pois aproximadamente de 80% a 90% da mão de obra usada na produção de mercadoria nas colônias da América era constituída por escravos. Conforme afirma Blackburn, 1988:

Se até 1640, nem a Grã-Bretanha nem a França, tinham colônias com escravos, a partir de então passaram a possuir as *plantations* escravistas mais florescentes do Novo Mundo, com vigor comercial para criá-las e torná-las mais produtivas, embora as potências ibéricas (Portugal e Espanha) ainda mantivessem o domínio de imensos impérios continentais (...), ao contrário dos Países Baixos, britânicos e franceses foram capazes de mobilizar a força necessária para defender suas conquistas coloniais. Em que pese às relações sociais capitalistas mais desenvolvidas na Grã-Bretanha do que na França, o desenvolvimento vigoroso do comércio e da manufatura franceses no século XVIII equiparou-se aos britânicos. A exportação francesa de açúcar ou tecidos de algodão superou a britânica na década de 1760. (BLACKBURN, 1988, p. 17).

Neste aspecto, ele destaca, de maneira comparativa, que na década de 1770 as estimativas do quantitativo de escravos em continente americano, na América Britânica, com 878.000 (América do Norte, 450.000 e Caribe, 428.000), de uma população total de 2.600.000, sendo, 2.100.000 na América do Norte e 500.000 no Caribe, respectivamente. Enquanto a França caribenha contava com 379.000 de um (total populacional de 430.000), demonstrando o tamanho dos impérios recém-instalados. Porém, ao se comparar com os impérios mais antigos, percebe-se a grande discrepância numérica em favor dos impérios britânicos e franceses. Senão, observe-se uma breve demonstração da população escrava em relação ao total populacional: América portuguesa – Brasil 700.000 em 2.000.000; América espanhola – Caribe: 50.000 em 144.000; Continente 240.000 em 12.000.000. E mais, o Caribe holandês com 75.000 em 90.000 e o dinamarquês com 18.000 em 25.000. Desse modo, pode-se caracterizar a importância da participação das populações escravas nas colônias do Novo Continente, particularmente, nas *plantations*, onde se destacam os impérios britânicos e franceses (BLACKBURN, 1988, p.17).

Isto posto, demonstra-se o tamanho do plantel de escravos na colônia caribenha francesa e que continuou aumentando, ano após ano. Todavia, os sopros por liberdade ecoam, em 1791, na metrópole francesa, onde era costurado um discurso igualitário, mas, com práticas vis de escravidão. Enquanto isso, na colônia de São Domingo, meio milhão de escravos, somados às categorias intermediárias (negros e mulatos livres) buscavam um

estatuto de igualdade em relação aos brancos, tomando nas próprias mãos os rumos da luta pela liberdade, através de uma revolta planejada em *créole*, abençoada pelos Loas africanos e iniciada com grande cerimônia vodu de Bois Caimán.

Naquela época havia em São Domingo, território colonial francês, algo em torno de sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam produtos tropicais, tais como: anil, cacau, café, algodão, mas, principalmente, açúcar. Esse sistema gerava enormes lucros à metrópole francesa, e era movido, fundamentalmente, por mão de obra escrava proveniente do continente africano.

3.6 O Processo de Independência do Haiti

Ainda, no século XVIII, durante o período da Revolução Francesa (1789 – 1799), cujo lema consistia em Liberdade, Igualdade e Fraternidade, valores estes, desde muito buscados pelo movimento dos mulatos da colônia francesa de São Domingos, que reivindicavam igualdade de cidadania entre eles (mulatos) com os brancos, mas sempre negados pelos fazendeiros proprietários na colônia caribenha, apesar de diversos esforços junto ao Parlamento Francês.

Entretanto, à medida que as informações sobre o aprofundamento da eclosão e evolução do Movimento Revolucionário (Revolução Francesa), no ano de 1789, em solo francês (Europa), penetrava no interior da massa de escravos como um rastilho de pólvora, importante combustível para o movimento revoltoso, especialmente na parte norte da ilha, onde se situava a maioria das propriedades (Figura 09). Apesar dos desencontros, em razão dos interesses e disputas dos grupos (os nascidos na ilha – mulatos livres e entre negros livres e escravos, e os com e sem privilégios), havia algo que os aproximava, além do pacto de Bois Caimán e do culto ao vodu, o sonho de liberdade e igualdade, mas, fundamentalmente, o reconhecimento de cidadania, particularmente, dos mulatos.

Porém, à medida que as notícias alcançavam o território colonial sobre os ventos de liberdade, produzidos na Metrópole, eles serviam para alimentar os sonhos e incendiar os desejos de libertação. Enquanto isso, no interior da Revolução Francesa (cujo lema consistia em Liberdade, Igualdade e Fraternidade), houve a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem, atualmente, Declaração dos Direitos da Humanidade, isto tudo,

causou, na colônia de São Domingos, um efeito devastador, especialmente, para as pretensões dos proprietários de fazendas e da população branca (Figura, 22).

Figura 7 - Escravos – Revolução Haitiana

Fonte: InfoWars¹³

3.6.1 A importância de Toussaint Louverture

Eis que surge no interior da Revolução Haitiana (Figura 7), François-Dominique Toussaint Bréda, ou Toussaint Louverture, nascido em São Domingos, na localidade Bréda, em 20 de maio do ano de 1743 e faleceu aos 59 anos, numa prisão na França, em 08 de abril de 1803, foi líder do Movimento Revolucionário Haitiano.

¹³ Disponível em: <https://www.infowars.com/drexel-university-denounces-professor-who-wished-for-white-genocide/>

Figura 8 - Revolução Haitiana – Batalha de São Domingos (Branços e Negros)

Fonte: Wikipedia¹⁴

No decorrer de uma prolongada luta pela independência, Toussaint conduziu os africanos escravizados a uma vitória sobre os europeus, aboliu a escravidão e assegurou o controle da colônia pelos nativos em 1797, enquanto era nominalmente seu governador.

Expulsou o comissário francês Léger Félicité Sonthonax, bem como o exército britânico, invadiu o lado Oriental da Ilha (Santo Domingo – atual República Dominicana), para libertar os escravos que ali havia e redigiu uma Constituição na qual se aut nomeia governador vitalício, estabelecendo uma nova política para a colônia.

Inicialmente, o grande líder *Toussaint Bréda (Louverture)*, descendente de família nobre africana, nascido na plantação *Bréda*, tendo se tornado membro da maçonaria, na religião, era praticante da fé católica, tornou-se livre, aprendeu a ler, trabalhava como cocheiro, desfrutava de liberdade para circular livremente entre as diversas propriedades e estabeleceu contatos com muitos cativos, ouvindo muitas queixas e inquietações, sem ser observado. (Figura 8).

¹⁴ Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Battle_for_Palm_Tree_Hill.jpg

Figura 9 - Toussaint Louverture – Líder e Herói da Revolução Haitiana

Fonte: Wikipedia¹⁵

No momento que julgou certo, reúne então, aproximadamente, 3.000 homens e vai para o lado espanhol combater os franceses contra a escravidão, mas com a decisão francesa de resolver libertar os escravos, faz com que Toussaint Louverture retorne com seu exército, para o lado francês, os liderando juntamente com outros combatentes, dentre os quais, Jean Jacques Dessalines vence todos os adversários (Espanha e Inglaterra) da França. Fato que leva o General inglês, Thomas Maitland a reunir-se, secretamente, com Toussaint Louverture para discutir um tratado secreto em, 30 de abril e em 31 de agosto de 1798. Tal decreto é assinado secretamente entre as partes. (Figura 9). Neste mesmo ano, Louverture também assina acordo com os EUA.

¹⁵ Disponível em:

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/32/G%C3%A9n%C3%A9ral_Toussaint_Louverture.jpg/220px-G%C3%A9n%C3%A9ral_Toussaint_Louverture.jpg

Figura 10 - Encontro do Exército Britânico com Toussaint Louverture

Fonte: Diálogos do Sul¹⁶

Figura 11 - Toussaint Louverture (no primeiro plano) e Jean Jacques Dessalines. Principais Líderes da Revolução Haitiana

Fonte: Toda Matéria¹⁷

¹⁶ Disponível em: <http://old.operamundi.com.br/dialogosdosul/toussaint-louverture-heroi-da-revolucao-haitiana/03022014/>

¹⁷ Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/independencia-do-haiti/>

Diante de tal comportamento, torna-se general e assume o papel de principal líder da Revolução Negra, redige e implanta uma Constituição, propondo autonomia a São Domingos e se proclama Governador Geral, mas sempre jurando lealdade à França. Porém, o governo francês passou por importantes alterações sob a liderança de Napoleão I e, em seguida, passa a chamar-se de primeiro cônsul, que atendendo pedidos de fazendeiros brancos e mulatos, envia uma força expedicionária militar sob o comando do seu cunhado, o general Charles Leclerc, com ordens expressas e secretas de restabelecer o antigo regime francês e a escravidão negra na ilha, colônia de São Domingos. Nesse contexto, Toussaint Louverture e Dessalines e seus liderados lutaram contra as forças francesas, derrotando-as. Tendo na batalha de Creta-à-Pierrot, uma das significativas e importantes para a projeção de Dessalines.

É importante salientar que o exército francês comandado por Leclerc (cunhado de Napoleão), foi acompanhado por soldados liderados pelos mulatos Alexandre Pétion e André Rigaud, ambos os filhos de pais brancos e ricos, que anos antes se opuseram à liderança de Toussaint Louverture, nas pretensões de estabelecer um estado independente no sul. Então, com o recrudescimento da Metrópole, na tentativa de restabelecer a escravidão e devido a divergências internas entre os líderes do Movimento Revolucionário, é traído, inclusive por Dessalines, que logo após a batalha Creta-à-Pierrot (Figura 12), deserta de Louverture, passando a lutar contra seu grande aliado, ao lado de Leclerc, Pétion e Rigaud.

Figura 12 - Revolução Haitiana – Batalha de Creta-à-Pierrot (Branços e Negros)

Fonte: Library of Virginia¹⁸

Porém, posteriormente, ao perceberem os planos das tropas de Leclerc, mudaram de lado novamente, em outubro de 1802, opondo-se ao general francês, que morreu de febre amarela. Tais fatos levaram Toussaint Louverture, líder do movimento negro revolucionário a capitular (em 07 de junho 1802), ser preso e transferido para a França, onde morre pouco tempo depois.

3.6.2 Jean Jacques Dessalines e a sucessão ao Toussaint Louverture

O sucessor de Toussaint Louverture é Jean Jacques Dessalines, considerado um dos generais responsáveis pela sua capitulação junto às tropas do governo francês, incumbidas, secretamente, de restabelecer naquela colônia o antigo regime e a escravidão. Porém reorganiza o exército de rebeldes e se lança em sangrentas batalhas sob o lema “Liberdade ou Morte” (Figura 12). Após obter sucessivas vitórias contra o exército francês, sob o comando do sucessor de Leclerc, Rochambeau, culminando na última delas, a grande Batalha de Vertières, próximo de Cap François, na parte norte da ilha. Então, ao vencer o exército de combatentes da Metrópole, os expulsa do território colonial francês de São Domingo, e declara Independência, em 1º de janeiro de 1804, promulga uma Constituição, na qual se declara Imperador, sob o título de Jacques I, o mesmo era analfabeto e

¹⁸Disponível em: https://www.encyclopediavirginia.org/media_player?mets_filename=evr12502mets.xml

permaneceu como tal até o fim da vida, diferente daquele que o liderou Toussaint. Ele negou qualquer possibilidade de aliança com a antiga metrópole, considerada opressora, implodindo todas as pontes ao fazer constar um capítulo no qual proibia toda e qualquer pessoa de pele clara de possuir ou reivindicar “terras” em território de São Domingo, o qual declara República Negra do Haiti – Ayiti (terra montanhosa), numa referência aos indígenas, os ocupantes antes dos espanhóis.

Figura 13 - Jean Jacques Dessalines – General Negro – Independência do Haiti

Fonte: Traveling Haiti¹⁹

Jean Jacques Dessalines era escravo negro, nascido em 20 de setembro de 1758, na colônia francesa de São Domingo, [que ao contrário do Grande Líder da Revolução Haitiana, Toussaint Louverture, de quem Dessalines era um dos principais oficiais (Lugares-Tenentes), de ascendência africana, permaneceu analfabeto durante toda a sua vida]. Em 1791 passou a tomar parte do movimento Revolucionário que culminou com ele próprio declarando a Independência Haitiana, em 1º de janeiro de 1804, tornando-se o também o primeiro governante. No ano seguinte se proclamou Imperador, sob o título de Jacques I, tendo permanecido no poder até 17 de outubro de 1806, quando foi assassinado por ex-aliados.

¹⁹ Disponível em: <http://www.travelinghaiti.com/independence-of-haiti-1804/>

Durante o período militar com Toussaint, contra os mulatos do sul de São Domingo, Dessalines captura Jacmel e, depois, ordena a sua execução e de todos os demais sobreviventes. Tendo comandado várias batalhas militares com sucesso, além da captura da já mencionada Jacmel, também de Petit Goave, Miragoane e Anse-à-Veau, tendo, sido inclusive designado em 1801 para controlar uma rebelião no norte do país liderada pelo general Moyse, sobrinho de Louverture. Porém, Dessalines se notabilizou por sua “política de não fazer prisioneiros”, além de queimar casas e vilas inteiras. Como exemplo, ordenou o enforcamento de considerável número de brancos, como forma de demonstrar sua política frente aos vencidos. (Figura 14).

Figura 14 - Revolução Haitiana – Execução de Brancos por Negros

Fonte: Esquerda Online²⁰

Porém, o mais complicado de todo processo foi, posteriormente, uma vez terminado o conflito contra as forças imperiais, na colônia francesa de São Domingos, as disputas passaram a ser no flanco interno. Tamanho os desentendimentos que anos depois trataram de eliminar (Dessalines) o imperador Jacques I, para, em seguida, dividir o país em dois, (Império, na parte norte e República, na parte sul), tal a demonstração da cisão interna existente, entre negros livres e escravos e os mulatos, os embates internos continuaram pelo

²⁰ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/10/09/nao-precisamos-do-seu-perdao/>

controle hegemônico do poder, tanto que transcorridos aproximadamente uma década e com a morte dos primeiros dirigentes, houve a reunificação territorial do país com a prevalência da supremacia dos mulatos. Para se ter ideia dos desentendimentos entre negros e mulatos, pois a maioria dos governantes não alcançando o término dos mandatos, sendo interrompidos por assassinatos ou deposição. Além de vários deles terem tentado a vitaliciedade no poder.

Após o encerramento das batalhas entre a união de “gente de cor” (negros livres e escravos e mulatos) rebeldes, contra os fazendeiros brancos e o exército francês, houve a criação e implantação (início de 1804), da Primeira e única República de ex-escravos Negros no continente americano e no mundo, mas com importantes desdobramentos para o futuro daquele recém-nascido Estado-nação, os quais permanecem até o presente.

3.6.3 A Independência do Haiti e seus Desafios

Entretanto, com a declaração de independência e criação do Estado-nação do Haiti, não produziu a paz interna e as disputas continuaram pelo controle do espólio da guerra. O processo de disputas intensificou-se internamente com os embates entre negros e mulatos, pelo controle dentro da jovem República do Haiti, especialmente, entre os generais e seus comandados que haviam participado da Revolução que havia libertado o território do domínio colonial da Metrópole francesa.

3.7 A ocupação do Haiti pelos EUA, em 1915

Logo no início da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), os EUA (Estados Unidos da América), no ano de 1915 (a pretexto de por fim uma longa crise com sucessivos golpes, os quais haviam vitimado tragicamente mais de vinte ditadores, desde a deposição do general Boyer, no ano 1843), ocuparam o Haiti e por lá permaneceram até o ano de 1934, porém, sem antes cumprirem dois objetivos específicos: cobrar uma dívida do país com o City Bank e, também, promoveram Reforma Constitucional, por meio dos seus aliados internos, na qual foram removidos alguns artigos que impediam a negociação (venda) de terras aos estrangeiros. Com isso abriu-se caminho para investimentos externos em terras

haitianas, sem ferir aspectos legais. Também, na mesma época, ocorreram as ocupações de Cuba e da República Dominicana e a construção do Canal do Panamá.

A justificativa para a longa e forte presença militar era puramente racial. Conforme argumenta o escritor uruguaio Eduardo Galeano, em artigo, intitulado: Os pecados do Haiti (01 de fevereiro de 2010 – www.vermelho.org.br), que seus idealizadores diziam que a raça negra era incapaz de governar a si própria, por possuir “tendência inerente a vida selvagem e uma incapacidade física de civilização”, afirmava o então secretário de Estado, Robert Lansing. Complementado por William Philips, um dos responsáveis pela ocupação, que defendia a ideia dizendo que: “Esse é um povo inferior, incapaz de conservar a civilização que tinham deixado os franceses”. Posto que, o Haiti havia sido a pérola da coroa, a colônia mais rica da França: uma grande plantação de açúcar, com força de trabalho escrava. Montesquieu o havia explicado, no espírito das leis, que: “O açúcar seria demasiadamente caro se os escravos não trabalhassem em sua produção. E que esses escravos são negros desde os pés até a cabeça e têm o nariz tão esmagado que é quase impossível ter alguma pena”. E mais, que: “seria impensável que Deus, que é um ser tão sábio, tenha posto uma alma e, sobretudo, uma alma boa num corpo inteiramente negro”. Mas, em troca “havia colocado um chicote na mão do feitor”.

Durante o período da ocupação americana houve muita resistência por rebeldes denominados de “cacos” que tentaram a todo custo resistir ao controle dos EUA sobre o território haitiano, mas sofreram por parte das forças oficiais, dos dois governos (americano e haitiano), um grande revés, sendo derrotados e eliminados do campo de batalhas, inclusive com mortes de camponeses durante manifestações de protestos contra as condições econômicas locais, obrigando o governo americano a criar comissões externas para avaliar a situação que, apesar de elogiar as melhorias materiais promovidas pela administração americana, houve pesadas críticas pela exclusão da participação da população local nos importantes postos do executivo e policial.

As diversas recomendações da comissão Forbes, não foram implementadas na sua plenitude, pois o presidente americano Hoover perdeu as eleições presidenciais para Franklin Roosevelt, a quem é atribuída à autoria da Reforma da Constituição do Haiti e da “Política da Boa Vizinhança”, que em sua visita a Cap-Haitien, no mês de julho do ano de 1934, Roosevelt reafirmou o acordo de retirada, em agosto de 1933. E assim, cumpriu-se a retirada do último contingente de *marines* americanos, deixando em seu lugar a Guarda

d'Haiti uma polícia local nacional haitiana. Porém, os EUA permaneceram com o controle das finanças externas haitianas até o ano 1847.

3.8 A Ditadura Duvalier (1957 a 1986) e o apoio dos EUA

Durante a ocupação do território haitiano por tropas dos EUA (Estados Unidos da América), no período de 1915 a 1934, os americanos elegeram como aliados internos os mulatos, representados por membros da elite que se sucederam no comando de instituições públicas, incluindo o posto máximo do poder político, sempre contando com apoio das forças intervencionistas. Também neste período foram realizadas e construídas estradas e outras obras importantes para a vida do país, mas usaram alistamento de trabalhadores, ensejando revoltas populares, além de outras ações desgastantes sob o ponto de vista da participação política.

Frente ao cenário desfavorável à elite mulata, depois da retirada das forças de ocupação, renovam-se as possibilidades e criam-se expectativas para membros componentes da oposição. Diante desse cenário, em 1957, houve a primeira eleição pós-ocupação, no caminho aberto para aflorar forças políticas oposicionistas. Dentro desse contexto surge o médico haitiano François Duvalier (Papa Doc), investindo-se de representante negro e de segmentos considerados excluídos, inclusive do vodu, com tal arregimentação de forças, elege-se Presidente, muito embora com resultado considerado fraudulento, mesmo assim é legitimado e toma posse como Presidente do Haiti.

A partir de então, inicia-se à formação e implantação de uma administração altamente autoritária, favorecida pela conjuntura histórica, tornando-se feroz ditador vitalício e hereditário. Seu regime perdura por 29 anos, dividindo-se em 02 partes: a primeira parte, sob sua administração direta, com duração de 14 anos (1957-1971), encerrando-se com sua morte; a outra segue sob o manto da hereditariedade, assumindo seu filho, Jean-Claude Duvalier, denominado Baby-Doc, permanecendo no poder por longos quinze anos (1971-1986), quando é obrigado a renunciar e exilar-se na França. (Foto 1).

Foto 1 - Os ditadores haitianos, Papa Doc e o filho Baby Doc (1957 – 1986)

Fonte: SwissInfo²¹

Para desenvolver seu ambicioso plano pouco tempo após assumir a Presidência do país, tratou de promover mudanças na legislação vigente e ao perceber que os militares seriam um obstáculo ao seu projeto de poder, pois os militares promoveram um golpe de Estado logo no ano seguinte, em julho de 1958, diante disso, prendeu e executou vários oficiais líderes e soldados participantes, expurgando-os de seu governo. Esse fato o fez instituir uma segurança especial, uma espécie de guarda pessoal do Presidente, denominada de “Tonton Macoute” ou “bicho papão”, cuja missão era livrar-se dos adversários do regime, o que continuou mesmo com a troca de comando, depois da morte de François Duvalier, em 1971.

O movimento se consistia em promover a também de desconfiar dos militares contra seu poder. Por isso ele instituiu uma força por acreditar e desconfiar das forças militares nacionais e instituiu uma força especial de segurança, aparato de defesa pessoal do Presidente, transformando-a em “Bichos Papões” ou guarda costas pessoais, denominada de “Bichos Papões”

3.8.1 O Papel dos *Tontons Macoutes* (Bicho Papão) na Ditadura Duvalier

O *Tonton Macoute*, milícia paramilitar criada em 1959, pelo ditador nacionalista do Haiti, François Duvalier, também conhecido como Papa Doc, com a finalidade de proteger

²¹ Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/eng/baby-doc-assets-law-set-to-enter-into-force/29262914>

seu governo dos vários adversários políticos, por todo o território nacional haitiano. Os membros da milícia paramilitares receberam treinamentos pelo corpo de fuzileiros navais dos Estados Unidos da América, na época. Conforme pode ser observado através do símbolo da instituição paramilitar haitiana. (Figura 15).

Figura 15 - Brasão Símbolo dos Tontons Macoutes - Haiti

Fonte: Almanaque dos Conflitos²²

Durante a existência da milícia paramilitar (*Tonton Macoute*), a oposição política foi duramente perseguida, com diversos membros de grupos contrários ao governo do ditador François Duvalier que foram eliminados por ação dos *Tonton Macoute*, que agiam em pequenas unidades, como grupo de extermínio, espécie de esquadrão da morte. Assim, a quem o regime considerava rebelde sofria os mais variados tipos de penas de execução, incluindo a incineração de pessoas ainda vivas.

As vítimas de assassinatos seletivos tinham seus cadáveres expostos à população em locais públicos, como praças, pendurados em árvores, ou, às vezes, jogados em

²² Disponível em: <https://almanaquedossconflictos.wordpress.com/2016/10/09/tonton-macoute-a-temida-milicia-paramilitar-haitiana/>

avenidas ou ruas movimentadas, como forma de chamar a atenção e advertir contra qualquer forma de oposição. Muitas das vezes, quando membros da família de vítimas tentavam resgatar os corpos, também desapareciam. Calcula-se que houve mais de 50 mil pessoas mortas durante a existência da milícia criada pelo ditador Papa Doc. Conforme pode ser observado, membros milicianos (*Tonton Macoute*, ou Bichos Papões) armados e disfarçados, caricaturados com máscaras, assombravam e espalhavam o terror aos críticos do regime ditatorial duvalierista. (Foto 2).

Foto 2 - Milicianos Tontons Macoutes (1980)

Fonte: Almanaque dos Conflitos²³

Os milicianos *Tontons Macoutes*, durante muito tempo, tiveram como seu principal comandante, Luckner Cambronne (Foto 3), também conhecido popularmente pela alcunha de Vampiro do Caribe, tamanha era a brutalidade por ele exercida, com grande número de torturas e mortes patrocinadas sob sua liderança. Com isso, logo após a morte de Papa Doc, (em 1971), com a ascensão do seu filho, Baby-Doc, ao Poder, foi recomendada a exclusão do mesmo do comando da milícia e procurou refugiar-se nos Estados Unidos, onde permaneceu até morrer, no ano de 2006. O conhecido e temido Comandante dos

²³ Disponível em:

<https://almanaquedosconflitos.files.wordpress.com/2016/10/oa-milicianos-nacionalistas-do-os-paramilitares-dos-tonton-macoute-nos-anos-de-1980.jpg?w=443&h=295>

paramilitares promoveu extorsão contra fazendeiros, empresários, comerciantes e outros membros da sociedade haitiana, além de sofrer acusação de corrupção, dentre os diversos atos praticados. Com os recursos arrecadados, grandes obras foram realizadas, entretanto serviu também para o enriquecimento de grande parte dos oficiais milicianos, incluindo o seu criador, o ditador François Duvalier.

Foto 3 - Luckner Cambronne, comandante dos Tonton Macoutes, segundo à esquerda, de óculos escuros

Fonte: Almanaque dos Conflitos²⁴

Dentre o grupo do oficialato miliciano havia forte presença de liderança do vodunismo, religião predominante no Haiti, gerando entre a população uma autoridade sobrenatural, algo que acabou influenciando inclusive no vestuário e acessórios da unidade paramilitar. Com Chapéus de palha, camisas azuis, óculos escuros, além do uso de facões e armas de fogo. Visando demonstrar força e espalhar o medo e respeito no interior da população haitiana, realizavam apresentações ao público e rituais ligados ao vodu.

Contudo, após a morte de Papa Doc e da troca de comando na milícia, os *Tontons Macoutes* continuaram com suas atividades de aterrorizar os opositores do regime e

²⁴ Disponível em: <https://almanaquedossconflictos.files.wordpress.com/2016/10/o-comandante-luckner-cambronne-dos-tonton-macoute-segundo-na-esquerda-de-c3b3culos-escuros.jpg?w=465&h=302>

eliminar todo e qualquer foco de resistência, armada ou política, ao governo de Jean-Claude Duvalier, Baby-Doc, que assumiu o Poder com apenas 19 anos de idade. Na sucessão com a morte do seu pai, contou sempre com a colaboração dos paramilitares, até ser deposto, acusado de corrupção, tráfico internacional de drogas e venda de órgãos dos miseráveis. Foi obrigado a exilar-se em território francês no ano de 1986. Durante quase três décadas de ditadura duvalierista, milhares de haitianos foram torturados e mortos, outros tantos fugiram e buscaram refúgio noutros países.

Ainda durante o governo de Jean Claude Duvalier (Baby Doc), logo no início, foram realizados vários ajustes, incluindo a reestruturação do Exército, com o enquadramento dos *Tontons Macoutes*, tornando-os VSN (Voluntários da Segurança Nacional), inclusive com crescimento de contingente, sob o argumento de combate ao comunismo, sem abandonar a política de terror, recebe elogios e apoio dos EUA, recebendo aporte de US\$2 milhões através do FMI.

Entretanto, no ano de 1977, ocorre forte crise econômica e fome, provocando fuga em embarcações improvisadas contendo milhares de haitianos para os Estados Unidos e Cuba, com necrotérios superlotados, corpos exportados para Universidades americanas para o desenvolvimento de estudos de anatomia. Dentro desse contexto ocorre saída intensa em direção a República Dominicana, onde enfrentam trabalhos em condições precárias nas plantações de cana de açúcar. E, mais ainda, logo no começo da década de 1980, se generaliza a insatisfação popular, com movimentos de contestação apoiados pela Igreja Católica, antes ligada ao Papa Doc, tais manifestações levaram Baby Doc a abandonar o país do Haiti e buscar refúgio na França, com uma fortuna estimada em US\$100 milhões, saindo também seus amigos e comparsas.

Na esteira da crise, a população rural foi a mais prejudicada, sem local aonde trabalhar, as terras agricultáveis concentrada na mão de pequeno grupo de fazendeiros, vários deles componentes dos *Tontons Macoutes*, doação de Papa Doc (120 mil hectares, 20% das terras disponíveis para agricultura), isenção de impostos dos produtos agrícolas importados, especialmente dos EUA, sem subsídios, inviabiliza a produção local dos pequenos agricultores, provocando elevado déficit na balança comercial. Além do mais, no ano de 1983, sob orientação da USAID, abateu cerca de 1.2 milhão de porcos, alegando contaminação com doença contagiosa, a peste suína africana, importando 300 mil animais dos EUA para reposição, muitos dos quais morreram por dificuldades de adaptação ao

clima local. Os porcos constituíam uma poupança e principal fonte de renda, causando a saída de famílias da zona rural para as cidades, pressionadas por alimentação e emprego, principalmente na capital, Porto Príncipe, promovendo o colapso do país, com graves problemas de infra-estrutura, no espaço urbano, com esgoto a céu aberto, ruas sem pavimentação, sem energia elétrica e água tratada, crescimento de criminalidade e tráfico de drogas, dentre tantos outros.²⁵

Foto 4 - Milicianos Tontons Macoutes em ação contra a queda de Baby Doc (1986)

Fonte: Almanaque dos Conflitos²⁶

Seguindo roteiro semelhante, ao do médico François Duvalier, Papa Doc quando se internalizou no interior do país, no atendimento à população pobre da zona rural, o padre Jean Bertrand Aristide, também conhecido por ‘Titid’ andava descalço pelas favelas, pregando união dos pobres, dizendo que a organização popular era vontade de Deus e que a “avalanche” ia começar. Ajudava a construir associações que se tornaram locais de discussão política, de alfabetização, preparação de protestos e organização de mutirões.

²⁵ Costa, Natália. *As Veias Abertas do Haiti*. **Revista O Viés**. 16 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.revistaovies.com/reportagens/2010/01/as-veias-abertas-do-haiti/>

²⁶ Disponível em: <https://almanaquedoscflitos.files.wordpress.com/2016/10/os-paramilitares-dos-brasc3a3o-dos-tonton-macoute-durante-o-levante-que-derrubou-baby-doc-no-ano-de-1986.jpg?w=446&h=378>

Sua atuação de apoio nos bairros fez surgir o Lavalas (avalanche em crioulo), mais amplo e flexível que um partido político.

3.9 A Eleição de Jean Bertrand Aristide e seus Desdobramentos Políticos

Diante disso, o padre Jean Bertrand Aristide (Foto 5) se credencia ao processo eleitoral, levando-o a concorrer às eleições livres presidenciais do Haiti, em 1990, nas quais obtém sucesso, sendo eleito Presidente com o movimento Lavalas, alcançando 67% dos votos válidos, até aí tudo transcorria sem grandes problemas. Entretanto, após tomar posse, começaram os problemas próprios da função, ao deparar-se com o desejo e a realidade tangível.

Foto 5 - Ex-padre Jean Bertrand Aristide – ex-Presidente do Haiti

Fonte: Almanaque dos Conflitos²⁷

Em seus discursos de candidato defendia a reforma agrária, distribuição de renda, alfabetização em larga escala, além de profunda aproximação com o regime cubano, contando com o apoio de setores da intelectualidade haitiana, como por exemplo o sociólogo Gérard Pierre-Charles, que assim escreveu:

²⁷ Disponível em: <https://almanaquedosconflitos.files.wordpress.com/2016/10/o-ex-padre-jean-bertrand-aristide.jpg>

Trata-se de uma revolução anti-oligárquica, apoiada pela maioria da população, que exige o acesso à cidadania, à justiça social e ao desenvolvimento econômico, dentro de um quadro de modernização do Estado (...) trata-se de um processo de mudança histórica de fundamental importância (...) trata-se de um fenômeno latino-americano, apesar dos fatores estruturais e culturais intrínsecos. (PESCHANSKI)

Foto 6 - Frente para o Avanço e Progresso do Haiti - esquadrão da morte

Fonte: Almanaque dos Conflitos²⁸

3.9.1 Algumas Características do Haiti

O país cujo nome oficial é République d'Haiti (em francês); Repiblik d'Ayiti (em crioulo hatiano), tem sua localização geográfica no Caribe. Ocupa um terço, a oeste, da Ilha Hispaniola, é banhado pelo mar do Caribe ao sul, pelo oceano Atlântico ao norte e faz fronteira, a leste, com a República Dominicana. O Estado é uma República e o regime de Governo é semi-presidencialista. O idioma oficial é o Francês e o Crioulo. A moeda é o Gourde. Sua capital é Porto Príncipe, com 2,37 milhões de habitantes, em 2014. Sua superfície é de 27.750 km². Com uma população de aproximadamente 10 milhões habitantes (2010). Com a seguinte distribuição: Urbana (52,02%) e Rural (47,98%), em (2010). Taxa de analfabetismo de 39,3% em 2015. A composição étnica é a seguinte: Negros (95%); brancos e mestiços de negros e brancos (5%).

²⁸ Disponível em: <https://almanaquedoscflitos.wordpress.com/2016/10/10/frente-para-o-avanco-e-progresso-do-haiti-front-pour-lavancement-et-le-progres-haitien-esquadrao-da-morte/>

No tocante aos aspectos de religiosidades, a população em sua ampla maioria se declara, oficialmente, Católica romana (54,7%). Porém, no conjunto, há um quantitativo significativo de credos religiosos dos quais chegam a fazer parte, como por exemplo, os protestantes, batistas (15,4%), pentecostais (7,0%); adventistas do sétimo dia (3,0%); metodistas (1,5%), além de outras denominações protestantes (0,7%) do vodu (2,1%), outras 4,6%) e nenhuma (10,2%). Porém, muitos haitianos praticam o vodu (que foi reconhecido como religião oficial em 2003), além de outra religião, tendo maior frequência entre o catolicismo, sendo uma espécie de sincretismo religioso do cristianismo com as religiões africanas.

No tocante a economia, apresenta um PIB de US\$7,59 bilhões (2013), com Renda per capita de US\$740,2 (2013), tendo uma dívida externa pública da ordem de US\$1,47 bilhão (2013), apresentando IDH de 0.471 (2013), alcançando a posição 168º no mundo e 31º na América Latina, demonstrando a fragilidade econômica de sua população, especialmente no contexto mundial, de conformidade com dados de organizações como CEPAL (2013), no que diz respeito ao PIB e Dívida Externa, enquanto ao IDH, as informações são da ONU/PNUD.²⁹

²⁹ ONU/PNUD. Human Development Report, 2013

CAPÍTULO 4: A MINUSTAH E O BRASIL

4. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS MISSÕES DE PAZ

4.1 O Brasil nas Missões de Paz da ONU

Em final de 2003, e início de 2004, o governo brasileiro decidiu participar da Missão das Nações Unidas no Haiti, e a liderança militar da operação de paz, algo que motivou um acordo particular com o (DPKO) Departamento de Operações de Manutenção da Paz, para o treinamento das tropas para este tipo de missão, tendo como referência os procedimentos dos contingentes que atuaram em Angola, nos anos 1990.

A ONU (Organização das Nações Unidas) foi criada logo após a Segunda Guerra Mundial, por 51 (cinquenta e um) países. Dentre eles o Brasil é um dos membros fundadores em substituição a Liga das Nações, criada em 1919, após o Primeiro Grande Conflito Mundial. A primeira Carta da ONU (Organização das Nações Unidas) foi assinada na cidade de S. Francisco, nos EUA (Estados Unidos da América), em 26 de junho de 1945, por 50 países, porém, com assinatura posteriormente da Polônia, completando os 51 membros fundadores. Mas, oficialmente, a Organização das Nações Unidas, passou a existir em 24 de outubro de 1945, após o término da Segunda Guerra Mundial. Neste dia, também se comemora o Dia das Nações Unidas, com sede em Nova Iorque, apesar disto, o território é Internacional.

As Nações Unidas têm como missão fomentar a paz entre as nações, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e organizar reuniões e conferências em prol desses objetivos. Sendo constituída por diversas agências especializadas de fomento e controle, tais como: UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), a FAO (Organização para Agricultura e Alimentação) o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a OMS (Organização Mundial da Saúde), dentre outros. Além dos seis órgãos principais, a saber: CS (Conselho de Segurança), constituído por 15 membros, dos quais, cinco (China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia) são permanentes, dotados do poder de veto, ou seja, direito a bloquear uma decisão do Conselho. E os dez membros não permanentes são eleitos pela Assembleia Geral, por um período de dois anos.

O Brasil sendo é um dos 51 países membros fundadores, participa do movimento que reivindica a reforma do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), visando sua ampliação e um acento permanente no referido conselho. O CSNU é composto por 15 (quinze) membros, sendo 10 (dez) deles com mandatos não permanentes, sem direito a recondução e 05 (cinco) permanentes, com direito a veto. Dos membros não permanentes, o Brasil é o país com maior número de participações, juntamente com o Japão, apesar do longo período de ausência das atividades da ONU e do CS (Conselho de Segurança), por vontade própria e/ou opção política, especialmente, durante o “governo militar”.

Entretanto, sempre esteve envolvido nas Missões de Paz pelo mundo afora, desde SUEZ, quando se fez presente, inclusive, com o envio de tropas, tendo participado de outras tantas missões de paz, (porém, sempre sob o Capítulo VI da Carta da ONU, com limitação de uso da força), em vários países, em diversas regiões do mundo afora. Embora a disposição brasileira de participar de operações de paz, com base no componente humanitário, não concordava em participar do preconizado no Capítulo VII da Carta da ONU, o qual determina o emprego da força para restabelecer a paz interna.

Apesar disto, teve que ajustar sua política ao chegar a MINUSTAH (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), onde a atuação é (sob o Capítulo VII – cujo tema é: Ação Relativa ameaça à paz, ruptura da paz e Atos de Agressão), em substituição a MIF – Força Interina Multinacional, constituída pela Resolução 1.529 de Fevereiro de 2004 do CSNU, composta por 3.400 militares, liderada pelos EUA com maior contingente (1.800 – soldados) e integrada pela França (800 – homens), Canadá (460 – quatrocentos e sessenta) e Chile (340 – trezentos e quarenta). Uma vez no Haiti trataram de garantir a posse do governo provisório (presidente – Boniface Alexandre, então presidente da Suprema Corte haitiana). O Brasil, mesmo tendo apoiado o pleito, absteve-se da votação e não quis fazer parte da Missão de Paz emergencial.

Com o rápido avanço dos rebeldes e a ausência de atitudes, além do discurso da parte da comunidade internacional, as forças de oposição armada alcançaram, facilmente, a capital de Porto Príncipe, fato que obrigou o presidente Aristide a abandonar o território haitiano, seguindo conselhos do secretário de Estado Americano, General Collin Powell, como forma de evitar maiores problemas em confrontos com os rebeldes. E seguindo o protocolo da legislação haitiana, quem deveria sucedê-lo seria Boniface Alexandre, Presidente da Suprema Corte que ao assumir o cargo de presidente interino, uma de suas

primeiras medidas foi requerer apoio assistencial, incluindo uma autorização de tropas internacionais em solo haitiano. Desse modo, é instituída a MIF (Força Interina Multinacional), cuja composição era: EUA, Chile, Canadá e França, que desembarca naquele país caribenho com o objetivo de “instaurar a democracia” e a paz.

4.2 MIF – Força Emergencial da ONU no Haiti

Em atendimento ao pedido do presidente interino do Haiti, Boniface Alexandre, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, solicitando o envio de forças de paz, ele é atendido. Segundo a agência de notícias France Presse, na cidade de Nova York, em 29 de fevereiro de 2004, o CNSU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), por volta das 18H20 min. horário local (20H20 min. em Brasília) iniciou uma reunião de emergência a portas fechadas, visando aprovar o envio de uma “força multinacional interina, por um período de dois meses”, para controlar a situação no Haiti, após a renúncia e fuga do presidente Jean Bertrand Aristide.

Ao assumir, interinamente, por força constitucional, a presidência do Estado Nacional do seu país, Boniface Alexandre, até então presidente do Supremo Tribunal, telefonou ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan e disse. “Peço que me ajudem. Precisamos de uma força de intervenção para deter a desordem que reina atualmente”, além de enviar uma carta oficializando tal pedido. A finalidade da força multinacional seria conter a rebelião causada pela renúncia do presidente, Jean Bertrand Aristide, por fim aos saques e pilhagem existentes no território haitiano. Para tanto, responderam positivamente ao chamamento, os EUA, a França, o Canadá e o Chile, para garantir a paz até que houvesse tempo para preparar uma missão de paz, com objetivos melhores definidos. Assim, dentro de tais circunstâncias foi criada a MIF.

4.2.1 Justificativas Brasileiras para a participação na MINUSTAH

A crise haitiana, na verdade, se inicia ainda nos anos de 1992 e 1994, com os Estados Unidos entendendo que suas consequências representavam uma ameaça a sua segurança nacional interna. Para tanto, realiza operação naquele país, como pretexto de proteção humanitária e política, com o objetivo de restaurar a democracia e, assim, poderia neutralizar ou minimizar possíveis problemas, tais como:

- narcotráfico, posto que a ditadura de Raul Cedras, ser corrupta e facilitar as operações ilegais dentro no país, e estando o Haiti situado em ao caminho entre EUA e a Colômbia, entendia-se que grande parte da droga passasse por terras haitianas;
- evitar a imigração ilegal, que se intensificou entre 1991 e 1994, quando mais de sessenta e oito mil haitianos deixaram o país (*Boat People*) na tentativa de chegar aos EUA;
- e ainda, uma vez bem sucedida, a operação poderia afastar a ideia de um declínio da hegemonia estadunidense depois da fracassada operação na Somália em 1992 (NAPOLI, 2007).

Entretanto, ao final da Guerra Fria, ocorrido nos idos dos anos 90, aqueles Estados considerados fracos ou falidos pelo governo estadunidense eram vistos como uma grande ameaça à ordem internacional, no tocante aos direitos humanos e, dessa maneira, provocarem grandes ondas de imigração e atacarem seus vizinhos (FUKUYAMA, 2005, p. 123). Eis que ocorre o ataque as Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, daí eles passaram a representar um problema de segurança. Com isso, aquele pensamento de intervenção é reformulado. A reconstrução democrática, liberdade e capitalismo, com valores humanitários, muda de figura, passando agora para à caça aos terroristas e atacando os países acusados de abrigá-los em seu território, portanto uma mudança na lógica da política externa americana, na qual, segundo Fukuyama (2005), apud Corrêa (2009), diz que:

Ou os EUA assumem a responsabilidade pela governança dos Estados Fracos ou joga o problema no colo da comunidade internacional. Apesar de negar que tem ambições imperiais, o governo Bush articulou, no discurso do presidente de junho de 2002, em West Point, e na *National Security Strategy of the United States* (2002), uma doutrina de prevenção ou, melhor dizendo, de guerra preventiva, que colocará os Estados Unidos em condições de governar populações potencialmente hostis em países que os ameacem com terrorismo (FUKUYAMA apud CORRÊA, 2009, p.126).

No tempo atual sabe-se que os resultados de tal política ficaram longe do que se esperava na época das ocupações do Afeganistão, em 2001, e, especialmente, o Iraque em 2003, que apesar das críticas às políticas do governo de Bill Clinton, o governo Bush altera a agenda da política externa americana, tornando as ações e intervenções em guerra preventiva.

Dentro desse contexto, a América Latina deixa de ser objeto de preocupação para política estadunidense, com exceção da Colômbia, considerando que o risco de colaboração com os então inimigos (terroristas) dos EUA era baixo. Portanto, não havia nenhum interesse numa operação americana no Haiti, naquele momento, pois suas energias estavam voltadas para outras partes do mundo, diferentemente da administração Clinton.

Entretanto, em 2004, diante das necessidades conjunturais e com a incapacidade de mobilização imediata de tropas dos países latino-americanos, os Estados Unidos foram compelidos a entrar em ação de algum modo. Porém os verdadeiros motivos do desinteresse americano, em liderar mais uma operação no Haiti, era o fato de que naquele momento suas tropas encontravam-se concentradas nas ocupações do Iraque e Afeganistão, além de terem fracassado com a missão ocorrida em 1995, UNMIH (United Nations Mission in Haiti), sob o comando dos EUA, chancelada pela ONU. Por tudo isso o governo americano considerou a crise haitiana um problema do hemisfério e não apenas dele. Com essa atitude, cria-se o cenário propício para que outros países assumissem o comando da missão. Assim, é nesse cenário emergencial que é formada a MIF, com a maioria dos participantes membros do hemisfério, composta de EUA, Canadá, Chile e a França, única representante do continente europeu.

Posteriormente, a Força Multinacional Interina (MIF) é substituída pela MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), em atendimento a Resolução 1542 de 30 de abril de 2004, do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), cabendo ao Brasil o comando da Força, sob a responsabilidade do General do EB (Exército Brasileiro), Augusto Heleno, sendo composta por aproximadamente 20 países, a saber: Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, EUA, El Salvador, França, Guatemala, Honduras, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, República da Coreia, Sri Lanka e Uruguai, com 6.700 homens, de acordo com informações das Nações Unidas.

O Brasil, para justificar seu discurso oficial, utiliza como justificativa o fracasso dos EUA nas últimas tentativas de reconstrução do Haiti, dizendo que houve demasiada concentração no fator segurança e não observado o problema haitiano do ponto de vista multidimensional, ou seja, investiram recursos financeiros durante curto período de tempo, negligenciaram na busca da solução dos problemas ao procurar solucionar apenas aqueles que os atingiam (EUA) diretamente, como por exemplo, imigração e narcotráfico, saindo

do país sem que se consolidassem as mudanças estruturais que demandavam um comprometimento de longo prazo.

Então, acreditando que poderia atuar de maneira diferente no Haiti, o governo brasileiro assegurou que o país levaria consigo elementos capazes de estabelecer uma paz duradoura, aliando ao desenvolvimento social, político e econômico haitiano. Como se observa nas palavras do chanceler Celso Amorim:

As pessoas acham erradamente que solidariedade e defesa do interesse nacional são contraditórios. Não são. A solidariedade é a melhor forma de você defender interesse nacional no longo prazo. De maneira saudável. É isso que tem regido a política externa brasileira. (AMORIM, 2009).

Assim, o governo do Brasil postulava que essa seria uma forma de perceber e intervir em conflitos intra-estatais, representando os fundamentos da criação de um novo paradigma em missões de paz. Além do mais, a confiança de militares e políticos, defensores da participação brasileira no Haiti, considera ser o Brasil um país portador de uma “índole pacifista”, como diz o embaixador brasileiro no Haiti, Igor Kipman, que faz uma comparação da força do “Futebol Americano e o bailado usado no jogo do Futebol Brasileiro”. Com isto, seria possível fazer da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), uma operação de paz menos impositiva e mais eficaz. E ainda mais, conforme o presidente Luís Inácio Lula da Silva, truculência e imposição não fazem parte de um país que se motiva pela solidariedade (SILVA, 2005). Portanto, o princípio da não-interferência seria substituído pelo da não-indiferença, movido pela generosidade. Tais motivações influenciariam diretamente no desenvolvimento da missão, estabelecendo um melhor relacionamento e comprometimento entre força interventora e o país receptor.

Ressalte-se que desde o ano de 1948 o Brasil participou de mais de 30 operações de paz, cedido mais 24.000 homens, integrado operações em diversas partes do mundo, a saber: no continente africano (dentre outras, no Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão), no continente americano (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), no continente asiático (Camboja, Timor-Leste) e no continente europeu (Chipre, Croácia). Mesmo tendo enviado militares e policiais em vários casos, o país participou com unidades militares formadas, em apenas cinco missões de paz, que foram: Suez (UNEF I), Angola

(UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET) e Haiti (MINUSTAH).

4.3 A Resolução 1.542 do CSNU e a MINUSTAH

Quando da proposta da Resolução 1.542 de 30 de abril do ano de 2004, do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas), em virtude da deposição do presidente haitiano, Jean Bertrand Aristide, e a solicitação ao secretário-geral pelo chefe de Estado interino, o governo do Brasil decidiu votar pela aprovação, participar e liderar a missão denominada de MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), contando com apoio político, econômico e militar. Muito embora, que a posição da diplomacia brasileira sempre fosse defender atividades relacionadas com a Manutenção da Paz.

Em decorrência da existência de graves problemas internos enfrentados pela administração central haitiana, no ano de 2004, a ONU (Organização das Nações Unidas), atendendo ao pedido do governo local, institui, através da Resolução 1542, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), visando “contribuir para a segurança do povo haitiano e promover a manutenção da ordem democrática” (MRE, 2014). O conjunto das Forças de Defesa fica sob a coordenação do Brasil.

Para desenvolver efetivamente as atividades internas em território haitiano, as tropas brasileiras adotaram estratégias diversificadas como forma de ‘ganhar’ a confiança da população local, além do uso da força, usando também atividades de lazer (jogo de futebol entre as Seleções, brasileira e haitiana), sob o título: “o dia em que o Brasil esteve aqui”, com o “Jogo da Paz” no site da (CBF, 2015), bem como dito pelo (ME, 2004), e ainda é ressaltada a importância do jogo para a segurança e diplomacia do Brasil no Haiti (ME, 2004). Também, pode ser observado em (BIAZZI e NETO, 2007), além de outros atendimentos médico e social (distribuição de água e alimentos e até mesmo montagem e manutenção de creches em bairros carentes), superando as resistências e criando modelos para possíveis e/ou futuras intervenções, em outras partes, inclusive no território brasileiro (MD, 2014).

Na avaliação das autoridades brasileiras, a missão tem sido bem-sucedida, no restabelecimento da ordem interna, no combate à violência, especialmente contra as gangues que aterrorizavam, agindo livremente na capital Porto Príncipe, particularmente nas zonas de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire. No tocante a ordem democrática, desde então (MD, 2015) e a história dos dez anos da participação brasileira na Minustah, no Haiti (MD, 2014), até o presente momento, houve duas eleições presidenciais no país, que demonstra a estabilização do ambiente interno. (MRE, 2014).

Todavia, dentro deste contexto, no início do ano de 2010, mais precisamente, em 12 de janeiro daquele exercício, ocorre uma catástrofe natural, o país foi vitimado por forte terremoto 7.0 na Escala *Richter*, ocasião em que morreram aproximadamente 223.542 mil pessoas conforme dados do USGS (Centro de Pesquisas Geológicas dos EUA), que considera o maior desastre, após 2004, na Indonésia, quando morreram 227.898 mil pessoas, conforme mencionado no G1 mundo do dia 10/01/2010, citando lista dos maiores sismos, (USGS, 2010). Tal fato é também observado em matéria recente do G1 de 05/04/2016 (CAMPOS, 2016). Além de membros do EB (Exército Brasileiro), também pessoas civis de outras instituições da sociedade civil brasileira, inclusive funcionários da ONU (Organização das Nações Unidas), assim como a médica Zilda Arns (AGOSTINHO, 2011) e (DALMONTE e VIDAL, 2011) que, na ocasião, se encontravam ali servindo, em território haitiano, afirmam que também foram vitimadas em Porto Príncipe, capital do Haiti, mais de 1.5 milhão de pessoas deslocadas, além de milhares de feridos e amputados. (EB, 2011).

Apesar de tudo, conforme declarações do Estado-Maior das Forças Armadas (General José Carlos De Nardi), o Brasil vai retirar todo seu efetivo do Haiti, no ano de 2016, quando então terá utilizado cerca de 30 mil soldados, com 22 mortos, a maioria durante o terremoto de 2010, ao longo dos 11 anos de presença física naquele país caribenho. Segundo o Ministério da Defesa, até o ano de 2013, o país havia desembolsado R\$2,1 bilhões, porém a ONU, reembolsou 35% do montante gasto. Mesmo assim, as despesas do país nos dez anos da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), ou Missão de Paz no Haiti, foi de: R\$1,3 bi. Apesar disto e de todos os problemas enfrentados, especialistas e autoridades, avaliam a missão como positiva, tanto para o Brasil, quanto para o Haiti. (KAWAGUTI, 2014).

4.4 Atuações em Território Haitiano

As forças da Missão de Paz uma vez em território haitiano passaram a enfrentar as resistências de movimentos armados de ex-militares e das gangues. Inicialmente no bairro de Bel Air, o bairro mais antigo da cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, que em razão de sua localização, tornou-se ponto de atração para o êxodo rural, movimento migratório que, nos últimos 40 ou 50 anos, se deslocou, sobretudo para o interior do país, dando início ao processo de favelização, ao lado do Centro Administrativo do país. É um local que apesar de a maioria da população ser carente, é bastante politizada, tornando-se base de apoio de partidos políticos populares haitianos.

Com a renúncia do presidente Jean Bertrand Aristide, entra em cena os movimentos de gangues armadas. Assim, tão logo que chegam ao Haiti, tiveram de enfrentá-los com trocas de tiros, diariamente, com uma grande possibilidade de perdas de vidas humanas. Durante o processo de enfrentamentos, percebendo que não poderiam vencer as resistências somente com armas, lançam mão de ferramentas de ações psicossociais, tais como: distribuição de água e alimentos, material escolar, atendimento médico, como instrumentos de aproximação e apoio da população civil para ajudar a combater os meliantes.

Neste sentido, no terceiro mês da MINUSTAH, em território haitiano, que tendo no comando das forças militares (*Force Commander*), um General brasileiro (Augusto Heleno), foi organizado um Jogo da Paz, entre as seleções do Brasil e do Haiti, com a participação dos principais jogadores da Seleção Brasileira de Futebol na época, tais como: Ronaldo Fenômeno, Ronaldinho Gaúcho, Roberto Carlos, Cafu, Kaká, Adriano e tantos outros, tendo como treinador, o técnico Carlos Alberto Parreira e Mário Lobo Zagalo, como coordenador técnico, assim, no dia 18 de agosto de 2004, foi realizado no Haiti, o Jogo da Paz, evento promovido pelo governo brasileiro, buscando apoio popular para as ações militares na restauração da paz internamente.

Porém, no primeiro ano, as forças de paz enfrentam um problema, um surto de cólera, vitimando de morte cerca de 9.000 pessoas. Os primeiros levantamentos apontaram para tropas militares do Nepal, onde a doença é endêmica. Um exemplo de crítica é Juliana Belgrane, uma comerciante que reclama das dificuldades enfrentadas, as quais ela atribuiu às tropas da ONU, dizendo não ser tratamento de amigos e que perdão não cura enfermidades.

4.5 Questões de Infra-estrutura

A ausência de infraestrutura é uma das questões bastante deficitária enfrentada pelos haitianos na sua vida diária. O haitiano comum, não conta com serviços urbanos eficientes, como por exemplo: coleta de lixo doméstico, nem abastecimento de água potável encanada, sendo considerado um dos fatores contribuintes na dispersão de doenças como o vibrião colérico (cólera), para se espalhar como um rastilho de pólvora, pois a maioria das residências não conta com coleta nem tratamento de esgotamento sanitário adequados para a vida urbana. Ausência de serviço de atendimento de rede de saúde pública, bem como de um sistema de ensino público gratuito e universal. O país também se recende da ausência de organização econômica, dificultando a geração de empregos e rendas para sua população, o que certamente produziria riquezas interna e contribuiria para a redução das desigualdades sociais e o quadro de miséria coletiva.

4.5.1 O papel da ONG Viva-Rio

O país do Haiti é considerado o paraíso das ONG's (Organização não Governamental), atuando em diversas áreas, inclusive elas são muito criticadas por agirem à revelia do Poder Estatal, com agendas próprias, criando dificuldades para a frágil Administração Pública do Haiti. Dentro desse contexto, a ONG Viva-Rio, que em função da expertise, atuando em ambiente de comunidades carentes no Rio de Janeiro, foi convidada pela MINUSTAH e conta com total apoio da embaixada brasileira para ajudar e contribuir na solução de problemas em território haitiano. Conforme relatos de Igor Kipman, embaixador do Brasil no Haiti, em 2009. (VÍDEO, Ei You! O Haiti antes do terremoto, em 2009).

De conformidade com Daniela Bercovict, diretora adjunta da ONG Viva Rio no Haiti, uma organização não governamental brasileira, presente em território haitiano, no bairro de Kay Nou, Porto Príncipe, capital do país, diz “ser necessário aliar segurança com desenvolvimento e vice-versa”, pois só assim é possível alcançar melhores condições de vida internamente.

Neste sentido, eram desenvolvidos vários projetos para a geração de empregos e renda, dentre eles, a produção de mudas, para reflorestamento do próprio bairro e ampliar

para áreas rurais, com o intuito de combater a erosão que atinge as encostas dos vales que se encontram desnudadas, sem vegetação e com forte e intenso processo erosivo, tendo como consequências a perda de solo agricultável para o fundo de vales, causando enchentes e enxurradas nas áreas planas de fundo de vales, onde se concentram as nucleações urbanas, especialmente nas cidades, particularmente em Porto Príncipe, capital do país, onde vive a maioria da população pobre, migrante, proveniente de áreas rurais, e passaram a ocupar áreas socialmente deprimidas, se tornando vítimas das inundações. Em grande medida, pela ausência de rede de drenagem e esgotos sanitários, além de coleta e tratamento de lixo.

4.5.2 Saneamento básico e Alimentação

Visando superar alguns desses problemas, a ONG Viva Rio desenvolvia, em 2009, atividades de participação e integração social, por meio de projeto piloto, coordenado por Valmir Fachini (água e cultivo), que consiste na instalação de um biodigestor, que coleta e trata os excrementos humanos dos banheiros fazendo gerar biogás, além do tratamento e distribuição de água potável, com produção de proteína animal, peixes e patos, nas lagoas de decantação, bem como, produção de composto vegetal que serve na produção de mudas, através de plantas aquáticas que ajudam na filtragem e limpeza da água. O biogás produzido (50 m³ /dia de excrementos humanos, gerando a mesma quantidade de biogás por dia) é utilizado na cozinha e serve para membros da comunidade cozinhar os alimentos. As pessoas se deslocam até o local onde cozinham seus alimentos e os levam para casa. Servindo também para a geração de energia elétrica que é usada na sede da organização. Havia o pensamento de replicar o projeto em outras dez comunidades.

Ainda de acordo com Aíla Machado, outra coordenadora de projeto da Viva Rio, fala como é viver no Haiti, ela aborda algumas das dificuldades de relacionamentos diários, incluindo a questão do idioma, algo que dificulta em muito, as relações dia a dia, na compreensão dos códigos da linguagem e comportamentos, inclusive vestimentas, além de entendimento de situar-se no tempo social das pessoas, no nível de desenvolvimento socialmente alcançado, pois as pessoas locais encontram-se sem pressa para realizar as tarefas do cotidiano. Outra questão abordada por ela é o transporte que dificulta os deslocamentos diários. Além disso, a ausência de mão de obra qualificada e material de boa qualidade, causando uma série de obstáculos na execução e realização das tarefas. Portanto, uma série de situações que determinam muito da interpretação do observador, exigindo maior e melhor crescimento do profissional envolvido na situação.

A despeito da vida em território haitiano, permite ao observador, um grande desafio, que o ensino/aprendizagem, no tocante ao uso de tecnologias mais avançadas e necessárias para melhorar no desempenho das diversas atividades da vida dos habitantes locais, tão carentes de recursos, inclusive, empregos que contribuam para sobrevivência familiar e da sociedade.

Foto 7 - Haiti – Rio Transformado em Esgoto a Céu Aberto

Fonte: Ópera Mundi³⁰

Na observação de Roseana Kipman, embaixatriz do Brasil no Haiti (antes do terremoto), que trabalha com serviço social há mais de 45 anos, diz que ao chegar ao local encontrou a situação ideal, pois para onde se olhava via-se o muito a fazer. A organização social do país é tribal, onde impera a lei do mais forte, especialmente na questão alimentar, a partilha do alimento ocorre primeiro do maior para o menor, que só come quando sobra. Nesse contexto, a fome assola a grande maioria da população, particularmente as crianças que são frágeis e excluídas.

A ONG viva Rio desenvolve importantes projetos sociais no país, tentando disseminar a paz, mas a fome é uma das maiores adversárias de qualquer tentativa de pacificação interna no país caribenho. Haja visto a produção e consumo de biscoitos de barro, por crianças que enganam a fome diariamente, e também é vendido como produto gerando renda por parte de algumas mulheres. Os tais biscoitos, chamados de “Tê” são semelhantes a panquecas, sendo uma mistura de barro com água, sal e gordura e secos ao

³⁰ Disponível em: http://www.operamundi.com.br/media/images/6682219339_06fa4e5ff5_z.jpg

sol, como pode ser observado (Foto 8). Conforme diz, Marie Timouche, 33 anos, ‘espantar a fome’. Ela diz que: “Dá até para ganhar um pouco de dinheiro”, ela diz que é mãe de quatro filhos e quando a família não doações, o “Tê” é a única refeição diária. A produção de biscoitos de barro em Cité Gerard, na grande Cité Soleil, uma das maiores e mais violenta favela haitiana, onde vivem aproximadamente 400 mil pessoas e 90% delas desempregada.³¹

Foto 8 - Haiti – Biscoitos de Barro

Fonte: Análise em Foco³²

4.5.3 Educação e Saúde

A história do Haiti é um exemplo de contrastes, a mais rica colônia francesa no séc. XVIII tornou-se o país mais pobre do continente americano no final do séc. XX. Exemplo de particularidades e pontos comuns com outros povos do Caribe e América, a cultura tipo crioula, no conjunto dos povos caribenhos, a língua crioula ao lado do francês, tornou-se língua oficial haitiana, com a Constituição de 1987. Desde o contato com o cristianismo europeu e as religiões ancestrais africanas, desenvolveu-se no Caribe e América Latina, o

³¹ Blog do Gilberto Lima. Disponível em: <http://www.gilbertolima.com.br/2009/07/na-haiti-biscoito-de-barro-engana-fome.html>

³² Disponível em: <http://www.analiseemfoco.com.br/site/noticia.php?noticia=969&cod=1&sub=0>

vodu, que junto com religiões cristãs, o berço cultural para o povo haitiano. Nesse contexto sociocultural se desenvolve o sistema educacional do Haiti.

Os princípios do sistema educacional da nação haitiana são herdados do período colonial francês, reproduzido após a independência do país, porém os fundamentos do Estado-nação são marcados por incertezas e ameaças, com grandes repercussões nas políticas educacionais, desde os primeiros governantes. Mesmo acreditando na importância da educação para o desenvolvimento social e econômico do povo, criação de escolas rurais e urbanas, campanhas de alfabetização aos camponeses, as coações políticas e econômicas, a lógica desigual na distribuição dos bens sociais, os diversos projetos de reformas não produziram os resultados esperados. Denunciando que as desigualdades das oportunidades escolares estão na base da orientação do sistema educacional. A título de exemplo, dos aproximadamente, 400 mil, crianças e jovens, em 1894, só 8% delas eram escolarizados. Transcorridos um século (1995), do total de três milhões de crianças em idade escolar (5 a 14 anos), apenas 52% estavam escolarizadas e os 48% não podiam ir à escola, a percentagem de 79% no meio rural. (JOINT, 2008)

Por isso, uma das grandes ruínas haitianas é seu sistema educacional, fortemente afetado com o terremoto. De conformidade com informações do governo local e agências internacionais, mais da metade dos estabelecimentos de ensino foram fisicamente destruídos, além da morte de centenas de docentes e funcionários das escolas, e mais, milhares de alunos de todos os níveis de ensino. Também, a perda de pessoal técnico e responsável pela administração e gestores que trabalhavam no Ministério de Educação, provocando danos irreparáveis ao combalido sistema educacional do país.

As raízes históricas do país mostram que o problema vem de longa data, por exemplo, o presidente Alexandre Pétion (1807 a 1818), ao iniciar sua gestão, promete escola para todos, mas ao término de seu governo, o país contava com duas escolas de saúde, um instituto e uma escola de primeiro grau para homens (Louis, 2010).

Ainda no governo de Fabre Nicolas Geffrard, no ano de 1860, o Estado haitiano assina tratado com a igreja católica para desenvolver e criar escolas em todo o país, tornando assim, privado o sistema nacional de educação, seduzido pelas vantagens oferecidas ao clero, tais como: doações de terrenos, subsídios para o pagamento de professores dentre outras contribuições que foram definindo a fisionomia do sistema

escolar, com o crescimento das instituições particulares, causando o abandono estatal, tais características são mantidas até o presente momento.

O avanço da privatização do sistema escolar, conforme idealizado pelos pais da pátria não atingiram os objetivos imaginados, tanto que no centenário de independência, dos possíveis 350 mil crianças em idade escolar, apenas um pouco mais de 30 mil frequentava a escola, pública ou particular, denunciando o abandono do sistema educacional nacional haitiano, largado a própria sorte, inclusive do país como um todo. Uma cruel evidência, o país mais pobre das Américas, um dos mais miseráveis do mundo, possui o sistema escolar mais privatizado de todo o continente, com 90% das escolas sob o controle das igrejas, ONGs e pequenos empresários, atendendo mais de 80% da população escolar. Isto não é paradoxo, é política de abandono, desprezo à dignidade humana. (GENTILI, 2010)

Com relação ao setor saúde no Haiti, as doenças infectocontagiosas podem ser explicadas pelo fato de nenhuma cidade possuir sistema de esgotamento sanitário (apenas unidades de tratamento isoladas de águas residuais). Tais procedimentos contribuem para poluir quase todas as 18 fontes de fornecimento de água da capital, Porto Príncipe, para agravar ainda mais a situação, os sistemas de drenagem são insuficientes e ineficientes, gerando graves inundações durante as tempestades. (MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, 2013)

4.6 O Terremoto e seus Desdobramentos

O processo de reconstrução do Haiti pós-terremoto teve alguns importantes episódios, que podem justificar a intensidade do movimento de emigração, buscando melhores condições de vida em outros países, particularmente no Brasil. Tomando como exemplo o anúncio da contribuição de recursos dos EUA, destinados a ajudar com obras de infra-estrutura e assistência às vítimas do cataclismo, demonstra as dificuldades enfrentadas por empresas haitianas dentro do processo. De conformidade com informações veiculadas em 19 de janeiro de 2012, do Operamundi.uol.com.br/noticia, elas apontam que mais de 1500 contratos concedidos pelo governo americano, com valores estimados em mais de 204 milhões de dólares, até o terceiro trimestre de 2011, foram firmados apenas 23

contratos, no valor estimado de 4.8 milhões de dólares destinados às empresas haitianas, quando do estabelecido em convênio, conforme constatado por auditorias realizadas pelo inspetor geral da USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, sigla em inglês), previa-se a distribuição justa entre companhias de ambos os países (EUA/Haiti).

Diante do procedimento americano de exclusão, ou baixa incorporação das firmas haitianas, traz no seu bojo as dificuldades internas da recuperação econômica, via geração de empregos, para os trabalhadores haitianos em seu território, tendo em vista que as empresas estadunidenses trazem o pacote completo (material e trabalhadores), deixando de lado as condições que pudessem contribuir para melhorar as condições de vida dos nacionais do Haiti. O dinheiro liberado é repassado para as empresas e ONGs que administram os recursos disponibilizados para cobrir despesas com projetos de infraestrutura no país caribenho, pós-terremoto, onde dor vira lucro e menos solidariedade, porquanto os acordos firmados, estabeleciam compromissos dos contratadores americanos do programa “dinheiro por trabalho”, alcançando apenas 30% dos trabalhadores haitianos, previstos em contrato, em setembro de 2010. Não houve, portanto, seguridade nas negociações americanas.

Na afirmação do presidente do Comitê de Ajuda Haitiana de Washington, Bob Remy, “esse programa ‘dinheiro por trabalho’ foi uma piada completa”, complementando, “eles deram baldes e vassouras aos haitianos para remover entulho. O fundo para reconstrução deveria limpar a capital do Haiti e ao mesmo tempo criar empregos”. Mas, segundo o Centro para Economia e Pesquisa Política, de Washington, até setembro de 2011, apenas 2,4% dos contratos do governo americano foram para empresas haitianas, enquanto 35,5% contemplaram empresas do mesmo círculo, sediadas em Washington, Maryland e Virgínia.

Entretanto, de acordo com o relatório, as agências tiveram dificuldades de contratar pessoal, em planejar projetos e concessão de contratos de reconstrução do Haiti, pós-terremoto, em função da precariedade infra-estrutural, ausência de conhecimento e capacidade técnica empresarial, equipamento pesado aprovados pela USAID, abrindo caminho para contratar empresas americanas e ONGs, com pessoal com qualificação e experiência em desastres naturais. (CENTER FOR PUBLIC INTEGRITY, 2012)

4.7 Procurando Superar as Dificuldades

Visando corrigir alguns problemas internos em seu país, o embaixador do Haiti no Brasil, Madsen Cherubi, em 27 de abril de 2015, esteve com o vice-presidente da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), Cezar Müller, (Foto 9), ocasião em que o representante haitiano tratou sobre possibilidades de negócios. Na oportunidade, o diplomata, informou ao líder do empresariado gaúcho sobre a oferta de incentivos destinados a empresas estrangeiras. “Oferecemos isenção de imposto durante 15 anos da implantação”. Ressaltando o diferencial da localização geográfica, distando 1h:30min de avião dos EUA, e 72 horas de navio, com mercado favorável à exportação de vários produtos isentos de impostos, destacadamente o têxtil, que conta com abundância de mão de obra local. “Investimentos externos possibilitariam a criação de empregos, para que os haitianos não precisassem sair do país em busca de oportunidades”.

Foto 9 - Embaixador do Haiti e o Vice-Presidente da FIERGS

Fonte: FIERGS³³

Em resposta, o vice-presidente da FIERGS se mostrou favorável às possibilidades de negócios com investimentos no exterior e colocou a estrutura da entidade à disposição,

³³ Disponível em: http://www.fiergs.org.br/sites/default/files/dsc_7112.jpg

particularmente os Conselhos de Relações Internacionais e Comércio Exterior e de Infra-estrutura. O mesmo observou que “as indústrias do Estado têm todo o interesse em expandir as relações comerciais com outras nações, precisamos diversificar para crescer” e que hoje, o Rio Grande do Sul exporta, aproximadamente, US\$5 milhões ao ano para o Haiti, mas o Estado ainda não importa nenhum produto daquele país caribenho. (FIERGS, 2015)

Vencidos os problemas dos primeiros anos pós-terremoto (janeiro de 2010), a ordem deste momento é criar oportunidades, através da geração de emprego e renda internamente no Haiti, tentando romper com a miséria da maior parte da sua população, com aproximadamente 44% dela vivendo com menos de 1,25 dólares ao dia. Procurando superar tal problema, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU, e que trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano, resolveu atuar no Haiti. Presente em diversos países do mundo afora, colaborando com governos, a iniciativa privada e com a sociedade civil ajudou milhares de pessoas em defesa de uma vida mais digna, caso imperioso no Haiti pós-terremoto.

Retomando questão anterior, relembra-se que desde a chegada do Brabat (Batalhão Brasileiro de Infantaria de Força de Paz – sigla em inglês), em território haitiano, ele participou e contribuiu, intensamente, no processo de reconstrução do país, inclusive na geração de emprego e renda, convertendo nas manhãs de sábados, num espaço denominado de Feira da Paz -- parte da entrada da área ocupada pelo batalhão -- para realizar exposição de quadros e artes de pintores e artesões, além de outros produtos que ali são comercializados, estimulando a economia e melhorando a renda das famílias locais.

Tudo em prol da reconstrução de vidas econômicas no Haiti, considerando os danos materiais calculados em 14 milhões de dólares, causados pelo terremoto, que afetou grande parte da infra-estrutura e danificou os sistemas de transportes e financeiros, com o fechamento de muitos postos de trabalho, ficaram caóticas as condições de vida, até então complicadas para a maioria da população residente na capital (Porto Príncipe) e arredores. Frente a tais dificuldades, cunharam a senha para deixar o país e, assim, o Brasil tornou-se um dos destinos mais procurados pelos haitianos.

Hoje, passados alguns anos daquela catástrofe natural, e superado momentos de desencontros emergenciais, entre os países doadores e os projetos de reconstrução e

reestruturação do local, é importante retomar algumas questões. A ordem agora, segundo a diretora do PNUD, é emprego, emprego, emprego, como forma de reduzir a pobreza, permeando todos os projetos e programas da agência, tendo criado mais 400 mil empregos temporários nos últimos anos, além de formar mais de uma centena de operários em edificações antissísmicas, em alvenaria, e também a promoção de reparos em residências superior a 1.5 famílias, e construir mais de 400 casas. Entretanto, acredita-se ser preciso uma solução mais duradoura e sustentável, na criação de outras fontes de renda, não só em Porto Príncipe, mas em todos os departamentos do país, observa Sophie de Caen.³⁴

Dentro do processo de reconstrução, contou-se, também, com a contribuição dos embaixadores da Boa Vontade, junto ao PNUD, constituída por jogadores de futebol de fama internacional (Ronaldo, Drogba e Zidane), em jogo contra a pobreza, realizado em Portugal, assistido por 55 mil expectadores, com arrecadação de mais de meio milhão de dólares (767.000), recursos destinados a ajudar os haitianos vitimados pelo terremoto. Com isso, partiu-se para a construção de um campo de futebol comunitário, iniciativa que gera empregos e inclusão social.³⁵

Ainda, com apoio do programa das Nações Unidas, houve iniciativas como a reconstrução do prédio destinado ao funcionamento de oficinas para mulheres desenvolverem atividades profissionais, gerando renda e apoio financeiro no interior das famílias, apesar das dificuldades de qualificação para o trabalho. Ao final, os resultados foram satisfatórios, com persistência evoluíram na realização dos trabalhos, deixando-as orgulhosas, reforçando-lhes a auto-estima, felizes e realizadas por fortalecer e integrar como empreendedoras do setor privado e comunidades.

4.7.1 Transportes e Energia

Um dos itens importantes para a circulação de pessoas e mercadorias é o transporte, porém para sua efetiva utilização é necessário a existência de vias circulatórias, que se

³⁴ NAÇÕES UNIDAS. *Gerar empregos é nossa prioridade agora no Haiti*. Portal das Nações Unidas no Brasil. 20 de abril de 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/exclusivo-gerar-empregos-e-nossa-prioridade-agora-no-haiti-afirma-chefe-do-pnud-no-pais/>

³⁵ CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. **Futebol: 33 000 espectadores assistiram ao Jogo contra a Pobreza**. 15 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/desenvolvimento-social/30125-futebol-33-000-espectadores-assistiram-ao-jogo-contra-a-pobreza>

complementem numa espécie de teia, ou rede hierarquizada, de modo a atender com transportes todas as partes do território, ou maior parte dele, senão as mais importantes. Pois bem, no Haiti, esse sistema é bastante deficiente, ou praticamente inexistente, as estradas existentes são precárias dificultando as ligações entre as principais cidades do país³⁶.

³⁶ NAÇÕES UNIDAS. **Haiti precisa de investimentos em infraestrutura para combater cólera.** 12 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/haiti-precisa-de-investimentos-em-infraestrutura-para-combater-colera/>

CAPÍTULO 5: MIGRAÇÃO – BREVE HISTÓRICO – CONCEITO

5. Migração – Breve Histórico

5.1 Migração – Aspectos Gerais

A migração é um fenômeno amplo e complexo e de difícil conceituação, o ser humano desde os tempos mais remotos vem fazendo uso de tal expediente, e o faz motivado pelas mais diferentes razões. Por motivos de guerras, fome, conquistas territoriais, desentendimentos políticos, conflitos religiosos, problemas econômicos, ambientais e tantos outros. Tendo como pano de fundo, “melhores condições de vida”.

Desde Ghengis Khan, com suas conquistas nas estepes asiáticas, passando pelos Impérios Romano, Otomano, e etc., as viagens para o ‘Além-Mar’, a qual trouxe a descoberta das Américas, além de tantas outras incursões, sempre foram complexas e permeadas por uma variedade de motivações.

Portanto, as migrações internacionais não são uma invenção do século XX ou da modernidade, fazem parte da história de humanidade, que ganhou significativo aumento quantitativo, a partir de 1945, especialmente, nos anos 80, conforme Simmons (1987).

O olhar de Vilém Flusser, apud Charles Feitosa, na Revista Polichinelo, 05/09/2011, avista que:

O imigrante é para o enraizado alguém ameaçador, pois expõe a fragilidade do lar sagrado. O arrivista é alguém que já está no lugar, mas não inteiramente, é um aspirante à residência, taxado de recém-chegado pelos locais, para que estes possam se sentir mais seguros na sua moradia. Com a chegada dos migrantes surge um polêmico diálogo que tanto pode gerar um *pogrom*³⁷ ou um enriquecimento da pátria, ou ainda uma libertação do enraizado de suas raízes. (FLUSSER apud FEITOSA, 2011)

E continua mostrando discutindo a questão estabelecendo outras bases, em sua análise, deslocando do problema concreto (socioeconômico) para o mundo da subjetividade (ontológico), ao relacionar patriotismo dentro de lógica estética. Segundo

³⁷ Movimento organizado visando o extermínio de certas coletividades, em especial dos judeus. Chacina de judeus. [] Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pogrom/>

Flusser, “toda casa é para seu morador algo bonito, sente-se seguro, tranquilizado, não muda, permanece. Enquanto o que vem de fora é inabitual, estranho, incômodo”. A lógica estética torna tudo belo quando incorporado à casa, mas torna tudo feio quando algo é expelido, banido ou expulso.

Portanto, os deslocamentos de populações, em contextos variados, ao longo do tempo, desde os povos bárbaros, asiáticos até os migrantes da atualidade, grupos populacionais põem-se em movimento: fogem de perseguições étnicas e repressões múltiplas, lutam por hegemonia de novos territórios (exemplos dos curdos e catalães), vislumbram a possibilidade de terras e mercado de trabalho mais promissores. A cada nova ordem política mundial, em diferentes escalas espaciais, promove uma crescente complexidade ao conceito de mobilidade como expressão de organizações sociais.

Neste sentido, fatos como a queda do muro de Berlim, em 1989, a crise do Golfo, onda de refugiados africanos, tangidos pelos confrontos tribais e ditatoriais e lutas nacionalistas, a guerra civil na Iugoslávia e posteriormente na Albânia, são exemplos trágicos, inclusive com grandes alterações no mapa do mundo. Essa nova geografia político-econômica demonstra situações de extrema miséria na África e América Latina, originando fluxos migratórios de magnitude considerável, caracterizando o fenômeno migratório dos anos 90. Apesar da crescente flexibilização dos mercados de trabalho, com o aumento da exclusão social, junto de mudanças nas configurações étnico-cultural das áreas de destino, impondo a construção de novos “muros da vergonha”, opondo-se aos fluxos migratórios e à formação de um novo “muro”, que separa ricos e pobres.

5.2 Migração – Conceito

Apesar da longa existência do fenômeno migratório, durante longo período no tempo, não havia nenhuma lei que a definisse, disciplinasse e/ou conceituasse. Neste sentido, os primeiros ensaios sobre a temática passaram a ser desenvolvidos no Reino Unido, a partir do século XIX (1881), cuja tarefa consistia em determinar a intensidade da migração interna, entre os residentes dos vários condados existentes, sendo bastante complexo e complicado realizar a classificação de uma pessoa natural residente interna, como migrante. Para fazê-lo era necessário observar uma série de requisitos, tais como

local de residência, distâncias percorridas entre as cidades e assim por diante. Por isso tudo fica difícil e complicado determinar um padrão único para converter alguém em migrante dentro do território do Reino Unido (especialmente envolvendo cidades fronteiriças entre, Escócia, Irlanda e Inglaterra), para instituir uma lei naquela época. E foi dentro dessa ótica que foram desenvolvidas e instituídas as primeiras Leis da Migração. E.G. Ravenstein diz que:

A melhoria das estradas, as facilidades oferecidas pelo sistema de transporte ferroviário, o espetacular desenvolvimento da marinha mercante, o hábito de viajar e a crescente educação dos trabalhadores, vem facilitando o fluxo de pessoas dos locais onde não há procura pelo seu trabalho para áreas onde se manifesta esta procura. O estabelecimento de uma manufatura ou exploração de uma nova mina reúne homens não só das vizinhanças, mas, também, das mais remotas partes do reino.

E ele continua afirmando:

As grandes cidades proporcionam facilidades tão extraordinárias à divisão e à combinação do trabalho, ao exercício de todas as artes e à prática de todas as profissões que, a cada ano, um número maior de pessoas nelas passa a habitar. Outros aspectos que induzem a migração são as facilidades educacionais, a salubridade do clima ou a carestia da vida. (RAVENSTEIN, p.26).

No Brasil, apesar da sua histórica formação, somente a partir da década de 1940 é que os primeiros trabalhos sobre Migrações Internas foram sistematizados, surgindo e realizados, inicialmente, em São Paulo, pelos pesquisadores, Unzer de Almeida e Teixeira Mendes Sobrinho, na modalidade de **Migração Rural Urbana**, sendo o único que registra o fluxo em direção à capital, época da industrialização paulista.

Posteriormente, L. A. Costa Pinto, lança o trabalho intitulado de **Migrações Internas no Brasil**, no qual o autor analisa os dados censitários de 1940, enriquecidos com novos elementos. Naquela oportunidade se observou que mais de 8,5% da população total dos brasileiros moravam fora de seus Estados de nascimento e que o Distrito Federal concentrava a maioria dessa população, que era proveniente dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Todavia, a partir destes trabalhos supramencionados, vários outros trabalhos abordando a temática, foram lançados nas décadas seguintes. Desta maneira, à medida que se avança no tempo, vários outros estudiosos passaram a observar o deslocamento

populacional, intra e extra-regional, destacadamente no Sul e Sudeste do país, onde o desenvolvimento de forças produtivas possibilita melhorias nas relações de produção. E, assim, por meio da implantação das técnicas agrícolas e implantação industrial, fica fácil vender o discurso do sonho da vida na cidade (vida urbana).

Entendendo-se por migração interna um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provoca o deslocamento horizontal de pessoas representantes de todas as classes sociais, que por diversas razões deixam o seu local (município) de nascimento indo morar noutro. Isso demonstra que o processo migratório não é algo mecânico que ocorre entre um pólo de expulsão e outro (município) de atração.

O processo migratório nasce e se desenvolve num contexto social historicamente determinado. No Brasil, apesar do isolamento inter-regional, pode-se observar a presença de grandes correntes migratórias. Estes fluxos populacionais ocorreram, ora no âmbito de uma mesma região, ora de outra. Mas sempre resultaram do apogeu ou decadência dos ciclos econômicos como do açúcar, do ouro, do café e o da borracha. Este último será destacado para demonstrar, rapidamente, a sua importância na ocupação, formação e desenvolvimento do Território do Acre (e expansão do Brasil), posto que, houve uma forte presença do migrante interno.

Os migrantes oriundos, sobretudo, da região Nordeste do país foram importantes na ocupação, conquista e desenvolvimento territorial desta parte do Extremo Ocidental da Amazônica brasileira, através dos deslocamentos internos do populacional, constituindo-se a migração interna de parte da população, especialmente do Ceará, que ao chegar à região das cabeceiras dos altos cursos dos rios, rica em seringueiras de boa qualidade, passaram a desbravar e ali se estabeleceram, apesar dos enormes desafios e dificuldades encontrados. Diziam eles, no período inicial, ainda depois da metade do século XIX, que seria melhor viver livre na grande Hiléia do que morrer escravo nas fazendas de café do Sudeste.

As motivações internas continuam sendo bastante complexas, especialmente em tempos hodiernos, com avanço nas comunicações, transportes e variedades de profissões e oportunidades vivenciadas na atualidade.

Embora haja grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas. Esta fragmentação seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas.

A primeira dimensão do conflito seria se o tema deveria ser estudado de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica – diacrônica. Enquanto a segunda dimensão seria em relação ao *locus* da ação de migrar. Ou seja, a migração melhor compreendida, a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo. A terceira dimensão diz respeito ao nível de análise – indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão. Por último, ter-se-ia o impasse em relação à ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. Segundo Massey (1990) “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. O autor ressalta a importância de se elaborar uma teoria sobre as migrações que incorporasse, simultaneamente, vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

Segundo Barbieri (2007:226), os fluxos migratórios em áreas de fronteira agrícola seriam assim explicados:

[...] tanto por fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar e motivações ou aspirações pessoais quanto por uma diversidade de fatores contextuais especialmente relacionados à comunidade local, a mudanças estruturais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações. (BARBIERI, 2007, p. 226).

Outra carência, apontada por Barbieri (2007), nos estudos sobre mobilidade populacional, é a de uma clara definição do termo migração (enquanto mudança permanente de residência) que a diferencia de outras formas de mobilidade temporária. Brettel & Hollifield (2000) também destacam as várias formas como o tema migração tem sido tratado na literatura científica por antropólogos, historiadores, demógrafos, sociólogos, economistas, cientistas políticos e especialistas em direito. Eles ressaltam a necessidade de se desenvolverem trabalhos com maior interdisciplinaridade e destacam pontos nos quais as questões e abordagens proposta por cada ramo do conhecimento se aproximam dos outros.

Nessa perspectiva, Brettel & Hollifield (2000) e outros propõem que sejam construídas “pontes” entre as disciplinas, ressaltando que já existe um bom intercâmbio entre algumas delas, havendo, entretanto, uma necessidade de que outras disciplinas sejam incorporadas na discussão de temas tratados quase exclusivamente por outras.

5.3 Algumas Teorias Migratórias

5.3.1 Aspectos da Teoria Micro

Para os teóricos da Teoria Microeconômica Neoclássica (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969), os indivíduos são seres racionais, que hierarquizam suas preferências e maximizam suas escolhas, a partir de informações sobre o diferencial de renda entre a sua região e outros lugares. Desta forma, o migrante é um indivíduo racional que decide migrar calculando os custos e benefícios dentro de uma expectativa positiva, geralmente monetária, alcançada pelo o deslocamento. Sendo assim, os indivíduos escolherão como destino, locais onde possam ser mais produtivos, considerando suas habilidades. No cálculo racional, desenvolvido pelo migrante, ele levaria em consideração o salário que irá receber e os custos associados ao movimento migratório.

Harris e Todaro (1970), em contraste à Teoria Macroeconômica Neoclássica, que pressupõe o pleno emprego, e avançando, também, em relação à Teoria Microeconômica Neoclássica, consideram que os movimentos migratórios são provocados não apenas por diferenças salariais entre duas regiões, mas, também, por diferenças nas taxas de emprego. Deverá existir ao menos uma dessas diferenças para que o movimento migratório ocorra. Assim, as migrações ocorreriam até o ponto em que fossem equalizadas as expectativas de renda.

Conforme Ortelinda Gonçalves, (2009), as chamadas “Leis da Migração”, procuram explicar e caracterizar os movimentos migratórios, utilizando as principais teorias. Por exemplo, a teoria micro aborda a migração no âmbito do indivíduo. Enquanto, a teoria macro, explica os movimentos migratórios aliados a fatores históricos estruturais e a perspectiva dos grupos sociais. Considerando a migração como um fenômeno social que aparece sob diferentes formas, ao longo da história humana. O avanço no

desenvolvimento dos transportes, informação e comunicação, favoreceu a mobilidade de tal maneira, tornando as migrações internacionais num dos principais fatores de transformação e desenvolvimento dos países e/ou regiões.

Para melhor compreender essa nova ordem do século XXI, os movimentos migratórios são descritos e explicados por meio de múltiplas variáveis demográficas, sociais e econômicas das regiões de origem e destino. Neste sentido, Jansen (1969, p.60), diz que:

[...]a migração é um problema demográfico, influencia a dimensão das populações na origem e destino; um problema econômico, muitas mudanças na população pelos desequilíbrios econômicos; um problema político, nas migrações internacionais, com restrições e condicionantes aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; uma psicologia social, pois o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso de integração na sociedade de acolhimento; um problema sociológico, pois a estrutura social e o sistema cultural, nos lugares de origem e destino, são afetados pela migração e afetam o migrante. (JANSEN, 1969, p.60).

Na observação de Castles (2005, p.16-17), migrar significa “estabelecer residência por um período mínimo de seis meses a um ano”, enquanto, Mangalam (1968, p. 13-16), define a migração como “um movimento (no espaço) entre sistemas de interação”. Entretanto, Salt (1987, p.244) diz que “o desenvolvimento econômico é desigual a nível mundial e as migrações internacionais são uma resposta a essa diversidade espacial”.

Todavia, mais importante que compreender o conceito de migração, é entender a forma como o processo migratório ocorre. A causa mais evidenciada das migrações é a disparidade inter-regional quanto aos níveis de rendimento, emprego e de bem-estar social (Castles, 2005, p.22). E mais, “o estudo das migrações como ciência social no seu próprio direito [...] é fortemente multidisciplinar na sua teoria e metodologia”. (CASTLES, 1993, p.30). Portanto, dentre o conjunto de “leis da migração”, nenhuma de suas correntes supera o desejo intrínseco à maioria dos seres humanos de melhorar as suas condições materiais de existência. (Vol. 48, Journal of the Royal Statistical Society (1885, p. 710); Ravestein (1885, p. 198) e Lee (1969, p.286-287).

Os modelos neoclássicos de análise sobre migrações englobam estrutura de custos e benefícios contabilizados, sob o ponto de vista do indivíduo, nos locais de origem/destino, e em alguns casos, do ponto de vista da família (Wood, 1982, p.54). Sob a influência da teoria econômica clássica, ela relaciona-se com as teorias de mercado de trabalho, baseando-se na perspectiva de equilíbrio, e equacionam “a mobilidade geográfica dos trabalhadores, em resposta aos desequilíbrios na distribuição dos fatores terra, trabalho, capital e recursos humanos” (Rocha-Trindade, 1995, p.75). A mobilidade populacional onde há abundância de oferta de mão de obra, baixas remunerações e escassez de capital, para locais onde a mão de obra escasseia e os salários e o capital são mais elevados.

De conformidade com os neoclássicos, as migrações têm raízes econômicas com a “disparidade nos níveis de rendimento, emprego e bem-estar social entre diferentes países (CASTLES, 2000, p.272). “Este modelo neoclássico não considera a dinâmica do processo histórico” (RAMOS, 1990, p.36), nem esclarece os fatores estruturais subjacentes aos padrões migratórios observados no longo prazo.

5.3.2 Aspectos da Teoria da Modernização

A ênfase da teoria da modernização (Mitchell, 1969; Mayer, 1961) é dada as decisões racionais e econômicas progressivas dos migrantes, entre os países emissores e receptores, o fluxo migratório contribui para o desenvolvimento econômico de ambos (emissores e receptores). Porém, quando se analisa as remessas dos emigrantes e a migração de regresso fica demonstrada que tais poupanças, geralmente, são gastas no consumo e menos em investimentos econômicos, e as qualificações realizadas no estrangeiro, nem sempre são efetivamente aplicados nos seus locais de origem, quando do retorno (MASSEY et al., 1994). Embora elementos dessa teoria possam responder o “porque” das pessoas migrarem, a abordagem histórico-estruturalista desvia à atenção das motivações e adaptações individuais para processos macro dos níveis que moldam e mantêm os movimentos populacionais. Entretanto, Massey (1990) desenvolveu o modelo custo/benefício, numa equação que comporta os custos da emigração com os ganhos esperados no destino, em sendo positivo, o indivíduo optará pela migração.

5.3.3 Aspectos da Teoria do Capital Humano

Outra teoria que busca explicar o contexto das migrações é a do “capital humano”, adotada na década de 60 do século passado, essa teoria defende que a educação e a saúde, através da prevenção de doenças, devem ser o principal investimento para o desenvolvimento dos recursos humanos, constituindo os fatores indispensáveis para vencer a pobreza. Nesse sentido, emigrar é considerado um investimento e não uma despesa, conforme observado por Sjaastad (1962, p.83); (BECKER, 1964); (SCHAEFFER, 1985). Contudo, o conceito de humano é polêmico, tanto que Perroux (1958) citado por Ramos (1990, p.51) diz que “o homem não é um capital, um bem material submetido a um plano de emprego. O homem é “sujeito” e, neste sentido, toda a economia deve dirigir-se para ele e não contra ele”.

5.3.4 Aspectos da Teoria Histórico-Estrutural

Alargando mais o olhar sobre migração, sob o manto da abordagem histórico-estrutural da migração, há, dentre tantos estudiosos, Singer (1973), Piore (1979), Wood (1982), que abordam os movimentos migratórios dentro de uma perspectiva ampla, considerando a migração como consequência da desigualdade econômica entre as regiões. Singer (1973), em seu estudo, demonstra que as migrações estariam condicionadas pelas características estruturais da industrialização, o crescimento demográfico, com a alta taxa de fecundidade, modernização da produção, como fatores de mudança contra estagnação, as novas técnicas de produção com aumento de produtividade reduzem a oferta de emprego, forçando a saída da mão de obra excedente para outras regiões.

Todavia, Wood (1982) adota a família como unidade de análise, a emigração familiar coletiva visa melhorar o nível de vida mais rapidamente, adotando a estratégia de distribuir os membros familiares por diferentes atividades produtivas, reduzindo os riscos do mercado de trabalho.

5.3.5 Aspectos da Teoria do Sistema e a Globalização

A teoria migratória do sistema mundial, cunhada a partir da organização dos Estados territoriais nacionais, ocupando todas as terras do planeta, e a economia num sistema integrado mundial, originando uma economia mundial, tem a Europa como centro,

inserindo-se e dominando as periferias, integrando-as na rede mundial de trocas e na divisão internacional do trabalho. Assim, como a mundialização econômica e a crescente internacionalização das trocas sempre esteve presente na origem do sistema mundial, este o tornando cada vez mais complexo, fluído e móvel. Isto faz as economias nacionais dependentes das redes mundiais de troca, promovendo, progressivamente, o sistema econômico internacional num sistema planetário.

Assim, a periferia se insere de modo particular na rede de trocas da economia do mundo, especialmente por meio da divisão internacional do trabalho, promovido e desenvolvido pelas potências dominantes da economia mundial, dentro de um processo de periferização, com a implementação da reestruturação produtiva das regiões sobre o controle político ou econômico do centro da economia do mundo, moldando as características do consumo final ou intermediário (ORTELINDA GONÇALVES, 2009).

5.3.6 Aspectos da Teoria dos Sistemas Migratórios e as Redes Sociais

Esta é uma teoria com abordagem interdisciplinar dos fluxos espacial da migração dos “sistemas migratórios”, como afirma (SALT, 1989, p.439-442). A presente teoria considera a existência de conjuntos de dois ou mais países envolvidos por migrações nos dois sentidos. Massey et al. (1993) consideram os fluxos migratórios estáveis durante um período de tempo, relativamente prolongado. Esta teoria engloba “a interação das estruturas micro (papel das relações sociais informais, da informação, do capital cultural das famílias e das comunidades) com as estruturas macro (economia, política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermediárias, atuando entre os migrantes e as instituições políticas ou econômicas” (CASTLES e MILLER, 2003, p.28).

De conformidade com Castles (2005), os primeiros fluxos migratórios tendem a atuar como um fator exógeno, justificado por um movimento de jovens pioneiros. Depois, as cadeias migratórias repetem-se, com a ajuda de quem se encontra nos países de destino (redes sociais). Neste sentido, argumenta Lee (1996) que o conhecimento da realidade do país de acolhimento permite que os primeiros migrantes conduzam as vagas migratórias posteriormente. As teorias das redes sociais defendem o papel das redes migratórias e sustenta o fato de os migrantes não terem atuação isolada. Na visão de Tilly (1990), as redes migram, as categorias permanecem, e as redes criam novas categorias. Assegura que

as unidades efetivas da migração não são os indivíduos nem os familiares, mas o conjunto de pessoas ligadas pelas amizades, parentesco, experiência de trabalho, que incorporam o país acolhedor nas alternativas de mobilidade consideradas por eles.

As redes se diferenciam pelo tamanho, dimensão, “reduzem os custos e os riscos da migração” (KEELY, 2000, p.53). Se auto-sustentam, alimentadas pelos *lobbies* de apoio aos fluxos migratórios, emergindo o que Castles (2005) denominou de “indústria das migrações”. As ligações entre a comunidade migrante e a área de origem podem persistir durante gerações. As remessas diminuem e as visitas à casa são menos frequentes, mas as ligações familiares e culturais permanecem (CASTLES, 2005, p.24). Na avaliação de Massey et al. (1993), as redes são uma espécie de capital social e importantes elos entre os países emissores e receptores, sendo difícil para o estado acolhedor restringir os fluxos migratórios quando existe uma estrutura de redes sociais que os suportam e os promovem.

5.3.7 Aspectos da Teoria do Transnacionalismo

Tendo a evidência das redes sociais, nos processos migratórios contemporâneos, com a manutenção dos migrantes de múltiplas relações nas sociedades de origem e destino, isto é um indicativo do contexto transnacional da mobilidade populacional. Neste sentido, Portes (1999), argumenta que as atividades transnacionais podem conferir poder a migrantes, assegurando-lhes melhores níveis de vida e educação para os filhos. E mais, os conceitos de assimilação ascendente e descendente. Ainda, conforme (CASTLES, 1999, p.120), “o transnacionalismo pode substituir a assimilação enquanto paradigma para a incorporação de migrantes ao prevenir a assimilação descendente”. Além do localismo, do nacionalismo e do regionalismo, em geral, baseados nas noções de tempo e de espaço, influenciados pela historicidade e territorialidade do Estado-nação, levando os ocidentais a transformar suas leis de nacionalidade em resposta à integração dos migrantes, de forma a evitar conflitos étnicos e racistas nas sociedades receptoras e continuar com o envio de remessas, participação política e preservação cultural. Porém, conforme as observações, (CASTLES, 1999, p.123), existe algo que preocupa no transnacionalismo, é a dupla nacionalidade, fenômeno temido pelos nacionalistas, com a possibilidade da divisão da lealdade por parte das pessoas com atitude instrumental e não emocional em relação ao Estado a que pertencem.

Os autores (SCHILLER, BASCH e SZANTON, 1992, p.8), defendem que o transnacionalismo pode ser definido como um processo social por onde os migrantes operam, em áreas sociais que ultrapassam as fronteiras geográficas, políticas e culturais. Eles teorizam que o conceito de transnacionalismo encontra-se enraizado na Antropologia e em disciplinas como Sociologia e Ciências Políticas. Na Antropologia podem ser encontradas na investigação sobre emigração de regresso, dando ênfase às ligações com a terra natal. O nexo entre sociedade e cultura de uma comunidade, com dimensões locais (micro) e globais (macro), ajuda a explicar como os migrantes transnacionais moldam e são moldados pelo contexto nas sociedades de origem e/ou de destino.

5.3.8 Aspectos Legais Condicionam os Fluxos Migratórios Internacionais

Na observação dos estudiosos (HOLLIFIELD, 1992a, HOLLIFIELD e ZUK, 1998), a migração internacional pode ser observada em função de: 1- forças econômicas; 2 - redes sociais; 3 - direitos. Posterior a II Guerra Mundial, a migração laboral ocorreu como resposta a força “*push-pull*”. A Europa Ocidental foi alimentada por trabalhadores provenientes das antigas colônias, com destino para França, Holanda, Grã-Bretanha e para o restante dos países, destacadamente, Alemanha e Suíça. Adotou-se, então, a contratação temporária de mão de obra do sul da Europa, sob o sistema de convites. Enquanto os EUA, para solucionar a escassez de mão de obra na agricultura, adotaram em parte, o programa *bracero*. Durante o final dos anos 70, a Europa impôs uma legislação bastante restritiva e severa à migração, limitada por problemas econômicos (crise do petróleo) e questões políticas e ideológicas, “levando a um aumento significativo dos fluxos de migrantes ilegais, muitos dos quais não conseguiram emigrar no âmbito de programas regulares” (APPLEYARD, 2001, p. 15). As redes sociais ajudaram na manutenção da migração internacional, inclusive com o reagrupamento familiar.

As variáveis social, econômica ou política, os direitos modificam rapidamente no tempo e no espaço, como se verifica nos últimos anos. Os estados temem qualquer movimento, para expandir direitos dos estrangeiros, que conduza a incontáveis fluxos migratórios, pondo em questão políticas de controle da segurança. Conforme defende (SASSEN, 1996), que sob a tese da globalização, a migração é uma das forças

transnacionais que ferem os estados e as sociedades, conduzindo, inevitavelmente, à erosão da soberania e do sistema das nações-estado, portanto a tese da globalização é apolítica.

Teóricos das relações internacionais adotam uma abordagem institucional liberal, aceitando as mudanças econômicas e sociais que conduzem a uma constante interdependência, fazendo os estados encontrarem maneiras de cooperação e resolução de coordenação, por meio da lei internacional e da construção de regimes internacionais e institucionais. Por exemplo, conforme diz (SOYSAL, 1994, dentre outros) que as instituições liberais, divididas entre elas, percebem o crescimento migratório em função dos regimes de direitos humanos internacionais, e há as que defendem como uma possibilidade de cooperação entre estados liberais, na construção de tal regime. Enquanto, para Hollifield (1998), os direitos derivam das instituições liberais dos estados nacionais, através da definição de políticas mais institucionais do que de interesses.

Os tratados regulam aspectos importantes da migração entre os Estados, como emprego, julgamento criminal, extradição, assistência consular. Conforme aborda (HAILBRONNER, 1998), dizendo que alguns dos Estados restringem o direito de saída, outros dificultam à entrada nas suas fronteiras. As fronteiras abertas à migração têm se tornado mais restritiva com lei formal. O controle da migração, na atualidade, é mais complexo do que no passado, em função das amplas decisões que influenciam o indivíduo a migração, por razões tecnológicas, militares, geopolíticas, psicológicas, econômicas. A mobilidade interfronteira nacionais é cada vez maior. Muitos desses migrantes são ilegais, expulsos de sua terra natal, passando a ser assistidos pelos países de destino, que esperam obter ganhos com o “contrabando” (SCHUCK, 1998). Deste modo, é importante combater a economia informal, as redes de migração irregular e penalizar o patronato que se aproveita de tal vulnerabilidade.

De conformidade com (BORJAS, 1990), nas sociedades desenvolvidas prevalece o medo de que os imigrantes se tornem um “fardo” injusto nas finanças públicas, complementado por (CASTLES, 1999, p.33) ao afirmar que tais sociedades aplicam um modelo de “exclusão diferencial”. Esse modelo está associado ao sistema de “trabalhadores convidados”, adotado em países europeus (Alemanha), até a década de 70 e seguido pelos países produtores de petróleo do Golfo Pérsico e pelos Tigres Asiáticos, com recrutamento e contrato de trabalhadores no além-mar. Esses trabalhadores são temporariamente integrados ao mercado de trabalho, em esquemas de segurança social incipiente, excluídos

de participação política e da cultural nacional (CASTLES, 1999, p.83). E também como argumenta Freeman (1986), que a lógica do estado de bem-estar moderno é uma lógica de oclusão e que a migração de grande escala pode arruinar as finanças públicas, levar à falência os serviços sociais e minar a legitimidade do estado de bem-estar. É importante dizer que, conforme as estimativas da OIM (Organização Internacional da Migração), no final do século XX havia 125 milhões de pessoas vivendo fora do seu país de origem.

Portanto, as explicações políticas para a migração internacional estão relacionadas com explicações econômicas e/ou sociológicas. As teorias de redes e de capital social ajudam a explicar a dificuldade que os estados podem encontrar esforços para controlar a migração (PORTES e RUMBAUT, 1996). A migração é um processo de globalização sobre o qual os estados têm controle cada vez menor, conforme afirma (SASSEN, 1988) e a partir de 1995 autores como Rosenblum (1998) e Meyers (1995) Rudolph (1998) desenvolveram suas investigações, em relação aos movimentos da população internacional, com foco na segurança e soberania dos Estados, pois os países podem agir para alterar ou atrasar o desenvolvimento dos mercados internacionais de bens, serviços, capital e trabalho, mas não podem parar.

Apesar de as migrações internacionais fazerem parte do processo histórico, é a partir da II Guerra Mundial que foi amplamente intensificada, por meio de interações entre sociedades com diferentes níveis de desenvolvimento, em vários países do sul. A emigração é um dos aspectos da crise social que acompanha sua interação no sistema global e o seu desenvolvimento econômico e social. Conforme afirma Sassen (1996), os processos migratórios também são alimentados pela existência de ligações materiais e ideológicas de colonização, contínuos alargamentos dos mercados, e fatores como a língua comum e ligações comerciais e de comunicações intensas entre diferentes países propiciam essas ligações e ou diferenças.

Neste sentido, a Geografia Humana estuda as relações do homem com o meio geográfico em que vive, dando àquele o lugar de relevo que por direito lhe pertence (GIRÃO, 1936, p. 5). A natureza propõe, o homem dispõe (CLAVAL, 1987, p. 73), cabendo ao geógrafo intervir, na medida do possível, em um mundo cada vez mais global. Para refletir sobre a importância das migrações internacionais na formação dos Estados nacionais, especialmente na América Latina e, particularmente, no Brasil há que se estudar a história dessas populações.

Os dados aqui analisados foram colhidos durante trabalho de campo realizado em Brasília (AC), no mês de abril de 2014, e em Rio Branco (AC), em diferentes momentos de 2014 e 2015. Inicialmente, entrevistou-se o Sr. Damião Borges, representante do governo estadual e responsável pelo controle do alojamento, em Brasília (AC), o qual permaneceu aberto até o término do ano de 2013. Na ocasião, ele relatou as dificuldades enfrentadas para manter funcionando os serviços diários, a manutenção do atendimento aos imigrantes haitianos, incluía o fornecimento de três refeições ao dia, hospedagem, além de outras demandas. Conforme reportagem da Tv Folha, publicada em 30 de maio de 2014, sob o título “Na mão dos coiotes: A saga dos haitianos traficados ao Brasil”³⁸, traz um relato interessante sobre tal realidade.

A matéria procura retratar os muitos desafios enfrentados pelos migrantes ao longo do trajeto, especialmente, no território peruano, com relatos de retenção de documentos, extorsões e furtos para suprimir os poucos recursos dos migrantes, como pode ser observado em (Vídeo da reportagem em pauta), depoimentos do Julintz Jean Zidor (haitiano). Ele diz que em Porto Maldonado é muito perigoso, ali lhe tomam tudo. Melvino Jesus Javier (dominicano) é outro que relata situação similar, porque também perdeu tudo quanto trazia. Na mesma reportagem também traz depoimento do Secretário de Justiça e Direitos Humanos (Nilson Mourão), que fala sobre as preocupações que envolvem o processo migratório dos haitianos e a constituição da Rota Internacional, numa ampla extensão por outros continentes, especialmente do africano, (os senegaleses, de religião muçumana), que não os únicos. Além disso, a matéria também aborda as questões dos abrigos de Brasília/Epitaciolândia, sob a coordenação de Damião Borges. Ele fala de várias questões, inclusive das subtrações aos migrantes nos pontos de paradas no Peru, quando aborda também a chegada dos senegaleses que entram por Brasília (AC), na fronteira com a Bolívia.

Além do mais, ele fala da imprevisibilidade do quantitativo que chegava diariamente, dos recursos financeiros limitadíssimos, tendo que alimentá-los e alojá-los. Para a comunicação ele contava com a colaboração de alguns que falavam espanhol e assim ajudar na interlocução com os demais, vencendo a barreira da língua, com demandas bem superiores às condições materiais daquela cidade do interior, de infraestrutura precária, até

³⁸ Documentário da TV FOLHA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KQLVQkBZMvQ>

mesmo para os próprios munícipes (com população reduzida), de aproximadamente 12 mil habitantes, na zona urbana.

Assim, no alojamento havia mais de 1.200 (mil e duzentas) pessoas, correspondendo 10% da população, considerada uma sobrecarga imensa para ser suportada pelo cotidiano do lugar. Ressalte-se que o abrigo foi desativado, com a inundação de 2013, princípio de 2014, com transferência para o Parque de Exposições e depois para a Chácara Aliança, na estrada Irineu Serra (local afastado do centro da cidade de Rio Branco, mas com boa infraestrutura, podendo abrigar, com tranquilidade, até 200 pessoas, porém, normalmente, abrigava números cinco ou seis vezes maior. Conforme pode ser observado na matéria intitulada: Triplica número de haitianos no Acre e governo quer fechar fronteira, veiculada no jornal Correio (Bahia), do dia 16 de janeiro de 2014, abaixo. Na entrevista, Nilson Mourão, secretário de Justiça e Direitos Humanos, fala sobre o estrangulamento do abrigo da cidade Brasiléia (AC). Ver (Foto10).

Foto 10 - Centro de BRASILÉIA (AC), presença de Imigrantes Haitianos

Fonte: Correio 24 Horas³⁹

³⁹ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/triplica-numero-de-haitianos-no-acre-e-governo-quer-fechar-fronteira/>

Entretanto, ainda na cidade de Brasília, o representante oficial informou da existência do haitiano (Fanel Jeune), residente próximo de sua casa, indo até o imigrante, ao qual se solicitou entrevista, sendo prontamente concedida. Na conversa com o entrevistado, desenvolveu-se um roteiro de perguntas, procurando saber dos motivos da vinda para o Brasil, dentre tantos, os problemas enfrentados ao longo do caminho (rota) até a entrada em território brasileiro, o porquê de viajar sem a devida documentação exigida para a permissão oficial por parte da embaixada brasileira presente no Haiti? Tendo em vista que em seu país a língua falada é a francesa e aqui se fala o português, sendo, portanto, mais um obstáculo a ser superado.

O conjunto das narrativas sobre a realidade haitiana, na atualidade, parece um grande enredo ensaiado por todos os entrevistados, funcionando como uma espécie de senha na sensibilização, em busca de empregos, as palavras se repetem, “terremoto”, “miséria”, “cólera”, “tragédia”. Sendo uma nação marcada, nas últimas décadas, por uma agenda de intervenções internacionais, tamanha as dificuldades enfrentadas internamente.

Foto 11 - FANEL JEUNE – 28 anos – Vive em Brasília/ACRE

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

O Haiti é um país da periferia do capitalismo global, que desde muito tempo sofre com sérios problemas socioeconômicos, iniciados pela adoção do projeto de formação do Estado-nação, que implodiu todas as pontes ligando ao edifício do conjunto das nações existentes. Assim, há vários desencontros ao longo da trajetória, com prolongadas crises políticas e intensa pobreza que só aprofundou as questões internas. E, para completar, em 12 de janeiro de 2010, ocorre cataclismo de grande magnitude, atingindo o coração do país, com centenas de milhares de vítimas fatais, amputados e desabrigados, ou seja, o que estava ruim ficou muito pior.

Aquela tragédia causou comoção mundial e o sentimento de solidariedade internacional de socorro humanitário, com promessas de ajuda em torno de 10 bilhões de dólares em doações coordenadas pela ONU. Dentro desse contexto, houve a grande fuga do território, os emigrantes buscaram oportunidades e melhores condições de vida na República Dominicana, além de vários outros países da América Latina, com destaque o Brasil, posto que nações ricas do Hemisfério Norte, especialmente, EUA, encontravam-se com as fronteiras fechadas. Neste sentido, entre o conjunto dos países sul americanos participantes da MINUSTAH, recai sobre o país líder. O Brasil fomenta a expectativa de estabilidade e obtenção de emprego. (MAMED e LIMA, 2013)

O atual contexto das migrações internacionais recentes, com processos macroestruturais de reestruturação produtiva, no cenário internacional, possui múltiplas dimensões e desdobramentos. O debate evidencia posturas ideológicas e visões do mundo atual de desenvolvimento sustentável, hoje institucionalizado com a flexibilização da acumulação de capital, alinhando os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Tudo isso coloca em xeque as possibilidades dos que não pertencem ao banquete dos ricos, industrializados, desenvolvidos e felizes, contra os pobres. Essa dinâmica criou novos contornos da pobreza e exclusões, gerando pequenos “oásis” no interior do dinamismo econômico. É como se observa na reportagem da Tv Bom dia SC, do dia 13 de fevereiro de 2013, com o título: Haitianos no Brasil, do jornalista Evandro Novak, na empresa do ramo da construção civil (ZanESCO Esquadrias), em Catanduvas (SC), conta com cinco funcionários provenientes do Caribe, segundo, Tiago ZanESCO, diretor executivo, eles são trabalhadores bastante engajados (Samuel Carlos Lupicien - Dominicano). Todos entraram pela cidade de Assis Brasil (AC) e um dos operários afirma está bastante satisfeito com a oportunidade de trabalho que lhe foi oferecido naquele Estado.

Outra empresa da cidade de Timbó no estado de Santa Catarina, em reportagem da Tv Indústria (FIESC/SESI) em matéria aborda sobre a inserção em seu quadro funcional, trabalhadores haitianos, que numa parceria da entidade/indústria, oferece cursos de português, com depoimentos de operários haitianos (Wilfrid Plaisir, Wilner Cajuste) e dirigentes da Metisa, além de representante da entidade responsável pelo programa (FIESC/SESI) de apoio a qualificação industrial/SC. A empresa Pamplona, também faz parte do programa a Pamplona, conforme depoimentos do operário Francelere Docius, e da psicóloga, Josiane Shutz. A reportagem também faz uma abordagem sobre a haitiana estagiária de Jornalismo pelo sistema IEL, da importância das aulas de Português.⁴⁰

As novas modalidades migratórias demandam conhecimento das migrações internacionais no mundo, a incorporação de novas dimensões explicativas da própria definição do fenômeno migratório. O contexto da luta e os compromissos assumidos, internacionalmente, em prol da efetivação e ampliação dos migrantes, sem esquecer, de quais grupos sociais serão contemplados nas políticas oficiais ancoradas nos direitos humanos.

Esses migrantes haitianos somam, aproximadamente, 40 mil pessoas que chegam ao território brasileiro, usando o Acre como porta de entrada em Assis Brasil. A Rota por eles utilizada, segundo Myke Richardson Dorismond, é a seguinte: Do Haiti para República Dominicana em transporte terrestre (ônibus); da República Dominicana até o Equador, viajaram de avião, passando antes pelo Panamá. Do Equador, até o Brasil, utilizaram a via terrestre (viajaram de ônibus), passando pelo território do Peru, alcançando a cidade de Iñapari, fronteira com o Brasil, pela cidade de Assis Brasil, no Acre. Dali o Myke Richardson Dorismond seguiu para Brasília, onde ficou pouco tempo, viajou para Porto Velho, em março de 2011, onde permaneceu até 2014, ano que retornou para Brasília, onde permanece até agora, no ano de 2018. Segundo ele, gastou cerca de R\$6.000,00 (Seis Mil Reais), custeados pelo pai que mora e trabalha em Nova Jersey, EUA, há aproximadamente 12 anos.

Myke Richardson Dorismond disse que veio para o Brasil, por medo de novas catástrofes, tais como terremotos e furacões. Sobre as pretensões futuras, disse pretender adquirir a casa própria no Brasil e no Haiti e montar um orfanato. Disse que sempre que

⁴⁰ Reportagem “**Haitianos no Brasil**”. TV Bom dia SC. 13 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DcD3CXI817Q>

pode fazer envio de dinheiro para a família (a mãe e duas irmãs), não por obrigação, mas por querer ajudar. Disse ter um primo morando em São Paulo, outro em Brasília, e mais outro em Porto Velho, juntamente com a esposa. Ainda outro morando em Curitiba - PR, que faleceu. O pai dele mora em N. Jersey e mais um primo que está em Miami. nos EUA.

Com relação aos serviços essenciais básicos, disse ter procurado atendimento num posto de saúde, mas não conseguiu, sendo atendido numa unidade Hospitalar. Enfatizou dificuldades para acessar a Carteira de Trabalho. Disse nunca ter morado fora do seu país, Haiti, apesar disso, morar no Brasil está sendo uma boa experiência, mesmo havendo baixa oferta de emprego fixo. Gosta de assistir televisão junto com a esposa, para se comunicar com os parentes e amigos utiliza o celular, e-mail e a rede social skype.

No tocante ao aspecto político administrativo, disse que deveria haver melhor relacionamento nas diversas atividades desenvolvidas pelo governo brasileiro, em particular, na emissão de documentos e atendimento ao estrangeiro. Pensa em voltar ao Haiti, apenas para visitar os familiares e amigos, sem pretender morar novamente.

Foto 12 - Myke Richardson Dorismond

Myke Richardson Dorismond, 30 anos – Haiti/Les Cayes, atualmente vive em Rio Branco (AC)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

O haitiano Myke Richardson Dorismond, com aproximadamente, 30 anos de idade, nascido na cidade de Les Cayes, no Departamento do Sul, no país do Haiti, é professor de Inglês, vive atualmente, e trabalha na prestação de serviços na cidade de Rio Branco, capital do Acre. Saiu do Território haitiano em 28 de fevereiro/2015, por via aérea, seguindo numa

rota que passa pelo Panamá e Equador (utilizando como meio de transporte o avião). Dai em diante passou a utilizar o meio de transporte terrestre, rodoviário, do Equador para o Peru, até chegar ao Brasil, pelo Território acreano. Em, 05 de março/2015, entrando pela cidade de Assis Brasil/Acre, fronteira com a cidade peruana de Iñapari, na região de Madre de Diós.

A viagem para o Brasil contou com apoio financeiro de um tio, disse que sofreu extorsão do longo do caminho, no Peru. A motivação de sua vinda ocorreu em busca de melhores condições de vida, pois ficou sabendo, por meio de um amigo, que “o Brasil estava abrindo as portas, oferecendo oportunidades de trabalhos no país. Ao chegar ao Acre, foi albergado na Chácara Aliança, local onde permaneceu por aproximadamente 03 meses, quando então passou a morar com uma Família Evangélica, do Ministério - IDE (Instituto de Discipulado por Extensão), que é uma escola de treinamento de obreiros, por meio de aulas gravadas em vídeo, onde vive há mais de um ano, sendo considerado como filho, sentimento que também dispensa aos pais adotivos.

Durante o período (05/03/2015 a 05/06/2015) de permanência no abrigo na Chácara Aliança foi acusado de extorsão e teve os pertences apreendidos, inclusive dinheiro. Em decorrência, foi detido na Polícia Federal, onde disse “realizar trabalhos solidários aos seus conterrâneos, mas por inveja de alguns, acabou sendo preso, o que acabou por dificultar sua vida na hora de pedir emprego, vindo a se tornar um *freelancer*”. Foi durante esse episódio que conheceu a família de religiosos que ofereceu apoio e abrigo. Faz trabalhos temporários, sem registros em Carteira. Todavia, após investigações, foi inocentado das acusações e recebeu a devolução dos seus pertences, incluindo o dinheiro. Então, uma vez solucionados os problemas, conseguiu um Box, numa galeria pública, localizada na região do Terminal Urbano de ônibus de Rio Branco (Terminal Central), onde presta serviços de consertos em celulares e fotocópias de documentos. Assim vai tocando a vida e continua vivendo com a família que o acolheu. Essas informações fora colhidas no início de 2018.

Foto 13 - BETHEL DORVIL

Bethel Dorvil 31 anos – Haiti/Pignon, atualmente vive em Rio Branco (AC).

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

O Bethel Dorvil, com aproximadamente 33 anos de idade, natural da cidade de Pignon, no Departamento do Norte, no Haiti, é outro que resolveu morar em Rio Branco, Acre. Aqui chegou em 05 de março de 2015, tendo saído da República Dominicana, passado pelo Panamá e daí, para o Equador, em viagem de avião. Do Equador ao Brasil, viajou em transporte terrestre, passando pelo Peru até Iñapari até chegar a Assis Brasil, onde há um complexo fiscal aduaneiro e também um posto da Polícia Federal. Ele passou por tudo e chegou a Brasileia para depois caminhar em outras direções.

A escolaridade do migrante, em questão, é o Ensino Fundamental Incompleto, tendo o estado civil solteiro. Trabalhou como açougueiro no Haiti e como soldador na República Dominicana. Dali viajou para o Brasil sem a documentação necessária para um emigrante. Solicitou refúgio e/ou visto humanitário na fronteira. Em Rio Branco trabalha na coleta seletiva e mora em casa cedida pelo Sr. Luiz Nunes, cunhado do seu patrão Edgar, membro (irmão) da Igreja que Congrega, no bairro Belo Jardim, na cidade de Rio Branco.

Do salário que consegue arrecadar todo mês, ou sempre que pode, faz remessa para os familiares no Haiti (pai, mãe e irmã). Tem um irmão no Chile, que também faz envio de

dinheiro. Seguindo ele pretende adquirir casa própria no Brasil. Atualmente, em Rio Branco, se encontra estudando língua portuguesa, visando melhorar a compreensão e aprimorar o vocabulário sobre o idioma. Ainda, segundo diz, também sofreu alguns problemas de saúde, como gripe e machucado no dedo, decorrente de serviço numa prensa.

Ele diz gostar do Brasil, apesar de haver conflitos com algumas pessoas, além de reclamar de pequenos furtos dos quais foi vítima, apesar disso, conseguiu trabalho e que os brasileiros gostam dos haitianos, porém, disse haver discriminação. E que mesmo querendo adquirir a casa própria, pretende retornar ao seu país de origem.

Foto 14 - ONONDIEU ALCIN E FAMÍLIA (filho e a esposa)

Onondieu Alcin 49 anos e família, sua esposa Rosette Louidor 54 anos – e o filho, Bicente (Vicente) Alcin 17 anos Haiti/Gonaïves, atualmente, vivem em Rio Branco (AC).

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Por outro lado, o haitiano Onondieu Alcin, com aproximadamente 49 anos de idade, natural da cidade de Gonaïves, no Departamento de Artibonite, no Haiti, assume ser analfabeto. Vive e trabalha em Rio Branco, juntamente com sua família, constituída pela

mulher, Rossete Louidor, de aproximadamente 54 anos de idade, também natural da cidade de Gonaïves, no Departamento de Artibonite, no Haiti e o filho menor Bicen (Vicente) Alcin com aproximadamente, 17 anos de idade. Ele trabalhava de soldador, no Haiti e também na República Dominicana, antes de migrar para o Brasil, atualmente trabalha como soldador numa oficina de Retífica de Motores de automóveis.

Foto 15 - JEAN CLAUDE ALCIN

Jean Claude Alcin, 52 anos – Haiti/Cap. Haïtien, atualmente vive em Rio Branco (AC).

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

O haitiano Jean Claude Alcin, com aproximadamente 52 anos de idade, também natural da cidade de Gonaïves, no Departamento de Artibonite, sabe ler e escrever, com Ensino Fundamental Incompleto, é irmão de Onondieu Alcin, vive e trabalha em Rio Branco, capital do Acre, no setor da Construção Civil, como pedreiro. A viagem do seu país ao Brasil durou aproximadamente uma semana no deslocamento total. Adotou um roteiro mais curto do aquele utilizado pelo irmão e cunhada, posto dispor de informações sobre a rota mais curta. Viagrou no mesmo dia que saiu do Haiti para a República Dominicana (em, 02 de fevereiro de 2015), com destino ao Equador, na companhia do sobrinho menor de idade, filho de seu irmão que havia chegado ao território brasileiro, quatro anos antes, entrando no Brasil, em, 09 de fevereiro, de 2015.

Para viajar, no trajeto do Haiti a República Dominicana, uso o transporte terrestre, da República Dominicana ao Equador, usou o transporte aéreo (avião) e daí em diante,

utilizou o ônibus como meio de transportes até chegar a Rio Branco Acre, no Brasil, passando pelo Peru, por onde entrou pela cidade de Assis Brasil/Brasiléia Acre, fronteira com a cidade peruana de Iñapari na região de Madre de Diós.

Uma vez em Rio Branco, no Acre, procurou legalizar-se junto aos órgãos públicos, contando com apoio do irmão e cunhada. Logo conseguiu trabalho na Construção Civil, como pedreiro. O dono da obra disponibilizou moradia no local, garantindo economia com o aluguel. Ele, assim como seu irmão, nunca fez uso do abrigo público.

Emigrou para o Brasil, em busca de melhores condições de vida e trabalho. É casado e pai de quatro filhos (sendo 03 homens e uma mulher), que ficaram no Haiti, e todos os meses envia remessas entre R\$400,00 ou R\$500,00 (Quatrocentos ou Quinhentos Reais), para a família se manter. Por isso, sonha em trazê-la para morar aqui no país, todos no mesmo lugar.

No tocante a documentação, contou com ajuda do Myke, outro haitiano e também do seu irmão, ambos já moravam no Brasil. Ele reclamou das dificuldades para legalizar-se. Também, queixou-se do governo haitiano, dizendo que o mesmo poderia prestar-lhes auxílio, no sentido de facilitar a legalização deles imigrantes. Pediu, ainda mais facilidades no acesso à documentação no Brasil, além de maior disponibilidade de emprego.

CAPÍTULO 6: MIGRAÇÃO INTERNACIONAL HAITIANA NO NORTE DO BRASIL

6.1 A Rota Norte – Tabatinga – Amazonas

No início do processo migratório de haitianos para o Brasil, a entrada ocorria pelo Norte, através da cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, na tríplice fronteira do Brasil, Peru e a Colômbia, mormente passando pelas cidades de Santa Rosa (Peru) e Letícia (Colômbia). O rio Solimões é a principal linha de fronteira, entre os territórios peruano, colombiano e brasileiro. Entretanto, as cidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), são separadas apenas por uma rua (a Rua da Amizade, ou Rua da Amistad), demarcando os territórios, brasileiro e colombiano, respectivamente. Ver foto. Avenida que separa ou une as duas cidades (Tabatinga e Letícia), na fronteira, Brasil e Colômbia. (OLIVEIRA, 2006)

Foto 16 - Rua da Amizade (Amistad) – Fronteira: Brasil – Colômbia

Avenida da Amizade, que divide Tabatinga e Letícia, na fronteira entre Brasil e Colômbia.

Fonte: OLIVEIRA (2006)⁴¹

⁴¹ OLIVEIRA, Maria Márcia de. *A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia*. *Revista Estudos Avançados*, 20 (57), 2006, p. 191.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014

Entre os anos de 2010 a 2012, a Polícia Federal, na cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, Brasil, registrou a entrada de aproximadamente 3.814 haitianos (assim distribuídos por anos, 456 em 2010; 1.898 em 2011 e 1.460 somente no mês de janeiro do ano de 2012), que solicitaram vistos de entrada em território brasileiro (VÉRAN, NOAL e FAINSTAT, 2014), demonstrando a utilização da rota como a principal porta de entrada, pelo movimento migratório internacional. Todos sem a documentação necessária para a obtenção do visto de permanência, ou protocolo de autorização para permanecer no Brasil e ter acesso aos demais documentos, inclusive para acessar o mercado de trabalho, com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social, conforme padrões oficiais internos.

Foto 17 - Soldados Brasileiros em Patrulha no Rio Solimões, nas proximidades da cidade de Tabatinga – Amazonas

Fonte: OLIVEIRA (2006)⁴²

No mapa abaixo pode ser observado o trajeto utilizado pelos haitianos que após o terremoto (12 de janeiro do ano de 2010), se deslocaram ao Brasil, quando escolheram, inicialmente, a cidade de Tabatinga, Amazonas, situada à margem esquerda do Rio Solimões, no limite oeste da região Norte do Brasil, na microrregião do Alto Solimões, no Estado do Amazonas, localizada na parte norte ocidental do país, na tríplice fronteira entre o Brasil-Colômbia-Peru, incrustada no interior da floresta Amazônica Sul- Americana.

⁴² OLIVEIRA, 2006, op. Cit.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014

Nessa tríplice fronteira se situam três núcleos urbanos: Tabatinga, Letícia e o distrito peruano de Santa Rosa.

Mapa 4 - MAPA da Rota da Migração Haitiana com Destino ao Brasil (2010 – 2016)

Fonte: elaboração própria com base em IBGE/Secretaria Justiça e Direitos Humanos do Acre.
Digitalização: Janio Q. Souto.

A cidade de Letícia se situa no extremo sul do Departamento (Estado) da Amazônia Colombiana, também à margem esquerda do rio Solimões/Amazonas. A cidade está separada do Brasil por um igarapé⁴³ assoreado, numa fronteira seca e, politicamente, por uma fronteira internacional. As cidades gêmeas de Tabatinga e Letícia são as mais importantes e populosas, portanto, exercem maior influência regional, pois o distrito de Santa Rosa, situada na margem oposta do rio Solimões/Amazonas, desenvolve atividade

⁴³ Termo tradicional utilizado na região norte do Brasil para designar riacho, sanga ou córrego.

econômica incipiente, em comparação com as duas cidades maiores. Ambas as cidades não possuem ligação terrestre com o interior de seus respectivos países e por via aérea estão a mais de mil km de distâncias de suas cidades regionais mais próximas.

A rota parece cuidadosamente escolhida, em razão da baixa fiscalização, uma vez que, as cidades de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil) no estado do Amazonas, estão separadas por fronteira seca, a separação ocorre apenas por um canteiro central, construído no meio de uma grande avenida (Avenida da Amizade ou Amistad), conforme pode ser observado na foto acima, onde politicamente a passagem é feita sem muito controle, ou sem controle nenhum. Porém, a geografia do local atua de modo a dificultar a sequência do caminho pelo território brasileiro.

A logística para saída de Tabatinga, não é nada fácil. O deslocamento no sentido Manaus, a capital do Estado, ocorre diariamente por avião, distante, aproximadamente, 1.108 km, com duração de mais ou menos 01h15min (uma hora e quinze minutos). Senão de barco, demorando em torno de 03 a 04 dias descendo o rio, até a capital amazonense. Enquanto na cidade Letícia, distante aproximadamente 1.090 km ao sul da capital nacional colombiana, está Bogotá. A via aérea é o principal meio de transporte utilizado, pois o fluvial fica restrito apenas a região sul daquele país.

A rota utilizada pelos haitianos, a partir do terremoto de 12 de janeiro, de 2010, com destino ao Brasil foi a seguinte:

1) Haiti – Os haitianos abandonam o país atingido pelo forte terremoto em 12 de janeiro do ano de 2010;

2) República Dominicana – Emissão dos vistos em língua espanhola como forma de facilitar o livre trânsito pelos países da rota onde o idioma é comum, até chegar a fronteira do Brasil;

3) Utilizam como meio de Transportes avião, ou navio, para saída da Ilha com destino ao Panamá e ao Equador, no continente;

4) Uma vez no país equatoriano, saem de Quito, em ônibus, com destino ao Brasil, cruzando antes o território peruano;

5) Do Peru, entram no território brasileiro, inicialmente pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, cruzando a tríplice fronteira (pela de Vila Santa Rosa – Peru), chegando a cidade colombiana de Letícia, que faz fronteira seca com a cidade brasileira de Tabatinga, no estado do Amazonas. Posteriormente, deslocaram a entrada para a pequena cidade peruana de Iñapari, com a fronteira de Assis Brasil, no Acre. Dali seguem por rodovia até as cidades de Brasiléia/Epitaciolândia, também no Acre, na fronteira com a cidade boliviana de Cobija, capital do Departamento de Pando. Conforme pode ser observado no Mapa da Rota dos haitianos em direção ao Brasil.

A partir dos anos 1980, até os dias de hoje, expressivas mudanças de cunho político, econômico e social alteraram as relações e a dinâmica interna e externa do subespaço (EUZÉBIO, 2011). Neste sentido, a cidade brasileira de Tabatinga, Estado do Amazonas, emancipou-se em 1981, enquanto a cidade colombiana de Letícia, dez anos depois foi elevada à categoria de capital do Departamento (Amazonas) ao qual pertence desde 1991. Portanto, desde então, os países (Brasil e Colômbia), realizaram investimentos significativos sobre as duas localidades. Promoveram a atualização de infra-estrutura urbana, instalações institucionais, normatizações elaboradas visando facilitar o desenvolvimento do lugar. As relações econômicas locais, na atualidade, foram estimuladas, com possibilidades de viabilizar a verticalização em rede com dinâmica global.

No tocante a história das fronteiras Meira Mattos (1990, p.13), afirma que “os povos primitivos não tinha necessidade de fronteiras”, tendo em vista constituírem-se de grupos dispersos e esparsos pelo planeta. Porém, com o aumento gradativo da população, as relações sociais foram alteradas, surgindo conflitos de interesses por áreas, daí a necessidade do estabelecimento de limites ou linhas de fronteira. Todavia, com o surgimento do conceito de nação, no período pós-revolução francesa, faz com que as fronteiras passassem a ter grande destaque e importância com a formação dos estados nacionais.

Como se observa no **Mapa 4** (acima), os imigrantes fazem uso dos vários tipos modais de transportes (avião, navio e ônibus), parecendo algo muito bem planejado, passando necessariamente pela República Dominicana, organizando um roteiro de modo que a depender da situação do momento, e das dificuldades ou facilidades encontradas ao longo do caminho, tais como: quase ausência de fiscalização, falta de vagas nos veículos

que são utilizados nos deslocamentos, ou variações tarifárias, com percurso exclusivamente, por países de língua espanhola e que, portanto, não exigem apresentação de vistos de entradas e/ou passagens por seus respectivos territórios.

Entretanto, os primeiros imigrantes haitianos que tentaram entrar sem autorização no Brasil, através do Acre, foram barrados no âmbito da Operação Sentinela⁴⁴, da PF, conforme demonstrado pela reportagem de agazeta.net, com a repórter Angélica Paiva, publicada em, 16/02/2011, sob o título: Polícia Federal barra entrada de haitianos na fronteira do Brasil (Acre) com o Peru. Apesar de tudo, os imigrantes contaram com a solidariedade do Comitê Acreano de Apoio aos Refugiados, sob a liderança da Irmã Esther, do Cáritas, ONG, ligada à Igreja Católica, além de membros do Comitê local (Assis Brasil), dos Direitos Humanos⁴⁵. Em cuja reportagem se faz uma narrativa da movimentação para liberação dos imigrantes haitianos, inclusive com o ingresso da primeira criança (uma menina). Naquela região fronteiriça, há uma Delegacia da Polícia Federal (Foto 18) local onde se faz a solicitação do Visto de Entrada e Permanência no país.

⁴⁴ A Operação Sentinela é um esforço conjunto da PF (Polícia Federal), Força Nacional de Segurança Pública, Receita Federal, PRF (Polícia Rodoviária Federal) e das polícias Civil e Militar dos estados envolvidos. Também participam o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), as Forças Armadas e o CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia). Agência Brasil, Edição: Graça Adjuto.

⁴⁵ De acordo com a reportagem: *Polícia Federal barra entrada de Haitianos na fronteira do Acre com Peru*. **TV A Gazeta**. 16 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1KO6EYxGn2Q>

Foto 18 - Posto Avançado da PF na fronteira Brasil-Peru-Bolívia, Assis Brasil (AC)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Em outra matéria, sob o título: Haitianos não podem passar para o Brasil, publicada em, 18/01/2012, narrada pelo repórter Ademir Andrade, onde ele procura demonstrar as dificuldades enfrentadas pelos haitianos para ingressar no território nacional.⁴⁶

6.2 Migração Internacional (Haitiana) Ilegal – O Acre na Rota

No tocante ao Acre tornar-se rota internacional de migração ilegal, isto foi confirmada pelo governador do Estado, Tião Viana, em uma ampla entrevista concedida ao jornalista Josias de Souza, em 27 de abril de 2014, em matéria sob o título: “Acre virou rota internacional de imigração ilegal”. Na ocasião ele afirmou que seu Estado se transformou em “rota internacional de imigração ilegal”. Que os imigrantes são atraídos pelo tratamento humanitário que o país vem dispensando aos haitianos e cidadãos de outras nacionalidades que alcançam ao território brasileiro através do Estado acreano. Por exemplo: “Dominicanos, algumas centenas e senegaleses, chegaram alguns milhares deles, mas também houve o ingresso de outras nacionalidades, especialmente do continente

⁴⁶ Almir Andrade. Reportagem “Haitianos não podem passar para o Brasil”. 18 de Janeiro de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8BfN9RGiaDQ>

africano (Marrocos, Nigéria, Serra Leoa Camarões, dentre outras),” afirmou o governador. O que pode ser observado no (Mapa 3), o qual procura evidenciar um pouco da extensão e do tamanho do problema a ser enfrentado e administrado pelo Estado brasileiro. É importante frisar que do início do processo migratório de 2010, até o princípio do primeiro semestre de 2015, havia imigrantes de 14 diferentes nacionalidades, como pode ser observado na tabela abaixo. Entretanto, vale ressaltar durante os três primeiros anos (2010 – 2012), era apenas os haitianos que chegavam ao Brasil.

Tabela 2 - TOTAL DE ENTRADA DE IMIGRANTES (2010 até 26 Julho 2015)

ITEM	NACIONALIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
							(Até 26 de Julho)	
1	HAITI	37	1.175	2.225	10779	14333	8026	36.575
2	SENEGAL	0	0	0	589	1690	1387	3.666
3	REP. DOMINICANA	0	0	0	136	148	71	355
4	COLÔMBIA	0	0	0	6	13	3	22
5	NIGÉRIA	0	0	0	7	7	0	14
6	CUBA	0	0	0	0	7	1	8
7	GÂMBIA	0	0	0	1	2	2	5
8	BANGLADESH	0	0	0	0	0	4	4
9	EQUADOR	0	0	0	3	1	0	4
10	GANÁ	0	0	0	0	2	3	5
11	REP. CAMARÃO	0	0	0	2	1	0	3
12	BAHAMAS	0	0	0	1	0	0	1
13	MAURITÂNIA	0	0	0	0	1	0	1
14	SERRA LEOA	0	0	0	0	1	0	1
TOTAL		37	1.175	2.225	11.524	16.206	9.497	40.664

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Mapa 5 - MAPA da Rota Internacional da IMIGRAÇÃO Ilegal para o BRASIL

Fonte: elaboração própria com base em dados do IBGE/Secretaria Justiça e Direitos Humanos do Acre. Digitalização: Janio Q. Souto

Com o intuito de retratar quantitativa e extensivamente a dimensão que transformou o Acre em “rota internacional de imigração ilegal”, mostrar-se-á outras duas tabelas, desmembrando a primeira (acima exposta), em duas partes, cobrindo o período do início, a partir de 2010, até 26 de Julho de 2015, com o objetivo de destacar e demonstrar o quantitativo dos imigrantes haitianos, e das demais nacionalidades, ao longo do tempo, bem como chamar à atenção para o período (ano) em que passou haver mudanças no comportamento do processo migratório, tanto no aumento de indivíduos provenientes do Haiti, quanto na diversidade de países, como membros nacionais participantes de várias partes, inclusive dos continentes africano e asiático, caracterizando a utilização do território

do acreano, na porta de entrada e princípio da caminhada aventureira pelo território nacional brasileiro, em busca de melhores condições de vida.

Tabela 3 - Imigrantes (somente) Haitianos

2010	2011	2012	2013	2014	2015 (Até 26 de Julho)	TOTAL
37	1.175	2.225	10.779	14.333	8.026	36.575

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Tabela 4 - Imigrantes de outras nacionalidades (a partir de abril de 2013)

2013	2014	2015 (Até 26 de Julho)	TOTAL
745	1.873	1.471	4.089

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Ao se analisar a tabela com o total de entradas dos imigrantes, na Rota do Acre, conforme se observa algumas situações importantes, a saber: o início do processo, ocorrendo em 2010, com apenas 37 pessoas, provenientes do Haiti. Porém o movimento sofre gradativo aumento na medida em que se avança no tempo. No ano seguinte (2011), alcança 1.175, e no ano de 2012, houve o ingresso de 2.225 pessoas. Todavia um fato chama a atenção: até então, eram apenas imigrantes de origem haitiana. Depois, a partir do ano de 2013, a porteira escancarou-se, abrindo-se por completo. Diante da situação daquele momento, passou-se a preocupar as autoridades do governo estadual, ao afirmar que o “Acre virou Rota da Migração Internacional Ilegal”, tamanho o aumento no volume, que ampliou a quantidade de imigrantes, particularmente de haitianos, mas também passou a haver a participação de outras nacionalidades, principalmente, africanas, com destaque para os senegaleses, que mesmo após o fechamento do abrigo, na Chácara Aliança, em Rio Branco, continuaram entrando no território brasileiro, através do Acre.

Para tanto, pode-se observar a dinâmica do processo migratório, percebendo-se o tamanho do salto, saindo de 2.225 em 2012, para 11.524 em, 2013, para alcançar o ápice em 2014, com 16.206 e em 2015, até 26 de julho, ingressaram aproximadamente 9.5 mil

(9.497) pessoas, dos quais mais de 8 mil (8.026) eram haitianos e mais outras 13 nacionalidades, somando, portanto, representantes de 14 países. Destes, a metade é do continente africano, porém, não só com representantes de países da África, mas também, de outras partes do mundo, inclusive de Bangladesh. Porém, até o encerramento das atividades do abrigo (Chácara Aliança), em 01 de março de 2016, houve o incremento de mais duas nacionalidades, sendo um francês, que ingressou ainda em 2015 e outro imigrante da Costa do Marfim, que ingressou no ano seguinte (2016), perfazendo 16 diferentes nacionalidades, que utilizaram a Rota do Acre para adentrar em território brasileiro, enquanto durou o processo migratório.

Vale destacar que, a partir de julho de 2015, o governo brasileiro adotou medidas no sentido de aumentar o número de concessão de vistos no Haiti, passando de 100 para 800 vistos por mês. Com isso, facilitou a legalização para a entrada no país e os interessados no deslocamento foram aos poucos abandonando a Rota ilegal do Acre, para entrar direto pelos principais aeroportos. Conforme pode ser observado na matéria do G1/ACRE, de 08 de novembro de 2015, sob o título, Número de imigrantes em abrigo cai quase 60% em 6 meses no Acre. Que segundo, Antonio Carlos Crispim, um dos coordenadores do abrigo, a quantidade de abrigados vem se reduzindo nos últimos meses. Ele diz a capacidade máxima é de 240 pessoas, mas que durante o primeiro semestre havia mais de 5 vezes a capacidade do local, o que dificultava inclusive a manutenção do espaço de acolhimento, com banheiros quebrados e outras tantas questões de funcionamento interno. Ele comenta que “com a redução conseguimos reformar os banheiros e manter a limpeza com frequência (...) todo o ambiente agora está bem agradável e digno de atender os imigrantes”.

E disse mais, que o abrigo oferece aos imigrantes três refeições por dia, os gastos só com alimentação alcançam mais de 2 milhões de reais, com recursos do governo federal, em convênio administrado pelo governo estadual, através da SEDS (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social) e também, transporte de ônibus para diversas cidades do país. Que no final de outubro o governo do estado renovou o contrato com a empresa de ônibus, no valor de R\$600 mil, para realizar 14 viagens até o final (29) de fevereiro/2016, saindo

de Rio Branco/Acre, passando por Porto Velho (RO), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS).⁴⁷

Tabela 5 - ACRE: FLUXO DE ENTRADA DE IMIGRANTES

ITEM	NACIONALIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Até 01 março)	TOTAL
1	HAITI	37	1.175	2.225	10.779	14.333	9.011	5	37.565
2	SENEGAL	0	0	0	589	1.690	2.982	4	5.265
3	REP. DOMINICANA	0	0	0	136	148	105	5	394
4	COSTA DO MARFIM	0	0	0	0	0	0	1	1
5	COLÔMBIA	0	0	0	6	13	3	0	22
6	NIGÉRIA	0	0	0	7	7	0	0	14
7	CUBA	0	0	0	0	7	2	0	9
8	GÂMBIA	0	0	0	1	2	7	1	11
9	GANÁ	0	0	0	0	2	4	0	6
10	EQUADOR	0	0	0	3	1	0	1	5
11	BANGLADESCH	0	0	0	0	0	4	0	4
12	REP. CAMARÃO	0	0	0	2	1	0	0	3
13	FRANÇA	0	0	0	0	0	1	0	1
14	BAHAMAS	0	0	0	1	0	0	0	1
15	MAURITÂNIA	0	0	0	0	1	0	0	1
16	SERRA LEOA	0	0	0	0	1	0	0	1
TOTAL		37	1.175	2.225	11.524	16.206	12.119	17	43.303

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Para uma melhor compreensão do período, procura-se destacar, na Tabela, os dados da SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos), do governo do Acre, com os números dos imigrantes, especialmente dos haitianos, os quais mostram a evolução, com início do processo em dezembro do ano de 2010. Ao analisar-se a Tabela, com dados do período até o mês de julho do ano de 2015, é de chamar a atenção para a evolução da quantidade de haitianos dentro do processo. Posteriormente, outra parte separa a quantidade de imigrantes de outras nacionalidades que passaram a fazer parte do processo migratório, em abril de 2013, um ano antes da Copa do Mundo de Futebol e três anos antes das Olimpíadas do Rio/2016, de modo a demonstrar a importância do Acre na porta de entrada para a Rota Internacional de Imigração Ilegal para o Brasil. E por fim, a

⁴⁷ Portal G1. Número de imigrantes em abrigo cai quase 60% em 6 meses no Acre. 8 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/11/numero-de-imigrantes-em-abrigo-cai-quase-60-em-6-meses-no-acre.html>

continuação com o declínio do fluxo até o encerramento do abrigo, Chácara Aliança, em março de 2016, em Rio Branco-Acre.

Tabela 6 - Imigrantes (somente) Haitianos

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Até 01 março)	TOTAL
37	1.175	2.225	10.779	14.333	9.011	5	37.565

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Tabela 7 - Imigrantes de outras nacionalidades (a partir de abril de 2013).

2013	2014	2015	2016 (Até 01 março)	TOTAL
745	1.873	3.108	12	5.738

Fonte: SEJUDH/ACRE – Abrigo de Imigrantes e Refugiados – Rio Branco/AC.

Apesar dos dados supra mencionados, os mesmos representam apenas um momento, por ocasião do trabalho de campo, quando se visitou o abrigo e as Secretarias de Estado e outros órgãos estadual e federal, na cidade de Rio Branco, além de visitas às cidades brasileiras de Assis Brasil, Brasília/Epitaciolândia e a cidade peruana de Iñapari (Fotos, 04 e 05) e boliviana de Cobija, capital do Departamento de Pando.

Foto 19 - Iñapari, Cidade Peruana (Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Foto 20 - Iñapari, Saída para o Acre (Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Todas essas cidades estão situadas em espaços fronteiriços, pois tomando como referência as observações do Prof. Sidney Antonio da Silva, em artigo publicado na Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.8, n. 2, jul.-dez., 2015, p. 140, diz que:

A fronteira é um espaço social, e como tal é lugar de diferentes trocas materiais ou simbólicas para os que ali vivem. Para os que a cruzam com a intenção de se dirigir a outros lugares dentro de algum território nacional, ela pode assumir outros significados, pois é na fronteira física dos estados nacionais que se define o estatuto jurídico daquele que chega, autorizando ou não a sua permanência num determinado território. Nesse sentido, o direito de emigrar nem sempre coincide com o direito de entrar e permanecer como imigrante no país escolhido como “destino” ou de passagem. (SILVA, 2015, p.140).

Entretanto, durante o restante do ano de 2015, o processo migratório continuou e dentro dele ainda se destacaram os haitianos (9.011 pessoas). Com o incremento de outras nacionalidades, de diferentes continentes, na maioria africana, mesmo com a redução, do exercício anterior (2014, com 14.333 pessoas haitianas), quando alcançou o ápice, com o fechamento do abrigo na Chácara Aliança, localizada no bairro de Irineu Serra, na cidade de Rio Branco Acre, pelo governo do Estado (em 1º de março de 2016), ainda foi registrada a chegada de mais 05 pessoas. E a tabela abaixo mostra o acréscimo de mais duas nacionalidades: França e Costa do Marfim. Com o ingresso de 01 pessoa de cada nacionalidade, sendo que a pessoa francesa ingressou no segundo semestre de 2015, enquanto a pessoa marfinense chegou ao abrigo no ano de 2016. Esses dois imigrantes de língua francófona.

Neste sentido, pode-se dizer que segundo as palavras do governador, o Acre virou Rota Internacional de imigrantes, sendo uma das portas de entrada em território brasileiro. A SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos) apresenta lista com membros de 14 diferentes nacionalidades. Deste total a metade é de países africanos, que apesar da baixa quantidade e frequência, deve ser motivo de preocupação para a atuação dos órgãos públicos que atuam no controle fronteiriço brasileiro.

Ainda, na entrevista com o governador, ele demonstrou preocupação com os desdobramentos e no futuro ter que pagar caro por causa das ações praticadas no atual momento. Segundo ele, “nenhum país no mundo que acolhe imigrantes que chegam ilegalmente, com ou sem coiotes, dá abrigo, alimentação e ainda procura emprego para

eles. Isso vai trazer consequências que podem ser dramáticas para o país. A África toda está de olho para essa rota que se abriu. Quando era só o Haiti, já era um problema. Agora temos a República Dominicana e a África.”

O governador disse que os imigrantes chegam pelo Equador, passam pelo Peru, alcançam o território brasileiro pela cidade acreana de Assis Brasil e de lá seguem até Brasiléia, no Acre, onde fazem uma parada, de onde posteriormente são deslocados para outros Estados.

Geralmente são agenciados por ‘coiotes’ (nome dado aos agentes que atuam junto aos imigrantes ilegais), que atuam livremente, sem que a Polícia Federal os reprimam. Segundo ele, que embora alertado, o governo federal demora a reagir, no sentido de coibir as práticas dos fora da lei. Conforme o mapa abaixo.

Também, pode ser observado, na Ponte da Integração, que une as cidades da Assis Brasil, no Acre e Iñapari, no Peru, na tríplice fronteira, situada na parte Oeste brasileira, na Amazônia Ocidental, os pavilhões nacionais de cada país, como visto numa foto abaixo. Essa ponte possui 240 metros de extensão, 110 metros de vão livre e custou R\$ 25 milhões, obra custeada pelos governos do Brasil e do Peru.

Portanto essa referida ponte representa a integração daquela parte brasileira (Acre, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso) ao mercado interno do Peru e toda a América Latina, além do Pacífico, através de portos peruanos, assim como, assim como o comércio de produtos produzidos na vizinha república incaica que poderiam ser comercializados no Brasil. Esse foi o discurso no momento da inauguração, por autoridades dos países envolvidos. Todavia, tal integração ainda não foi concretizada,. Parecem palavras levadas ao vento.

Foto 21 - Rodovia Interoceânica, Sentido Acre (Fronteira–Brasil/Peru/Bolívia)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Foto 22 - Ponte da Integração, entre as cidades de Assis Brasil, no Acre/Brasil e Iñapari, Madre de Dios/Peru (Inauguração) – Fronteira – Brasil/Peru/Bolívia.

Fonte: OLIVEIRA (2014)⁴⁸

⁴⁸ Oliveira, op. Cit. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014

Na atualidade, a ponte se encontra pintada, na metade, nas cores verde e amarelo, do lado brasileiro; vermelho e branco, do lado peruano. Foi esse caminho que não integrou o Brasil à América Latina que ensejou a imigração de tanta gente que passou por essa ponte.

Foto 23 - Ponte da Integração, Assis Brasil–Acre

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Na atual conjuntura internacional é de praxe a discussão sobre a mobilidade humana encontrar espaço no debate das políticas nacionais, focalizadas no âmbito das fronteiras geopolíticas, quando o imigrante passa a ser um "problema" para o país receptor. Porém, com isso omite-se que é justamente o mesmo sistema que favorece o crescimento econômico dos países ricos e que empobrece a cada dos países pobres, de onde partem os migrantes. Portanto, pouco se fala de políticas migratórias no panorama internacional, a não ser quando se referem à lei de segurança de fronteiras. No entanto, faz parte da autodeterminação dos povos a defesa territorial, no interior de cada Estado Nação, o qual decide quem entra e/ou deve permanecer nos limites do país, por meio do arcabouço legal, assinando e fazendo cumprir os acordos internacionais.

Em sua maioria, os movimentos migratórios respondem às necessidades de demandas dos países industrializados por mão-de-obra barata para a agricultura,

alimentação, construção, indústria têxtil, serviços domésticos e cuidados com os doentes, idosos e crianças etc. Em várias realidades, cabem aos migrantes os chamados “trabalhos sujos”, que são aqueles perigosos, difíceis, exigentes e indesejáveis. Todavia, a partir do episódio de 11 de setembro de 2001, houve uma grande mudança no panorama internacional para o aceite de imigrantes, especialmente, nos países desenvolvidos. (NETO, 2006)

6.2 Migração Internacional – Conflitos com a Ordem Estabelecida

Dentre as muitas causas da migração internacional, se destacam os conflitos armados, a opressão política, a pobreza, a ausência de redes de segurança para as necessidades fundamentais, a degradação ambiental, os desequilíbrios demográficos, os fatores climáticos, o processo acelerado de urbanização e a ausência de participação nos processos políticos e tantos outros. Esses fatores constituem um conjunto de causas, dando origem a uma emigração de fuga das condições das más condições de vida.

Portanto, nesse contexto, se originam os deslocamentos compulsórios, que são eminentemente de trabalhadores, ora expropriados de suas terras, de seus postos de trabalho e emprego, ora pressionados pela ausência de oportunidades etc., que se vêem obrigados a migrar em busca de alternativas de sobrevivência. Os migrantes se tornam uma espécie de "provocação" que incomoda a "ordem preestabelecida" levando a se transformar em parceiros da luta por um mundo solidário, onde haja espaço para todos viverem com dignidade.

Nesse aspecto, a América Latina se destaca como um dos maiores espaços de emigração rumo à América do Norte, à Europa e à Ásia, nas últimas décadas. O debate de tal temática ganha vulto nas discussões de ordem institucional e nas instâncias não-governamentais. Entretanto, pouco tem sido feito para a operacionalização de políticas migratórias que contemplem tanto o fluxo de emigração internacional quanto o movimento das migrações internas. Entretanto, outro movimento migratório observado na América Latina, é a migração entre os países de fronteira. Nos relatórios oficiais esse dado nem sempre é considerado com a devida relevância.

De outra parte, a geografia é favorecida pelo fato de empreender estudos de âmbito regional, o que pode conceder visão mais abrangente, através da análise das características estruturais da região de origem dos migrantes e municiar com explicações sobre os deslocamentos atuais e futuros. No caso interno do Brasil, grande parte das explicações chama à atenção para a análise da estrutura agrária, como efetivamente “expulsora” de grupos sociais inteiros de seus respectivos lugares de origem. Essas áreas expulsoras são caracterizadas pelos aspectos econômicos ou pelo modo de produção vigente, “a noção de pressão demográfica é utilizada no primeiro caso, enquanto as análises de transformações nas relações de produção são enfatizadas pelos que adotam o paradigma marxista” (PÓVOA NETO, 1997, p.17).

A geração de trabalhadores excedentes pelo capitalismo, separados dos meios de existência, dão origem ao deslocamento, à procura de trabalho. A condição necessária para a existência da acumulação de capital advém da disponibilidade dos trabalhadores se apresentarem para o assalariamento, nos diversos pontos do território. Isto demonstra que a migração não é um simples mecanismo de redistribuição espacial das populações, mas sim uma dinâmica ligada às solicitações do sistema econômico, configurando suas diversas modalidades, na existência específica de organizações socioespaciais. (PÓVOA NETO, 1997)

Na avaliação de Póvoa Neto (1997), esta corrente de pensamento é compartilhada pelo economista Jean-Paul Gaudemar, quando chama a atenção para uma dimensão subestimada que o marxismo consegue “focar” melhor, dimensão esta que seria referente à constituição da força de trabalho como mercadoria, como disseram antes os economistas clássicos e neoclássicos sobre a categoria e mobilidade do trabalho quando tratada de forma apologética, sendo simultaneamente como “correção” aos desequilíbrios regionais e o patamar a ser alcançado. Conforme Gaudemar, os deslocamentos espacial e setorial dos trabalhadores acabam atendendo às solicitações da acumulação capitalista (PÓVOA NETO, 1997).

Ao analisar a obra de Marx, Gaudemar considera como mobilidade do trabalho a qualidade dos corpos dos trabalhadores, por terem seu valor agregado ao uso pelo capital nos ritmos de localizações e intensidade para a máxima produção de valor. Isto seria a chave-mestra de todo o desenvolvimento capitalista e não apenas a descrição dos

deslocamentos espaciais dos trabalhadores. Sendo assim, o conceito de mobilidade do trabalho “é um processo abrangente no qual os homens se tornam crescentemente disponíveis com sua força de trabalho para utilização compulsória destas nos moldes capitalistas” (PÓVOA NETO, 1997, p.19).

Por esta perspectiva o “deslocamento espacial seria apenas uma dimensão daquele processo, que se constituiria, num primeiro plano, na produção da força de trabalho que é o momento da aquisição da mobilidade pelo trabalhador; a acumulação primitiva da teoria de Marx. Num segundo plano ocorreria a utilização da força de trabalho, momento no qual se aprofundaria a divisão do trabalho e, finalmente, o momento da circulação da força de trabalho onde ocorre a submissão do trabalhador às forças do mercado ao este se deslocar espacial e/ou setorialmente pelos diversos ramos da atividade econômica” (GAUDEMAR, *apud* PÓVOA NETO, 1997, p.20).

Em nível nacional, o Estado brasileiro apresenta várias limitações no que tange a uma política de migração que lhe permita o "princípio da reciprocidade", coerente com as exigências que vem apresentando quanto ao tratamento de migrantes brasileiros no exterior. A legislação migratória do Brasil, a Lei nº 6.815 datada de 19 de agosto de 1980, foi aos poucos se transformando em políticas de controle, que culminaram em leis profundamente autoritárias e restritivas, editadas durante o governo dos militares (SPRANDEL, 2001, p.98). Foi elaborada sem a participação da sociedade civil, tendo como referência a Lei de Segurança Nacional.

Depois de passados mais de 25 anos, o governo brasileiro, e após muitas pressões das organizações sociais ligadas aos migrantes, iniciou o processo de reformulação da antiquada legislação, indicando a elaboração de uma lei que responda aos desafios da migração internacional, no respeito aos direitos humanos, ao direito humanitário, à dignidade inalienável de cada ser humano. Por um lado, isso apresenta muitos avanços e contempla situações que de há muito vinham sendo pleiteadas pelos migrantes e pelas instituições que atuam direta ou indiretamente com eles. Por outro, a nova lei proposta pelo Estado brasileiro, continua com muitas lacunas, limitações e distorções. Perdura, ainda, a grande contradição: em vez de apresentar uma nova política migratória, a nova lei insiste em continuar designando os migrantes que adentram no território brasileiro de "estrangeiros". Essa terminologia legitima uma postura de distanciamento, e, novamente, as políticas de controle podem ganhar maior relevância que as políticas migratórias.

6.2.1 O Papel do ACNUR como Agência Internacional

No contexto de apoio ao movimento migratório internacional foi instituído o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), criado pela AGNU (Assembleia Geral das Nações Unidas), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo de proteger e assistir às vítimas de perseguição, da violência e da intolerância. Desde então, ajudou mais de 50 milhões de pessoas, sendo uma das principais agências humanitárias do mundo, tendo dois objetivos básicos: a) proteger homens, mulheres e crianças refugiadas; b) buscar soluções duradouras para que possam reconstruir suas vidas em um ambiente normal. Portanto, sendo uma organização humanitária, apolítica e social. Seu Estatuto enfatiza o caráter humanitário e apolítico do seu trabalho, definindo como competência assistir a qualquer pessoa que se encontrar fora de seu país de origem, sem poder regressar “por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política”. Posteriormente, foi ampliado o termo refugiado, passando a considerar quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Na atualidade, se estima que há mais de 43 milhões de pessoas dentro do interesse do ACNUR, entre solicitantes de refúgios, refugiados, apátridas, deslocados internos e repatriados. Estas populações estão distribuídas em todos os continentes. Contando com cerca de 7.200 funcionários, dos quais 705 deles trabalham em Genebra, na sede da organização. O restante encontra-se empregado no campo, trabalhando na assistência direta aos refugiados e deslocados internos. A agência atua em 126 países, inclusive em regiões de conflito (Sudão, Chade, Colômbia), zonas afetadas por catástrofes naturais e em operações de repatriação de refugiados, como em Angola e Afeganistão.

Com um orçamento reduzidamente modesto, da ordem de 3 bilhões de dólares anuais, o ACNUR é uma agência que se mantém através de contribuições voluntárias, por parte dos países doadores. Para tanto, necessita promover campanhas para captação de recursos, com objetivo de obter importantes fundos, para o atendimento de milhões de pessoas sobreviventes ao redor do mundo. Daí tais recursos são buscados junto a comunidade internacional e, também, junto ao setor privado, além de doadores particulares, em todas as partes do planeta.

Presente no Brasil, o ACNUR participa em cooperação com o (CONARE) Comitê Nacional para os Refugiados, órgão de Ministério da Justiça, na proteção física e legal dos refugiados no país, com direito à documentação e aos benefícios das políticas públicas de educação, saúde e habitação, dentre outros. Tudo isso para a garantia da assistência humanitária e da integração dessa população. Neste sentido, a Agência atua em parceria com diversas ONGs presentes no território nacional. Para implementar muitos dos programas, dentre os quais estão os de integração local, que procura criar facilidades para a inserção de refugiados na comunidade e os de reassentamento, os quais recebem refugiados que estão sofrendo ameaças e problemas de adaptação no primeiro país de refúgio.

6.2.2 O Papel dos Organismos Nacionais

Os organismos brasileiros voltados para o apoio à questão migratória são: o CONARE, Comitê Nacional para os Refugiados; uma instituição do Ministério da Justiça, cabendo a presidência do Comitê; o MRE, Ministério das Relações Exteriores, tendo a responsabilidade da vice-presidência; além de representantes de outros Ministérios da Administração Pública Federal, e o ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

O CONARE é um órgão de deliberação coletiva, sediado em Brasília-DF, criado no âmbito da Lei 9.474/97, por consequência da assinatura do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas, em 1951, e do Protocolo de 1967. O CONARE é composto por sete membros representantes dos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores, Trabalho e Emprego, Saúde, Educação, Departamento de Polícia Federal, Caritas – Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro (ONG) e o ACNUR, como observador, com direito a voz, sem voto.

Há outro órgão com ações de apoio voltadas ao imigrante que é o CNIg (Conselho Nacional de Imigração), criado através da Lei nº 6.815, em 19 de agosto de 1980, sendo órgão colegiado vinculado ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Sua organização e funcionamento são definidas pelos Dec. nº 840, de 22 de junho de 1993 e o nº 1.640, de 19 de setembro de 1995, alterados pelo Dec. nº 3.574, de 23 de agosto de 2000 e na

atualidade é regido pela Portaria nº 634, de 21 de junho de 1996. O Conselho é composto por um representante dos Ministérios relacionados ao setor; cinco representantes dos trabalhadores; cinco dos empregadores e um representante da comunidade científica e tecnológica, que na ausência do membro titular é convocado o suplente e na impossibilidade de ambos (titular, ou suplente), poderá participar das discussões outros representantes, desde que devidamente credenciados pelo órgão indicado, mas esses representantes não têm direito a voto.

O Conselho se reúne sempre que for convocado pela iniciativa de seu Presidente, ou pela maioria de seus membros. Cabendo ao órgão coordenar e orientar as atividades migratórias e formular objetivos para a política de imigração; promover estudos relacionados à questão migratória; levantar às necessidades de mão de obra estrangeira qualificada; estabelecer normas de seleção de imigrantes, além de opinar sobre alteração da legislação relativa à imigração.

Tendo como referência a Resolução Normativa do CNIg (Conselho Nacional de Imigração) nº 97, de 12 de janeiro de 2012, identificou razões humanitárias na migração de haitianos para o Brasil, particularmente, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, com ocorrência do terremoto no Haiti. Considerando, ainda, a acolhida e a inserção social dos haitianos no território brasileiro. Diante disso, o Presidente do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) decide, o Presidente do CNIg autoriza e o Diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça, concede a permanência dos interessados relacionados em listagem que integra o presente despacho. Por ocasião do registro junto à Polícia Federal, que deverá ser solicitado no prazo de até 01 (um) ano a contar da presente publicação, quando serão realizadas as consultas complementares, o interessado deverá apresentar um rol de documentos necessários, fazendo juntada à solicitação, iniciando com um requerimento e findando com a comprovação de pagamento de taxas.

Após análise e aprovação da papelada, os interessados são comunicados para prosseguirem com os processos de solicitações de refúgio, tendo, para tanto, o prazo de 30 dias para apresentar petição diretamente ao CONARE, ou as unidades da PF (Polícia Federal), contendo endereço atualizado do interessado, conforme os termos do art. 6º, inciso II, da Resolução CONARE nº 18 de abril de 2014. Nesse caso, houve a publicação de uma lista completa para consulta, nos sites dos Ministérios do Trabalho e Previdência

Social e da Justiça⁴⁹. Uma publicação conjunta pelos Presidentes do CNIg e CONARE e também, pelo Diretor do Departamento de Estrangeiros, com mais de 43 mil vistos de permanência concedidos aos haitianos no país. Visando inibir ações de “coiotes” a embaixada brasileira, em Porto Príncipe, Haiti, a partir de 2015, adotou medidas que facilita a liberação do visto para ingressar no Brasil. Com esse procedimento, a Rota da Migração Ilegal, pelo norte brasileiro (Acre e Amazonas) fechou as portas.

Mapa 6 - MAPA do BRASIL – Fluxo interno da Imigração Haitiana

Fonte: elaboração própria com base em IBGE/SEJUDH (AC). Digitalização: Janio Q. Souto

⁴⁹ Relatório disponível em:

<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Trabalhoestrangeiro/listadepermanencia.pdf>

Ao se analisar a tabela com o total de entrada dos imigrantes, na Rota do Acre, pode-se observar algumas situações importantes, a saber: o início do processo, ocorrendo em 2010, com 37 pessoas, provenientes do Haiti e que aumentou para 1.175, em 2011 e no ano de 2012 houve o ingresso de 2.225 pessoas. Porém um fato chama atenção são, apenas, imigrantes de origem haitiana. Entretanto, a partir de 2013 a porteira se abriu. A Rota do Acre, o volume aumentou, ampliando-se a quantidade de haitianos e a participação de outras nacionalidades, principalmente, africanas, com destaque para os senegaleses, que mesmo após o fechamento do abrigo, em Rio Branco, na Chácara Aliança, continuam entrando em território do Brasil, através do Acre. Vejam o tamanho do salto, saindo de 2.225 em 2012, para 11.524 em, 2013 e para 16.206 em 2014, e em 2015, até 26 de Julho, ingressaram mais de 8 mil pessoas, com representantes de 14 países, destes, a metade do continente africano, mas não só da África, mas também, inclusive de Bangladesh.

Neste sentido, pode-se dizer que Acre virou Rota Internacional de Imigrantes Ilegais, sendo porta de entrada no território brasileiro. A SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos) apresenta lista com membros de 14 diferentes nacionalidades, destes a metade é de países africanos, que apesar da baixa quantidade e frequência, deve ser motivo de preocupação para a atuação dos órgãos públicos que atuam no controle fronteiriço brasileiro.

Foto 24 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Foto 25 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

Foto 26 - Rio Acre em Assis Brasil/Acre (Fronteira – BRASIL/PERU/BOLÍVIA)

Fonte: acervo de Valtemir E. Souza

CAPÍTULO 7: MERCADO DE TRABALHO – INSERÇÃO, DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÃO – ELEMENTOS QUE ESTIMULAM OU RETRAEM O FLUXO MIGRATÓRIO

7. O MERCADO DE TRABALHO

7.1 O Processo de Inserção

O mercado de trabalho brasileiro é muito amplo e diversificado, porém exigente, especialmente com o migrante que é elemento estranho, desconhecido e desconhecedor das entranhas nas relações de trabalho do e no local (país, estado ou município). Por isso, às vezes, vai contar com a solidariedade dos locais, para as informações, uma vez que o SINE (Sistema Nacional de Emprego), órgão oficial do governo federal do Brasil, sob a coordenação do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), não funciona como se preconiza, pois nem todas as vagas de trabalho são ali cadastradas.

No caso dos haitianos, havia uma espécie de rede de solidariedade, tanto pública quanto da sociedade civil e religiosa, ligada especialmente à igreja católica, particularmente os scalabrinianos, que desde a chegada em Tabatinga e também em Manaus no Amazonas, bem como na cidade de São Paulo, além de outras várias cidades pelo país afora, prestaram e continuam a prestar grandioso apoio aos imigrantes de diversas nacionalidades, mas no caso particular dos haitianos, apóiam com palestras junto aos postulantes a empregadores, e aos imigrantes caribenhos (haitianos) candidatos a vagas de empregos, os auxiliam com aulas de língua portuguesa, além de abrigo e alimentação, dentre outros serviços de cunho social.

Na cidade de Tabatinga, o padre Gonçalo Franco presta grandioso apoio com abrigo e alimentação, além de organizar leilões visando arrecadar recursos para ajudar a pagar despesas de viagem até Manaus, de quem tem visto de autorização, pois sem ele não podem chegar aos centros maiores. Porém, para obter tal autorização não é nada fácil, segundo o delegado chefe da PF, Alexandre Rabelo. Os haitianos não se enquadravam na categoria de refugiados, e o órgão não mais emite a documentação que eles deveriam obter, ou seja, o visto no Haiti. Mas, na visão do sacerdote, sem o documento “eles ficariam presos, sem ter como ir para outras cidades e também não querem voltar, como sugerem as autoridades,

pois pegaram empréstimos e gastaram suas economias no trajeto da viagem, não têm dinheiro para voltar”. Para ele, Tabatinga é como um limbo para os haitianos, sem a devida legalização. As circunstâncias mereceram a visita, na região do coordenador-geral do CONARE (Conselho Nacional para Refugiados), Renato Zerbini, no mês de janeiro, para analisar a situação, na ocasião a assessoria informou que os imigrantes haitianos não estavam em situação de refúgio, pois eles não sofriam perseguições étnicas, nem político-religiosa, apenas fugiam da miséria e precárias condições de vida, e mais, que o processo de permanência deles seria analisado pelo CNIg (Conselho Nacional de Imigração), do Ministério do Trabalho. (ROSSETTO, 2011)

Em Manaus (AM), os imigrantes contam com apoio da Igreja Católica (paróquia de São Geraldo), por meio de padre Gelmino Costa, com abrigo e alimentação e ensino da língua portuguesa, e até mesmo encaminhamentos médicos, pois vários deles precisam inclusive de cirurgias. Há a presença de mulheres grávidas, com o nascimento de duas crianças no princípio de março/2012, com dificuldade de encontrar moradia, transportes e mudanças outras necessidades.

A inserção dessa gente no mercado de trabalho foi feita através dos veículos de comunicação (rádios, jornais e televisão), ao empresariado local, com a resposta positiva ao chamamento, tendo a construção civil com maior volume, mas há pedidos para caseiros, domésticos, zeladores de sítios e chácaras, até mesmo para pisciculturas e hortas, evitando lugares afastados e possíveis exploradores. Houve também, empresários de diversas partes do país com oferta de empregos. Eles viajam até a capital manauense, onde selecionavam e então providenciavam o deslocamento dos seus respectivos recém contratados para o campo de trabalho.

Assim, para o Paraná foi enviado 230 haitianos (observar o Vídeo, com reportagem do Estadão, de 20 de abril de 2013, cujo título: Imigrantes haitianos encontram trabalho no Paraná)⁵⁰, e mais 500 para mais de 15 cidades do Rio Grande do Sul, e 50 para outros

⁵⁰ Vídeo mostra haitianos que foram recrutados na cidade de Brasília (AC) e também em Manaus (AM), para trabalhar em granjas de frangos no interior do Paraná (Reportagem do Estadão). Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=V1zzmoYrSV4&t=2s>

Estados. E mais, aproximadamente 400 deles para São Paulo, que foram por conta própria, os estados do Sul e Sudeste são os principais destinos, dos imigrantes haitianos⁵¹.

No Acre, os imigrantes não contaram com o apoio dos scalabrinianos, pois não se fazem presentes ali naquele estado. Entretanto, puderam contar com grande apoio do poder público e da sociedade civil e também do Comitê de Direitos Humanos, composto inclusive por membros da Igreja Católica, que no primeiro momento foram importantes para mobilizar e sensibilizar autoridades, estadual e federal para abertura da fronteira e demais providências, especialmente humanitário, viabilizando abrigo e alimentação, além de outras necessidades, no plano administrativo, como maiores facilidades de acesso ao protocolo junto a Polícia Federal e outros demais documentos, como Carteira de Trabalho e CPF e mais, auxílio no transporte por meio de ônibus fretados pelo governo estadual em convênio com o governo federal, (entre as Secretarias de Estado e o Ministério da Justiça), fazendo-os chegar a várias cidades brasileiras, localizadas em diferentes regiões do país.

Assumindo o maior destaque na preferência entre os imigrantes, a cidade de São Paulo, no Sudeste, complementada por outras tantas, a partir de Porto Velho, capital de Rondônia, passando por Cuiabá, capital do Mato Grosso, além de outras cidades localizadas no Sul do país. Inclusive com o ônibus saindo de Rio Branco, no Acre, até Porto Alegre no Rio Grande do Sul, passando pelos estados do Paraná e Santa Catarina (ver MAPA 6).

Além de todo o esforço por parte do poder público, houve muita mobilização de empresários e fazendeiros, deslocando-se até as cidades onde se encontravam os imigrantes, visando contratá-los para atender às necessidades de demandas por mão de obra, a partir do momento de acertado a contratação com os futuros empregados, todas as despesas de deslocamentos são arcadas pelos contratantes até o local do trabalho.

7.1.1 Os problemas na Inserção

Uma das maiores dificuldades que os imigrantes haitianos se deparam no mercado de trabalho brasileiro é a questão da língua, pois o conjunto de idiomas utilizado por eles,

⁵¹ Portal D24am. **Empresários estão levando haitianos de Manaus para o sudeste do Brasil**. 22 de Maio de 2012. Disponível em: <http://d24am.com/amazonia/empresarios-estao-levando-haitianos-de-manaus-para-o-sudeste-do-brasil/>. Também pode-se verificar a informação no vídeo da TV Estadão de 20 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1zzmoYrSV4&t=2s>

nenhum deles é o português. Então, visando superar tal problema, em várias locais de permanência, é sempre organizado cursos para ensiná-los a língua portuguesa, mas também, a cor da pele é um componente importante, pois as pessoas de pele escura, em nosso país, geralmente, estão ligadas aos serviços cuja mão de obra é pouco valorizada.

A grande maioria dos migrantes haitianos foi ocupada nos serviços de construção civil, tais como: serventes de pedreiros e/ou pedreiros, e eletricitas, também trabalhos em frigoríficos de frangos, além de trabalhos em fazendas. Entretanto, também houve ocupações em outras atividades, em cozinhas, como ajudantes e entregadores, como motoboys e outros tantos serviços urbanos, mas também de soldadores e serviços em oficinas de carros e consertos de celulares. Por outro lado, os migrantes de senegaleses, que professam a fé mulçumana são aproveitados em plantas de frigoríficos, em cujos cortes devem seguir regras especiais, as carnes destinadas à exportação, particularmente, para países de religião mulçumana seguem procedimentos e recomendações especiais, pois não consomem carnes com qualquer corte, exigindo, para tanto, cuidados com o manuseio que vão desde o abate do animal ao corte final.

Contratos de Trabalho: Reportagem, Altino Machado, 20/01/2012, sob o título: Fazendeiro busca haitianos no Acre – Antonio Carlos Fanganiello Melhem, acompanhado do filho, engenheiro Agrônomo, de São Paulo/SP, do município de Sete Barras/SP, região de Registro/SP, contrata 10 ou 12, cerca de três famílias, para crescerem juntos no negócio, segundo o fazendeiro, que faz críticas ao Seguro Desemprego, onde o trabalhador brasileiro pede demissão para recebê-lo e, depois, forçar nova contratação sem registro, para ganhar dobrado, uma fraude, ação indesejada mas praticada.⁵²

Outra reportagem a respeito de Contrato de Trabalho de imigrantes haitianos, em Brasília/AC, é matéria na agazeta.net, numa reportagem de Gerson Rondon, em 25/01/2012, sob o título: haitianos são escolhidos pela canela para trabalhar no Brasil. Na matéria há o relato da contratação de 20 trabalhadores para Porto Velho/RO, trabalho em frigorífico, mais 10 para trabalhar em Campo Grande/MS e mais 20 para uma empresa de

⁵² Reportagem de Altino Machado. 20 de janeiro de 2012.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4g5ur68DYA>

Goiânia/GO. Porém, ocorre o relato por parte do empregador rondoniense, que seleciona os trabalhadores pela grossura da canela, fazendo alusão ao tempo da Escravidão.⁵³

7.2 O Desenvolvimento e Transformação do Migrante

Segundo relato de um religioso, os imigrantes do Haiti pararam de chegar ao Amazonas, em 2012, aproximadamente, 6 (seis) mil pessoas passaram pelo estado, a ampla maioria de jovens do sexo masculino, com idade entre 22 e 35 anos de idade, mas a metade ainda permanece na cidade, alguns deles se tornaram pequenos empresários, como por exemplo, Theranor Ogiris. Um mestre de obras de 37 anos ingressou no Brasil, por Tabatinga (AM), em 08 de novembro de 2011, que sofrendo de hérnia de disco, contou com ajuda da PF, ao liberar o Protocolo, viajou de barco para Manaus, onde obteve ajuda dos padres, Gelmino e Valdecir, da Paróquia de São Geraldo, conseguiu trabalhar durante algum tempo num restaurante, juntou dinheiro e montou um mercadinho no bairro, posteriormente, trouxe toda a família, a mulher e os cinco filhos. Ele conta que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, não pretende sair da cidade, pois foi bem acolhido, avalia.⁵⁴

⁵³ Reportagem da TV A Gazeta. 25 de janeiro de 2012.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hsY9RZikTwA>

⁵⁴ Diário A Crítica. *Seis anos após tragédia, haitianos que elegeram Manaus como novo lar não querem mais sair daqui*. 12 de janeiro de 2016. Disponível em:

<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/seis-anos-apos-tragedia-haitianos-que-elegeram-manaus-como-novo-lar-nao-querem-mais-sair-daqui>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo migratório de haitianos para o Brasil, através do território acreano, com entrada pela cidade de Assis Brasil, na Microrregião de Brasiléia, no período de 2010 – 2016, evidenciando uma estratégia desenvolvida a partir dos limites da sobrevivência, que após o revés causado por catástrofes naturais (terremoto e furacão), praticamente varrendo-os até então dos postos de trabalho existentes, aumentou, sobremaneira, às dificuldades de permanecerem no país, tendo como saída a retirada/saída para o Brasil.

A relação entre migração e trabalho tem sido uma constante com o melhoramento dos sistemas de transportes e comunicações, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a ampliação de mercado, depois de superada a guerra fria, com a melhoria da produção e produtividade, por meio da adoção do modo de acumulação flexível do regime capitalista e nas relações da legislação trabalhista, promovida pela transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX Harvey, (2003). Portanto, é importante observar que o trabalho é o principal fator dinamizador do processo migratório.

À época, o contexto do processo migratório em pauta, o Brasil se mostrava como um país de boas oportunidades econômicas. Ao iniciar a migração com destino ao território brasileiro, os haitianos inauguram uma nova rota internacional ilegal, inicialmente, utilizada por eles e, posteriormente, por senegaleses e, na extensão, por membros de outras nacionalidades que também passaram a fazer uso da rota e chegar sem visto e entrar no Brasil, através do Acre, pela cidade de Assis Brasil, na fronteira com a cidade peruana de Iñapari, de onde seguem para as cidades de Brasiléia/Epitaciolândia, na Microrregião de Brasiléia, para então, seguir, com apoio do governo estadual/federal, com destino para diversas cidades, nos vários Estados e Regiões do país.

Por meio do apoio estatal, muitos deles se deslocaram até a vizinha cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, em busca de inserção no mercado de trabalho da construção civil, posto que, naquela cidade, estava sendo construídas duas Hidroelétricas no rio Madeira (Jirau e Santo Antônio), contando com apoio do poder público na intermediação com empresários locais e a solidariedade da sociedade civil, à medida que passavam a

tomar conhecimento da motivação da migração e como vítimas do terremoto precisavam de ajuda, mas especialmente de trabalho.

A imigração haitiana para o Brasil permite desenvolver diferentes debates, como por exemplo, a política migratória, a presença de tropas brasileira no Haiti (MINUSTAH), que após 13 anos de atuação, com o contingente dividido em três unidades militares: o BRABAT (um Batalhão de Infantaria); o BRAMAR (um grupamento operativo de fuzileiros navais) e a BRAENGCOY (uma companhia de engenharia militar), com a participação de 26 contingentes, totalizando 37,5 mil soldados, com 22 mortos, a maioria durante o terremoto que passaram pelo Haiti.

Segundo o Ministério da Defesa, até o ano de 2013 o país havia desembolsado R\$2,1 bilhões. Porém a ONU reembolsou 35% do montante gasto. As despesas do país, em dez anos de MINUSTAH, foi de: R\$1.3 bi. Apesar de todos os problemas enfrentados, especialistas e autoridades avaliam a missão como positiva, tanto para o Brasil, quanto para o Haiti (KAWAGUTI, 2014).

O Brasil, desde 2004, como parte integrante da MINUSTAH, exerce o comando (*Force Commander*), como parte da Política Externa Brasileira e membro não permanente do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas). Em atendimento ao pedido do governo local, que enfrentava graves problemas internos, a ONU (organização das Nações Unidas), instituiu através da Resolução 1.542, a MINUSTAH, visando “contribuir para a segurança do povo haitiano e promover a manutenção da ordem democrática” (MRE, 2014).

Para desenvolver, efetivamente, as atividades em território haitiano, as tropas brasileiras adotaram estratégias diversificadas como forma de ‘ganhar’ a confiança da população do país, fazendo uso da força e também de atividades de lazer (jogo de futebol entre as Seleções, brasileira e haitiana), sob o título: “o dia em que o Brasil esteve aqui”, com o “Jogo da Paz” no site da (CBF, 2015), bem como dito pelo (ME, 2004), e ainda, a importância do jogo para a segurança e diplomacia do Brasil no Haiti (ME, 2004), também pode ser observado (BIAZZI e NETO, 2007), outros atendimentos, como médico e social (distribuição de água e alimentos e até mesmo montagem e manutenção de creches em bairros carentes), superando as resistências e criando modelos para possíveis e/ou futuras intervenções, em outras partes, inclusive no território brasileiro (MD, 2014).

Desde abril de 2004, o Haiti realizou três eleições presidenciais democráticas. Também, contou com a ajuda da missão para superar as emergências humanitárias do pós-terremoto de 2010 e pós-furacão de 2016. A missão foi bem-sucedida, no restabelecimento da ordem interna, no combate à violência, especialmente contra as gangues que aterrorizavam a população, agindo livremente na capital Porto Príncipe, particularmente nas zonas de Belair, Cité Soleil e Cité Militaire.

No aspecto da ordem democrática, desde então (MD, 2015) e a história dos dez anos da participação brasileira na MINUSTAH, no Haiti (MD, 2014), até aquele momento, havia realizado duas eleições presidenciais no país, demonstrando a estabilização do ambiente interno. (MRE, 2014). E mais, ao longo do tempo realizou cooperação técnica e humanitária, visando o desenvolvimento do país. A companhia de engenharia militar empreendeu projetos de rápido impacto, como, perfuração de poços e açudes, contenção de encostas, reparos e construção de estradas e ações de defesa civil (terremoto/2010 e furacão/2016). Entretanto, em 2017 (15 de outubro) o CSNU, através da Resolução 2350, estabelece transição sem componente militar, da MINUSTAH para a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), cujo objetivo foi apoiar o diálogo político e o fortalecimento da PNH (Polícia Nacional do Haiti) e as instituições judiciais e penais, com respeito aos direitos humanos. Sendo assim, do ponto de vista da segurança, a missão foi bem-sucedida.⁵⁵

No entanto, o objetivo deste trabalho é o estudo do recente movimento migratório haitiano para o Brasil, que a partir de dezembro de 2010, até início do ano de 2016, utiliza o território do Acre como porta de entrada para o restante do país, de onde se deslocam, para várias cidades situadas nas diversas unidades da federação brasileira, situadas nas principais regiões, mas especialmente para o Sudeste e Sul, particularmente, São Paulo, além de várias cidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, via rodoviária, em ônibus fretado pelo governo do estado conveniado com o governo federal.

Esse fluxo migratório do Haiti para o Brasil surge como algo novo. Por isso, é importante entender por que os haitianos optaram pelo caminho ilegal para adentrar ao Brasil? E por que escolher o Acre como rota, se o mesmo está localizado distante dos

⁵⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/142-minustah>

grandes centros econômicos do país? Será pelo apoio recebido do poder público? Facilidade de entrada na fronteira? Acesso fácil à documentação para legalização? Rota sem muita fiscalização? Tal processo migratório iniciado em 2010, após um terremoto de 7.0 na escala *Richter*, utilizado como senha, ou palavras mágicas para abrir as portas e pavimentar o caminho do deslocamento até a inserção aos postos de trabalho, que mesmo modestos, lhes permitem melhores condições de vida, inclusive com envio de remessas para familiares que permaneceram no seu país de origem. O ingresso de pequeno contingente, que foi se avolumando nos anos seguintes de tal maneira que ultrapassou as 40 mil pessoas (homens, mulheres e crianças), incorporando, inclusive, membros de outras nacionalidades, até mesmo dos continentes africano e asiático.

A migração é fenômeno que faz parte do processo da formação do território brasileiro, no seu todo, além de, historicamente, ser utilizado como instrumentos de políticas públicas, inicialmente, no fornecimento de mão de obra para as fazendas de café do Sudeste e, também, na formação do exército interno de reserva de mão de obra, especialmente em momentos recentes da sociedade brasileira, quando da implantação e desenvolvimento da chamada “modernização da agricultura”, o avanço da fronteira agrícola e crescimento urbano e a mobilidade do trabalho, inclusive com a incorporação da Amazônia dentro do processo, como pode ser observado em autores como: Martins, 1980); Neto, 1986); Oliveira, 1988); Becker, 1990; Póvoa Neto, 1997).

Ao longo de toda história brasileira sempre houve pré-disposição em receber grande quantidade de imigrantes, de diversas origens e, também, por múltiplas causas e problemas, sob o manto da política nacional de colonização, com ocupação das terras devolutas, com pequena propriedade familiar, em contraposição a grande propriedade escravista. Desde o século XIX o Sul do país recebeu grande quantidade de imigrantes europeus, onde a questão racial fica implícita, como observado em: Seyferth, 2002; Domingues, 2002; Silva, 2007; Giarola, 2010. Mas o leque da composição migratória que aporta ao país abrange populações de todos os continentes: África, Europa, Oriente Médio, Extremo Oriente, além do Americano, seja de países da América do Sul, Central ou do Norte.

Ao final século XIX, o governo brasileiro dissemina a política de branqueamento, estimulando a imigração européia, com base na teoria do darwinismo social e eugenia racial, como fator de desenvolvimento econômico e social do país. Fato apoiado pela elite

nacional conservadora, que considerava a raça branca superior e o negro e índios ‘sub-raças’. Daí decorre a política de imigração de origem alemã, italiana e outras nacionalidades européia, visava melhorar a composição qualitativamente da população brasileira (COSTA, 2010).

Em outro momento, da história do Brasil, no início do século seguinte (século XX - como ilustração), o país abre novamente as fronteiras para receber outra grande leva de imigrantes: os japoneses. Aportaram, por aqui, em meado (18 de junho) do ano de 1908 no navio japonês Kasato Maru, com o intuito de trabalhar nas fazendas de café, radicando-se principalmente no interior do estado de São Paulo e também do Paraná, além de outras partes do país, grande contingente de japoneses. Na capital paulistana fundaram inclusive um bairro, denominando-o com um nome bem sugestivo, ‘liberdade’, numa clara demonstração do grau de importância da cultura oriental, nipônica em todo território nacional brasileiro. (MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO); (GELONEZE e YAMANAKA, 2008).

Assim, ao longo do tempo, o Brasil recebeu povos de diversas nacionalidades e procedências. Ultimamente, vem ocorrendo novamente o ingresso de grande quantidade de imigrantes (além de populações da América do Sul, especialmente, países vizinhos fronteiriços tais como, Bolívia, Peru, Colômbia, Paraguai e outros), oriundos da América Central, os haitianos.

Diante disto, neste trabalho, estuda-se o movimento migratório dos haitianos para o Brasil, via Acre. No início em dezembro de 2010, eram apenas dez pessoas, mas a partir de então, o sempre crescente incremento contingente populacional proveniente do Haiti, (SANTINI, 2014) cresceu de modo surpreendente. Assim, aquilo que se pensava ser algo pontual, com o passar do tempo constituiu-se em objeto de grande preocupação, por parte da sociedade civil, instituições religiosas e o poder público, nos três níveis (municipal, estadual e federal), posto que o fenômeno intensificou-se, aumentando quantitativamente de volume a cada dia. Tanto que segundo dados da Polícia Federal, até setembro/2014, haviam entrado 39 (trinta e nove) mil pessoas, (a maioria) de haitianos e senegaleses, com interesse de seguir para outras regiões brasileiras, especialmente, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Tal fato é corroborado pelo governo estadual do Acre. Com o ritmo aumentando a cada dia, novos haitianos chegando ao Acre, numa média diária bastante elevada. Até o presente momento, segundo dados coletados na SEJUDH (Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos) e SEDS (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social) do Acre, já entraram mais de 40 mil imigrantes, a maior parte deles haitianos. Conta-se, ainda, com mais de quatro mil provenientes de outros países, inclusive do continente americano e africano (senegaleses, dominicanos, além de outras, no total de 16 nacionalidades), e também do asiático. Vale frisar que o Acre é utilizado apenas como porta de entrada no país, caminho de passagem para as diversas partes do Brasil.

Como se observa, o fluxo migratório que na atualidade aporta ao território brasileiro é constituído por complexo contingente, tanto de pessoas como de nacionalidades e profissões, o que dentro da divisão social e internacional do trabalho torna-se algo importante, especialmente no desenvolvimento das forças produtivas e na promoção do regime de trabalho e sua inserção na classificação social, dentro do modo capitalista de produção. Numa reflexão sobre as migrações, pode-se dizer que os sujeitos fazem suas escolhas em um processo migratório, porém suas escolhas ficam condicionadas a imperativos sociais que extrapolam as vontades individuais e suas ações devem se adequar às condições imediatamente encontradas.

As pessoas fazem escolhas, mas estão circunscritas ao conjunto de acontecimentos históricos e sociais, onde suas vontades não atendem, necessariamente, seus desejos, senão levando-os a aceitar o que a realidade lhes obriga. Como se observa, os fatos e a história mostram que as pessoas não migram por prazer, estando relacionadas a interesses, não apenas dos migrantes, mas de outros sujeitos. A acumulação capitalista e as migrações caminham lado a lado na história, especialmente na atualidade. Como se observa na indagação de Abdel Malek Sayad (2000), “o que é um imigrante”? Entendendo que a expressão alcança o migrante externo e interno.

BIBLIOGRAFIA

AGB - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: Terra Livre - Avaliação do PNRA. São Paulo - Sp: Agb-sp/nacional, v. 1, n. 1, 1986.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: Ibge, v. 34, n. 3, 03 jul. 1972. Trimestral. Revista Brasileira de Geografia.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: Ibge, v. 37, n. 1, 04 jan. 1975. Trimestral. Revista Brasileira de Geografia-pp.84-94.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA: Adma Haman de Figueiredo & Cesar Ajara. "Uma visão geográfica acerca da questão ambiental". Rio de Janeiro: Ibge, v. 52, n. 3, 30 set. 1990. Trimestral.

REVISTA ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo - Sp: Usp, v. 20, n. 57, 01 ago. 2006. Bimestral. A Imagem da Imprensa Sobre A Emigração Brasileira. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10144/11728>>. Acesso em: 05 out. 2016.

AGOSTINHO, Tiago César. A mídia e o Exército Brasileiro: análise da gestão da comunicação no caso Terremoto no Haiti. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2011, São Paulo. **Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.** São Paulo - Sp: Intercom, 2011. p. 24 - 31. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

AL, Douglas S. Massey Et et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population And Development Review**, Washington, n. 19, p.66-431, 19 set. 1993.

AL., Douglas S. Massey Et et al. An Evaluation of International Migration Theory: The North American Case. **Population And Development Review**, Washington, v. 20, p.699-751, 1994.

ALMEIDA, Vicente Unzer de; MENDES SOBRINHO, Octávio Teixeira. **Migração rural-urbana:** aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo; com um estudo sobre zonas de colonização do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Agricultura, Indústria y Comércio do Estado de São Paulo, 1951. 147 p.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto/sp, v. 4, n. 1, p.227-241, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984. 129 p.

BAENINGER, Rosana et al. **Imigração haitiana no Brasil**. Campinas: Paco Editorial, 2016. 683 p.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **SciELO: Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 39, p.77-100, 05 dez. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a05>>. Acesso em: 05 out. 2016.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana**: o prisma do Brasil e da integração sul-americana. 2014. 151 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Relações Internacionais, Usp, São Paulo, 2014.

BARBIERI, Alisson Flávio. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p.225-246, 30 jul. 2007. Semestral.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da População**. São Paulo: Nacional, 1974. 438 p. Tradução: Leônidas Gontijo de Carvalho.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. 112 p. (Princípios).

BECKER, Bertha Koiffmann. **Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil?** 2009. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BECKER, Bertha Koiffmann; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia Osório. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/rio de Janeiro: Ufrj, 1990. 219 p.

BECKER, Olga Maria Schild. Contribuição ao estudo da dimensão socioeconômica na análise ambiental: uma experiência na Amazônia Ocidental brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**: IBGE, Rio de Janeiro, v. 3, n. 52, p.99-120, 1990. Trimestral.

BIAZZI, Alessandro; FRANCESCHI NETO, Virgílio. **Futebol e política externa brasileira**: entre o político-identitário e o comercial. 2007. Año 11 - N° 104 - Enero de 2007. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BLACKBURN, Robin. **A queda do Escravismo Colonial: 1776-1848**. Rio de Janeiro/são Paulo: Record, 2002. 599 p. Tradução: Maria Beatriz de Medina.

BRASIL, Ministério da Defesa do. **Ministério da Defesa: festival missao de paz.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XlmgBnPsOiE>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL, Ministério da Defesa do. **O Brasil na Minustah (Haiti).** 2014. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

BRASIL, Ministério da Defesa do. **Os militares brasileiros e o terremoto no Haiti.** 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=luPAq9CWAAsM>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do (Org.). **Repertório de Política Externa: posições do Brasil.** Brasília: Mre, 2007. 335 p.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores do. **O Brasil e os dez anos da MINUSTAH.** 2014. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/82-o-brasil-e-os-dez-anos-da-minustah>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL, Ministério do Esporte do. **Brasil x Haiti faz parte da década da Cultura de Paz da Unesco.** 2004. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/41717-brasilxhaiti-faz-parte-da-decada-da-cultura-de-paz-da-unesco>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL, Ministério do Esporte do. **Segurança e diplomacia no jogo do Brasil x Haiti.** 2004. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/41718-seguranca-e-diplomacia-no-jogo-do-brasil-x-haiti>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego do; FERNANDES, (coordenador) Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de. **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral.** Belo Horizonte: Oim/puc/minas/gedep, 2014.

BRASIL, Portal Governo do. **Exército faz homenagem a militares que morreram no Haiti.** 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/01/exercito-faz-homenagem-a-militares-que-morreram-no-haiti>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

CAMPOS, Amanda. **Quis ver se o Brasil era mesmo um país de todos.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/04/quis-ver-se-o-brasil-era-mesmo-um-pais-de-todos-diz-refugiado-haitiano.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1977. 168 p.

CASELLA, Luana Lacaze de Camargo. **Hospitalidade dos espaços públicos:** possibilidades e dificuldades em torná-lo acolhedor. 2006. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/829_congresso%20resende.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CASIMIR, Jean. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos. **Revista Universitas:** Relações Internacionais, Brasília, v. 10, n. 2, p.1-22, 10 dez. 2012. Semestral.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J.. **The Age of Migration:** international population movements in the Modern World. 4. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2009. 368 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. 348 p. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil).

CBF, (confederação Brasileira de Futebol). **Seleção Brasileira faz o Jogo da Paz no Haiti.** 2015. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/noticias/jogos-inesqueciveis/em-porto-principe#.V6KTAvkrLIU>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

CLAVAL, Paul. **Geografia Humana e Econômica contemporânea.** Madrid: Akal, 1987. 456 p.

CORRÊA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e diplomacia solidária:** criação de um novo paradigma nas operações de paz?. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Políticas, Ciências Políticas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Princípios).

COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. **O pensamento social brasileiro e a questão racial:** da ideologia do "branqueamento" às "divisões perigosas". 2010. Revista África e africanidades. Disponível em: <http://www.africaeafriandades.com.br/documentos/10082010_16.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2016.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil.** 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, História, Unir - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

CRUZ, Maria Clara da. O Conceito de formação espacial: sua gênese e sua contribuição para a Geografia. **Biblos:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 15, n. 1, p.51-67, 04 jun. 2003. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/392>>. Acesso em: 26 out. 2016.

DALMONTE, E. F.; VIDAL, R. I. D. A.. **Um olhar sobre a relação entre o Brasil e o Haiti por meio da cobertura das revistas veja e isto é.** 2011. Século XXI.espm.br - pp.67-87. Disponível em: <século XXI.espm.br>. Acesso em: 30 dez. 2011.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992. 287 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000. 216 p.

DIAS, Celia Maria de Moraes. **Hospitalidade reflexões e perspectivas.** São Paulo: Manole, 2002. 164 p.

DINIZ, José Eustáquio. **A população do Haiti em 2100.** 2012. Ecodebate.com.br. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br>>. Acesso em: 26 out. 2012.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas?: a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. **SciELO: Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p.563-599, 24 mar. 2002. Trimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eaa/v24n3/a06v24n3>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

ESTEVES, Antonio R.. **A ocupação da Amazônia.** São Paulo: Brasiliense, 1993. 86 p. (Tudo é História).

EUZÉBIO, Emerson Flávio. **Fronteira e horizontalidade na Amazônia:** as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Usp, São Paulo, 2011.

FEITOSA, Charles. **Pensar/migrar:** filosofia da migração em Vilém Flusser. 2011. Revista Polichinelo (05/09/2011). Disponível em: <<https://revista-polichinelo.blogspot.com/2011/05/pensar-migrar-filosofia-da-migracao-em-html>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

FIERGS. **Haiti oferece oportunidades nas áreas têxtil, de infraestrutura e turismo.** 2015. Fiergs (27/04/2015). Disponível em: <<https://www.fiergs.org.br/pt-br/noticia/haiti-oferece-oportunidades-nas-areas-textil-de-infraestrutura-e-turismo>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

FILHA, Irene Garrida. **Perspectivas para o desenvolvimento do Acre:** A organização do espaço na faixa da transamazônica. Rio de Janeiro: Ibge, 1989. 224 p.

FRANTZ, Fanon. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p. Tradução: José Laurênio de Melo.

FREEMAN, Gary P.. Migration and the Political Economy of the Welfare State. In: MIGRATION AND THE POLITICAL ECONOMY OF THE WELFARE STATE, 485., 1986, New Jersey. **The Annals**. New Jersey: Sage Journals, 1986. p. 51 - 63.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados: governo e organização social no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2004. 168 p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 20. ed. São Paulo: Nacional, 1985. 248 p. (Ciências Sociais).

GALEANO, Eduardo. **Os pecados do Haiti**. 2010. Www.vermelho.org.br (01/02/2010). Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/123480-1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977. 403 p. Tradução: Maria do Rosário Quintela.

GEBRAN, Philomena. **Conceitos de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 275 p.

GELONEZE, B.; YAMANAKA, A.. **Cem anos de imigração japonesa no Brasil**. 2008. Revista Scielo - Arq Bras Endocrinol Metab, v.52, n.1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/abem/v52n1/a02v52n1.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

GENTILI, Pablo. **A Educação no Haiti: do abandono ao caos**. 2014. Cadernos da América Latina XV. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2014/12/XVcadernopensamentocritico.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2018.

GIAROLA, F. R.. **Racismo e teorias raciais no século XIX: principais noções e balanço histórico**. 2010. História e história, 2010. ISSN 1807-1783. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=aluno&id=313>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

GIDDENS, A.. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 180 p.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. 156 p. Tradução: Raul Fiker.

GIRÃO, Amorim. **Lições de Geografia Humana**. Coimbra: Coimbra, Editora Lda, 1936. 226 p.

GODOY, Arilda. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, 05 jun. 1995. Bimestral.

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

GOMES, Horiestes. **A produção do espaço geográfico no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991. 74 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368 p.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e Desenvolvimento**. Porto: Fronteira do Caos, 2008. 436 p.

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. **Migrações e Desenvolvimento**. Porto: Fronteira do Caos, 2008. 436 p.

GONÇALVES, Ortelinda. **Migrações e desenvolvimento**. Porto/rio de Janeiro: Cepese/fronteira do Caos, 2009. 436 p.

GOENDER, Jacob. **O épico e o trágico na história do Haiti**. 2004. Estudos Avançados 18 (50), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100025>. Acesso em: 05 ago. 2016.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 154 p.

GRONDIN, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 104 p. (Tudo é História). Tradução: Beatriz A. Cannabrava.

H.SCHUCK, Peter. **Citizens, Strangers, and In-Betweens: Essays on Immigration and Citizenship**. Colorado: (boulder) Westview Press, 1998.

HAMANN, Eduardo Passarelli (Org.). Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. **Instituto Igarapé**: Edição Especial, Rio de Janeiro, v. 13, n. 13, p.01-80, 04 jan. 2015. Especial. Instituto Igarapé - Edição Especial.

HARNECKER, Marta. **Los conceptos elementales del materialismo histórico**. Mexico: Siglo Xxi, 1971. 220 p.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006. 249 p. Tradução: Carlos Szlak.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004. 349 p. Tradução: Adail Ubirajara Sobral/Maria Stela Gonçalves.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2011. 382 p. Tradução: Adail Ubirajara Sobral/Maria Stela Gonçalves.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 3., 2003, Porto Alegre. **Migrações novas formas de discriminação e alternativas e resistência dos migrantes**. Porto Alegre: Iii Fórum Social Mundial, 2003. p. 25 - 39.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 736 p. (Clássicos).

HOLLIFIELD, James F.. **Immigrants, Markets and States**: The Political Economy of Postwar Europe. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1992. 320 p.

HOLLIFIELD, James F.; ZUCK, Gary. Immigrants, Markets and rights. In: KURTHEN, Hermann; FIJALKOWSKI, Jürgen; (EDS), Gert G. Wagner (Ed.). **Immigration, Citizenship and the Welfare State in Germany and the United States**: Stanford, Calif. Stanford: Jai Press, 1998. p. 5-40.

HOLLIFIELD, James F.; ZUCK, Gary. Immigrants, Markets and rights. **Stanford, Calif.**: Hermann Kurthen, Jürgen Fijalkowski, and Gert G. Wagner, eds., Immigration, Citizenship and the Welfare State in Germany and the United States, Stanford, p.0-0, 1998. JAI Press.

HURBON, L.. **O Deus da resistência negra**: o vodu haitiano. S. Paulo: Paulinas, 1987. 68 p. Tradução: Valdecy Tenório.

IBGE. **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. Rio de Janeiro: Ibge, 1989. 224 p.

IBGE. **Censo Demográfico**: Acre, 2010. Rio de Janeiro: Ibge, 2010. 2 p. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama.v4.3.17.2>>. Acesso em: 10 set. 2018.

IBGE. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: Ibge, 1993. 166 p.

IBGE; IPEA. **PMACI I Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas**: Diagnóstico Geoambiental e Socioeconômico - Área de influência da BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco. Rio de Janeiro: Ibge, 1990. 132 p.

INTEGRITY, Center For Public. **Empresas haitianas ficam de fora da reconstrução do país**. 2012. Ópera Mundi. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/noticia/19290/empresas-haitianas-ficam-de-fora-da-reconstrucao-do-pais>>. Acesso em: 19 jan. 2012.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010. 396 p. Tradução: Afonso Teixeira Filho.

JANSEN, Clifford. Some Sociological aspects of migration. In: (ORG.), John A. Jackson. **Migration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p. 60-73.

JOINT, L. A.. **Sistema educacional e desigualdades sociais no Haiti: caso das escolas católicas**. 2008. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/6648140-Sistema-educacional-e-desigualdades-sociais-no-haiti-o-caso-das-escolas-catolicas-1.html>>. Acesso em: 02 maio 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. 694 p. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Disponível em: <http://www.verlaine.pro.br/estetica/critica_da_razao_pura.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

KAUSTSKI, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1983. 329 p. (Proposta Editorial).

KAWAGUTI, L.. **Operação militar no Haiti custa R\$1.3 bi em 10 anos**. 2014. Bbc.com. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140601_dez_anos_missao_brasil_haiti_1k_an>. Acesso em: 05 ago. 2016.

KEELY, C.. Demography and International Migration. In: (ED.), C. Brettel And J. Hollifield. **Migration Theory: Talking across Disciplines**. London: Rontledge, 2000. p. 56-84.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Abril Cultural/brasileiro, 1985. 87 p. (Primeiros Passos).

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, (org.) Maria Regina. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Anpur/hucitec, 1993. 205 p. (Geografia: Teoria e Realidade).

LEE, E. (Ed.). **A Theory of Migration: Theories of Migration**. Cheltenham: R. Cohen/Edward Elgar, 1996. 507 p. (Publishing Limited).

LEE, Everett. A Theory of Migration. In: JACKSON, J.. **In Migration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. Cap. 3. p. 282-283.

LEONEL FILHO, João Batista Bezerra. Operações de manutenção da Paz da ONU: a eficácia do emprego dos contingentes de tropas no Timor Leste, na República Democrática do Congo e no Haiti. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p.59-77, 30 jun. 2010. Quadrimestral. Disponível em:

<<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/issue/view/56/showToc>> .
Acesso em: 26 ago. 2016.

LIMA, Manuel Ferreira. **O Acre: seus aspectos físicos e geográficos, socioeconômicos, sociais, históricos e seus problemas**. 3. ed. Rio Branco: Rbr, 1982. 89 p.

LINKLATER, Andrew. **A transformação da comunidade política: fundamentos éticos da era pós-westfaliana**. Carolina do Sul: Universidade da Carolina do Sul, 1998. 263 p.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 327 p. (Clássicos).

LOIS, Cecilia Caballero; RODRIGUES, Julia de Souza. A construção de uma resposta à imigração irregular haitiana: uma análise sobre a formulação da Resolução Normativa nº 97/12 no Conselho Nacional de Imigração (CNIG). In: CONGRESSO NACIONAL DO CONDEPI, 23., 2014, João Pessoa. **Direito Internacional e direitos humanos**. Florianópolis: Condepi, 2014. v. 2, p. 66 - 91. Disponível em: <<http://www..publicadireito.com.br/artigos/?cod=ef926983fef6f9c7>> . Acesso em: 10 set. 2016.

MAGALHÃES, Juraci Peres. **A ocupação desordenada da Amazônia: seus efeitos econômicos, sociais e ecológicos**. Brasília: Completa, 1990. 112 p.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é aqui: Sub-imperialismo brasileiro e imigrantes haitianos em Santa Catarina. **Rabela: Revista Brasileira de Estudos Latino Americanos**, Campinas, v. 5, n. 1, p.13-43, 04 Não é um mês valido! 2015. Trimestral.

MAMED, Leticia Helena. Haitianos na Amazônia: A morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizado no Brasil. **Ruris**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.73-111, 1 mar. 2016. Trimestral.
<https://www.google.com/search?q=ruris+i+volume+10+numero+1+marco+de+2014&oq=ruris&aqs=chrome.2.69i57j69i59l2j0l3.10415j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Disponível em:
<<https://www.google.com/search?q=ruris+i+volume+10+numero+1+marco+de+2014&oq=ruris&aqs=chrome.2.69i57j69i59l2j0l3.10415j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> . Acesso em: 05 out. 2017.

MANGALAN, Joseph. Human Migration. **University Kentuck Press.**, Lexington, p.21-25, 1968.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. 96 p. (Ed. especial). Tradução: Lívio Xavier.

MARQUES, Gabriel Garcia. **Cem anos de solidão**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. 394 p.

MARQUES, Pâmela Marconatto; ANJOS, José Carlos Gomes. Quem quer ser Toussaint Louverture?: banalização e silenciamento na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luiz, v. 16, n. 31, p.125-169, 30 nov. 2015. Semestral.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial e suas consequências para o Vale Amazônico**. Rio Branco: Cadernos da Ufac, 1988. 368 p. (Série 'C', Estudos e Pesquisas).

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 157 p. (Ciências Sociais).

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p. Florestan Fernandes.

MARX, Karl. **Le Capital**: T.I. Paris: Messidor/editions Sociales, 1983. 990 p.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. 175 p. Tradução: Nélcio Schneider.

MARX, Karl. **O Capital**: a critique of political economy. New York: International Publishers, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**: A mercadoria. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 579 p. (O Capital).

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1. Paris: Editions Sociales, 2017. 354 p. Joseph Roy.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 119 p. (Clássicos). Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa.

MASSEY, D. S.. Social Structure household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, New Jersey, v. 56, n. 1, p.3-26, 26 1990. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3644186>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MASSEY, Douglas S. et al. "Theories of international migration: a review and appraisal. **Population And Development Review**, New York, v. 19, n. 3, p.431-466, 04 set. 1993. Mensal.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 2009, São Paulo. **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade.** São Paulo - Sp: Anpuhsp.org.br/sp, 2009. p. 01 - 16. Disponível em: <<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e teoria de fronteiras:** fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990. 112 p.

MELO, Mário Lacerda; MOURA, Hélio A. de. **Migrações para Manaus.** Recife: Fundaj/massangana, 1990. 505 p. (Estudos e Pesquisas).

MEYER, Philip. Townsman or Tribesmen. **Oxford, University Press**, Cape Town, p.171-173, 1961.

MITCHELL, J. Clyde. Structural Plurality Urbanization and Labour Circulation. In: JACKSON, J. A.. **In Southern Rhodesia,:** in Migration Cambridge. Cambridge: University Press, 1969. p. 80-156.

MONTENEGRO, Bruno Márcio Patrício. **Missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti (2004-2011):** problemas, progressos e desafios. 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Relações Internacionais, Unesp/unicamp/puc-sp, São Paulo, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica:** a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1984. 196 p.

MOREIRA, Ruy. **Geografia:** teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982. 236 p.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?:** uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 191 p.

MORSS, Susan Buck. Hegel, Haiti and universal history. **Novos Estudos Cebrap**, Pittsburgh, v. 90, n. 1, p.131-171, 10 jul. 2011. University of Pittsburgh Press, 2009.

NACIONAL, Biblioteca. **Para uma história de negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988. 64 p. Catálogo da exposição realizada na Biblioteca Nacional de 9 de maio a 30 de junho de 1988.

NATANI, R.. **Governo quer ajuda da FAB para buscar haitianos retidos no AC.** 2014. G1, 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/03/governo-quer-ajuda-da-fab-para-retirar-haitianos-retidos-no-ac.html>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

NEVES, Ângela de Moraes; LOPES, Ana Maria Teixeira. **A organização do espaço na faixa da transamazônica, v.02**. Rio de Janeiro: Ibge, 1989. 224 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1991. 101 p. (Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papyrus, 1987. 133 p. (Educar Aprendendo).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988. 107 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1988. 88 p. (Princípios).

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. 159 p.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **A mobilidade humana na tríplice fronteira**: Peru, Brasil e Colômbia. 2006. Estud. av. vol.20 no.57 São Paulo May/Aug. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200014>. Acesso em: 05 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Org.). Carta das Nações Unidas: : Estatuto da Corte Internacional de Justiça. In: ONU (Org.). **Carta das Nações Unidas**: Estatuto da Corte Internacional de Justiça. São Francisco: Onu, 1945. Cap. 01. p. 1-90.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 20, n. 57, p.7-24, ago. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142006000200002>.

PEIXOTO, João. "As Teorias Explicativas das Migrações: teorias micro e macro sociológicas". **Socius**, Lisboa, v. 11, n. 1, p.1-36, 2004.

PINTO, L. A Costa. **Migrações internas do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Fundação Mauá-mimeografado, 1952.

PIORE, Michael J.. **Birds of Passage**: Migrant Labour and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press., 1979. 235 p.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A concepção do espaço no pensamento de Manuel Correia de Andrade. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 3, n. 1, p.207-217, 30 ago. 2010. Especial.

PONTES, Maria Beatriz Soares et al. **Meio ambiente e processo fundiário em conflito**: Parnamirim e Nísia Floresta. Natal: Ufrn/cchla, 1993. 121 p.

PORTES, Alejandro. Migrações internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, Vol. 6, 2010, Pp., Oeiras, v. 6, n. 1, p.1-42, 2010.

PÓVOA NETO, Helion. A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira. **Revista Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 57, p.1-15, 18 jun. 2006.

PÓVOA NETO, Helion. Migrantes, garimpeiros e seu lugar no Território Nacional: itinerância e mobilidade espacial do trabalho. **Centro de Estudos Migratórios - Cem**, São Paulo, p.43-49, 2 dez. 1997.

PÓVOA, Carlos Alberto. **A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo-SP**: a migração do Bom Retiro ao Morumbi. 2007. 284 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Usp, São Paulo, 2007.

PROSPERE, R. et al. **Um olhar sobre a educação no primeiro estado afro-ameríndio da América**: O Haiti. 2016. Holos - Ano 32, vol.4. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3222/1540>>. Acesso em: 26 set. 2018.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 155 p.

RAMOS, M. C.. **Marchés du travail et migrations internationales**: croissance, crise et marché unique. Cas du Portugal et de la France. 1990. 196 f. Tese (Doutorado) - Curso de Science Economique, Science Economique, Université de Paris I, Phanteon-sorbonne, Paris, 1990.

RAVENSTEIN, Ernest Georg. As leis da migração. In: RAVENSTEIN, Ernest Georg. **As leis da migração**. Fortaleza: Bnb-etene, 1980. p. 19-88. Tradução: Hélio A. de Moura.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; (ORG.), Orlando Alves dos Santos Junior. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. 432 p.

RONCONI, Giordano Bruno Antoniazzi. **Haiti**: construção de um estado soberano Latino-Americano. 2014. RIPE - Relações Internacionais para Educadores, v.I, 2014, p.249-263. Disponível em: <https://www.academia.edu/12117113/Haiti_Constru%C3%A7%C3%A3o_de_um_Estado_Soberano_Latino-Americano>. Acesso em: 05 ago. 2016.

ROSA, Renata de Melo. Relações internacionais: ciência ou política? (por uma antropologia das Relações Internacionais). **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 2, n. 2, p.9-15, 10 dez. 2004. Semestral. Revista Universitas. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/244/258>>. Acesso em: 05 out. 2018.

ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. **Universitas: Relações Internacionais**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.1-24, 22 out. 2007. Centro de Ensino Unificado de Brasília. <http://dx.doi.org/10.5102/uri.v4i2.160>.

ROSA, Renata de Melo; PONGNON, Vogly Nahum. A República do Haiti e o processo de construção do Estado-nação. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luiz - Ma, v. 26, n. 13, p.461-494, 04 jun. 2013. Semestral.

ROSENBLUM, Marc R.. "Abroad at Home: Foreign and Domestic Sources of U. S. Migration Policy". **Paper Prepared For The American Political Science Association Meeting**, Boston, Mass, p.99-119, 1998. Anual.

ROSSETTO, L.. **Tabatinga é como o limbo para os haitianos**. 2011. Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticias/2011/02/tabatinga-e-como-o-limbo-para-os-haitianos-diz-padre.html>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. 1988. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Usp, São Paulo, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia-mg, v. 4, p.5-28, 09 set. 2009. Quadrimestral.

RUDOLPH, Christopher W.. "Globalization, sovereignty and Migration: A conceptual Framework". **Ucla Journal: International Law and Foreign Affairs**. Los Angeles, p. 325-355. 2 mar. 1988.

RUMBAUT, Alejandro Portes e Rubén G.. Immigrant America: A Portrait. **University Of California Press**, Berkeley, p.269-278, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ACKERMANN, Maria das Graças Grossi. Considerações sobre o fenômeno urbano no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.83-90, 26 mar. 1973. Trimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901973000100008>. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901973000100008>>. Acesso em: 05 out. 2018.

SALT, John. A comparative over view of international trends and types, 1950-80: International Migration Review. **Sage Journals**, London, v. 3, n. 23, p.431-456, 1989.

SALT, John. Comparative Trends: in International migration study, International Migration. In: GORDINHO, Susana Miguel. **Novas possíveis estratégias identitárias de mulheres orundas da Guiné-Bissau em Portugal**. Lisboa: Prós Promoções/serv. Publicitários, 1987. p. 241-250.

SANTINI, D.. **A realidade dos imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil**. 2014. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

SANTINI, Daniel. **Imigrantes**: sistema nacional de empregos não funciona e refugiados ficam sujeitos a aliciadores. 2014. Repórter Brasil. Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io/>>. Acesso em: 03 set. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 392 p. (Coleção Milton Santos; I).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p. (Estudos Urbanos nº5).

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004. 288 p. (Coleção Milton Santos; 2).

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 p.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, n. 54, p.81-99, 05 jun. 1977. Semestral. AGB - São Paulo.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 476 p.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: Taq, 1980. 358 p. (Estudos Brasileiros; v. 3).

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 57, n. 20, p.99-117, 01 ago. 2006. Quadrimestral.

SASSEN, S.. **Losing Control?: Sovereignty** in an Age of globalization. New York: Columbia University Press, 1996. 128 p.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 240 p. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa.

SASSEN, Saskia. Power mobility, and diaspora in the global city: an interview with. **Leorke Dale**. Melbourne, p. 103-108. 30 jul. 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998. 301 p. Tradução: Cristina Murachco.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Haiti: fenomenologia de uma barbarie**. Goiânia: Cânone Editorial, 2006. 144 p. (Coleção: Etnicidade, Região e Nação).

SCHILLER, Nina Glick. The Situation of Transnational Studies. **Identities**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.155-166, dez. 1997. Informa UK Limited.
<http://dx.doi.org/10.1080/1070289x.1997.9962587>.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2011. 244 p.

SEVERINI, Valéria Ferraz. **Hospitalidade urbana: ampliando o conceito**. 2013. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol.3, n.2 p. 84-99, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/issue/view/121>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

SEYFERTH, G.. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista Usp**, São Paulo, v. 53, n. 53, p.117-149, 30 maio 2002. Trimestral.

SILVA, Ana Célia da. **Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade**. 2007. Scielo Books - Salvador. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/06>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

SILVA, Marlene Maria da. **A linha da subordinação: trabalho da mulher e sobrevivência da pequena produção agrícola no agreste pernambucano**. 1994. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Geografia, Usp, São Paulo, 1994.

SILVA, Sidney Antonio da et al (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Fapeam/hucitec, 2012. 342 p.

SILVA, Sidney Antonio da. "Aqui começa o Brasil": haitianos na tríplice fronteira e Manaus. In: SILVA, (org.) Sidney Antonio da. **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo/manaus: Hucitec/fapeam, 2012. p. 300-322.

SILVA, Sidney Antonio da. Braços para toda obra?: os haitianos e o mercado de trabalho no Amazonas. **Cadernos Ceru**, São Paulo, v. 1, n. 26, p.85-99, 17 fev. 2016.

SIMMONS, A. B. Explaining migration: theory at the crossroads. **Université Catholic**, Louvain, v. 1, n. 1, p.5-31, 1 jun. 1987. Especial.

SINGER, P. I.. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. I.. **Economia Política e Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973. Cap. 2. p. 29-60.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A.. **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: Bnb-etene, 1980. p. 211-244.

SOARES, Weber. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 1, n. 21, p.101-116, 04 jun. 2004. Semestral.

SOUZA, Josias de. **'Acre virou rota internacional de imigração ilegal'**. 2014. <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/04/27/acre-virou-rota-internacional-de-imigracao-ilegal>. Disponível em: <<https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2014/04/27/acre-virou-rota-internacional-de-imigracao-ilegal/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SOUZA, M.. **Galvez imperador do Acre**. 12. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. 196 p.

SOUZA, Valtemir Evangelista de. **As transformações econômicas no campo acreano e as repercussões sociais na cidade de Rio Branco - Acre**. 1998. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Ufpe - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

SOYSAL, Yasemin N.. **Limits of Citizenship: Migrants and Post national Membership in Europe**. Chicago: University Of Chicago Press, 1994. 251 p.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)**. 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Ufrj, Rio de Janeiro, 2002.

THOMAZ, Diana Zacca. **Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas**. 2013. Primeiros Estudos. Disponível em: <<http://www.hrw.org/world-report-2011/haiti>>. Acesso em: 10 set. 2016.

TILLY, Charles. Transplanted Networks. In: (ORG.), V. Yans – Mclaughlin. **Immigrant Reconsidered: History, Sociology, and Politics**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 79-95.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973. 303 p.

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

VÉRAN, J. F.; NOAL, D. D.; FAINSTAT, T.. Nem Refugiados, nem Migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p.1007-1041, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n4/0011-5258-dados-57-04-1007.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

WEATHERFORD, Jack. **Gengis Khan e a formação do mundo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 462 p. Tradução: Jorge Ritter.

ZUCK, James F. Hollifield And Gary. Immigrants, Markets and rights: Hermann Kurthen, Jürgen Fijalkowski, and Gert G. Wagner, eds., Immigration, Citizenship and the Welfare State in Germany and the United States. **Stanford, Coin**, Stanford, p.0-0, 1998. JAI Press.